

TUDO
NOSSO

Homenagem a
Ricardo Benzaquen de Araújo
e Antonio Candido

CORPO EDITORIAL DA REVISTA ELETRONICA ENSAIOS

Editora Responsável

Lígia Maria de Souza Dabul

Editores Adjuntos

Amanda Michele Gomes Barbosa

Ana Lúcia Rodrigues

Andreza Cunha

Bruna Navarro

Juliana Morais

Priscila Brandão

Soraya Lucena

Tathiane Vitorino

Taynã Martins Ribeiro

Wallace Cabral Ribeiro

Consultor Editorial

Carlos Douglas Martins Pinheiro Filho

Colaboradores

Roberta Machado

Sara R. de Andrade

Raquel Isidoro

Comissão Editorial

André Dumans Guedes

Alessandro Andre Leme

Christina Vital da Cunha

Cristiano Monteiro

Daniel Hirata

Jair de Souza Ramos

Jorge de La Barre

Lígia Dabul

Luiz Antonio Machado da Silva

Luis Carlos Fridman

Marcos Otávio Bezerra

Raphael Lima

Valter Lúcio de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Ana Rosas Mantecón (Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, Mexico)

Andrea Roca (University of British Columbia, Canadá)

Anni Raw (Durham University, Grã-Bretanha)

Antoine Hennion (Centre de Sociologie de l' Innovation de l'Ecole Nationale Supérieure des Mines de Paris, França)

Arturo Morato (Universidade de Barcelona, Espanha)

Cornelia Eckert (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Glaucia Villas Bôas (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Howard Becker (Pesquisador e autor independente que vive em São Francisco)

Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará)

José Vicente Tavares (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Maria Antonietta Trasforini (Università degli Studi di Ferrara, Itália)

Mariza Peirano (Universidade de Brasília)

Sergio Miceli (Universidade de São Paulo)

Paula Guerra (Universidade do Porto, Portugal)

Vera Zolberg (in memoriam) (The New School for Social Research, EUA)

Voica Puscasiu (Universitatea Babeş-Bolyai, Romênia)

REVISÃO TEXTUAL

Demian Sousa
Amanda Michele Barbosa

REVISÃO TÉCNICA

Wallace Cabral Ribeiro

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Wallace Cabral Ribeiro

Imagem de capa: "Tudo Nosso?", de Bruna Navarro

Diagramação de Capa: Bruna Navarro

REVISTA ENSAIOS

Publicação do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e das graduações em Ciências Sociais e Sociologia da UFF.

Niterói V.11 2017-jul/dez

ISSN 2175-0564

REVISTA ENSAIOS

Publicação eletrônica semestral

Niterói - Vol. 11 p. 139 - Jul-dez. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Vice-Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA (ICHF)

Diretora: Alessandra Siqueira Barreto

Vice-diretor: Marcos Otávio Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (PPGS-UFF)

Chefe: Lígia Maria de Souza Dabul

Sub-chefe: Cristiano Fonseca Marinho

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (GSO)

Chefe: Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Sub-chefe: Daniel Veloso Hirata

NÚCLEO DE ESTUDOS CIDADANIA, TRABALHO E ARTE (NECTAR)

Coordenadora: Lígia Maria de Souza Dabul

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA (ICHF)

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco N, O e P

São Domingos, Niterói – RJ – Brasil

CEP 24210-201.

Sumário

Apresentação II - IV

Homenagem

1 - Dois humanistas brasileiros: Antonio Candido e Ricardo Benzaquen

Carmen Felgueiras **10 - 17**

Artigos

2 - A importância do Poder Judiciário na tradição liberal: Locke, Montesquieu e “O Federalista”

Paulo Joaquim da Silva Rodrigues **19 - 32**

3 - Ilha do fundão – RJ: a Vila Residencial e a relação com a concentração de atividades de PD&I

Carlos Leonardo Gomes Fernandes, Bianca Louzada Xavier Vasconcellos, Douglas Monteiro de Almeida, Robson Dias da Silva **33 - 49**

4 - Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico

Rodolfo Teixeira Alves, Daniela Ramos Petti **50 - 66**

5 - Gramsci e a aliança operário-camponesa

Marília Gabriella Borges Machado **67 - 78**

6 - “Aproveita pra botar sua fé em prática!”: entre agentes e vivências na Igreja Universal do Reino de Deus

Daniela Ramos Petti **79 - 94**

7 - A noção de sujeito cognoscente em Kant e Weber: influências e especificidades

Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves **95 - 113**

8 - A Vontade Geral e o sistema autogestionário: necessidade, possibilidade e desafios

Luiz Carlos Mariano da Rosa **114 - 139**

Apresentação

A Revista Ensaios é um periódico do campo das Ciências Sociais, porém, não abarcar em seus volumes apenas escritos das áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política, mas procura manter uma intensa interlocução com as demais áreas afins das Ciências Humanas. Nossa finalidade é estimular o diálogo intelectual entre docentes e discentes de graduações e de programas de pós-graduação, além de contribuir para publicização de trabalhos científicos e suscitar debates em torno dos temas abordados nessas pesquisas.

A Ensaios preconiza a discussão entre múltiplas áreas, possibilitando vínculos com as diversas camadas e domínios da realidade social. Nesse sentido, ambicionamos produzir uma compreensão ampla do mundo e dos espaços correspondentes à ação humana, bem como estimular a produção de trabalhos científicos com temáticas diversificadas da cosmologia social.

O décimo primeiro volume da revista apresenta uma singela homenagem a dois pensadores clássicos do campo das Ciências Sociais. Os autores Ricardo Benzaquen de Araújo e Antonio Candido, que não só deram uma enorme contribuição à Sociologia e ao Pensamento Social Brasileiro, mas à variados campos científicos, como a História e a Literatura, por exemplo. Ambos os pesquisadores faleceram no ano de 2017, respectivamente, em fevereiro e maio.

Este número reconhece não só a colaboração acadêmica desses, mas seus esforços mediante à sociedade brasileira de um modo mais amplo. Diante disso, publicamos a composição **Dois humanistas brasileiros: Antonio Candido e Ricardo Benzaquen** comentando a vida e a obra dos dois intelectuais, de autoria da professora Carmen Felgueiras. Ademais, na revista constam sete artigos com temas variados.

O primeiro artigo, intitulado **A importância do Poder Judiciário na tradição liberal: Locke, Montesquieu e “O Federalista”**, de autoria de Paulo Joaquim da Silva Rodrigues, abarca as discussões em torno do papel do Poder Judiciário nas democracias modernas. O texto propõe, através de uma análise bibliográfico-comparativa, evidenciar a alocação institucional do Poder Judiciário e sua relação com os demais poderes nas teorias de Locke, Montesquieu e “O Federalista”.

O artigo seguinte, denominado **Ilha do Fundão – RJ: a vila residencial e a relação com a concentração de atividades de PD&I**, elaborado por Carlos Leonardo Gomes Fernandes, Bianca Louzada Xavier Vasconcellos, Douglas Monteiro de Almeida e Robson Dias da Silva, procura analisar os múltiplos atores que se entrecruzam por decorrência da

transformação espacial da Ilha do Fundão, bem como seus aspectos positivos para a vila residencial.

O próximo texto, **Memórias Insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico**, de Rodolfo Teixeira Alves e Daniela Ramos Petti, reflete sobre as experiências de mobilização de duas comunidades localizadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro durante o processo de (re)estruturação da cidade, promovido pelo poder público e pela iniciativa privada para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. As comunidades analisadas irrompem neste trabalho com práticas de resistência às remoções de moradores de suas localidades.

O artigo **Gramsci e a Aliança Operário-camponesa** de autoria de Marília Gabriella Borges Machado, apresenta uma reflexão de como os acontecimentos revolucionários na Rússia favoreceram o desenvolvimento da teoria gramsciana. A investigação tem como objetivo principal demonstrar a teoria política da aliança operário-camponesa desenvolvida pelo intelectual marxista Antonio Gramsci.

A composição **“Aproveita pra botar sua fé em prática!”: entre agentes e vivências na Igreja Universal do Reino de Deus** de Daniela Ramos Petti é resultado da etnografia realizada na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de um bairro na Zona Norte do Rio de Janeiro. A autora descreve e analisa as interações entre os agentes que participam dos rituais, bem como as relações de troca entre os fiéis e o Divino, de modo a permitir um entendimento dos papéis cumpridos pela instituição neopentecostal no dia a dia das classes populares brasileiras.

O trabalho designado **A Noção de Sujeito Cognoscente em Kant e Weber: influências e especificidades** de Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves, analisa a noção de sujeito cognoscente sob a luz de dois registros epistemológicos clássicos: o kantiano e o weberiano. Assim, este aspira identificar as principais ingerências da fluente neokantista sobre a concepção weberiana de sujeito cognoscente, e as singularidades apresentadas por esta em relação àquela.

Por fim, o artigo intitulado **A Vontade Geral e o sistema autogestionário: necessidade, possibilidade e desafios** de Luiz Carlos Mariano da Rosa, o autor traz uma reflexão sobre dois modelos de gestão societária, a Vontade Geral e a autogestão. A Vontade Geral no sentido Russouniano corresponde a uma perspectiva mercadológica de organização econômico-social. O modelo autogestionário, por sua vez, trata-se de uma experiência de autoderterminação coletiva, que forma um quadro de igualdade substancial e de efetiva participação política.

Além das produções textuais, a capa deste número abrange a fotografia “**Tudo Nosso?**”, de autoria de Bruna Navarro. A imagem foi uma dentre as cinco premiadas na categoria de fotojornalismo da 13ª edição do *Controversas UFF* em 2017, promovido pelo Departamento de Jornalismo da universidade. O registro premiado na série “*IACSó*” procura levantar um questionamento aplicável a contextos distintos de temas e debates. Capturado em um momento de pós processo de desocupação do conhecido “casarão”, ou Instituto de Artes e Comunicação da UFF, assim, esta representação não pretende se explicar, mas aguçar a reflexão. Uma vez que as ocupações nos últimos três anos tornaram-se sistematicamente um instrumento de luta. Muitas dessas se organizaram através de modelos diversos de autogestão e não apenas “ocupam o lugar”, mas resignificam o espaço físico e espiritual. Nesses ambientes de atmosfera política, as tensões sociais e as lutas de classes tornam-se ainda mais evidente, uma vez que, muitos desses movimentos de ocupações de escolas, universidades, entre outros, são formas de resistência contra o avanço das pautas do liberalismo que com sua agenda faz estremecer a própria democracia.

O comitê editorial da Revista Ensaios deseja a tod@s uma ótima leitura, que os textos e a imagem deste volume sejam de grande préstimo. Esperamos a sua contribuição no próximo número. Até lá!

Homenagem

Dois humanistas brasileiros: Antonio Candido e Ricardo Benzaquen

Carmen Felgueiras¹

Todos os homens são intelectuais – pode-se dizer, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais. Não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Todo homem, fora de sua profissão, exerce alguma atividade intelectual, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, tem uma linha de conduta moral: contribui para manter ou para modificar uma concepção do mundo. Portanto suscita novos modos de pensar em relação aos homens² (GRAMSCI, 2000: 52).

Antonio Gramsci visava com esta distinção afirmar a possibilidade de que, numa sociedade comunista, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, vigente ao longo da história da humanidade e tremendamente intensificada na era do capital, viesse a ter fim. Contudo, em seus trabalhos, a função do intelectual é estratégica para pensar as relações político-ideológicas entre classes e grupos sociais. Ou seja, Gramsci não ignorava a sua importância.

Isto significa que, sem desconsiderar a relevância da afirmação de cunho generalizante do marxista italiano - todos os homens são intelectuais -, enfatizarei aqui o segundo termo da oração - “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” - para falar de Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017) e Ricardo Benzaquen de Araújo (1952-2017).

Nos dias que correm, quando, aqui e alhures, perspectivas anti-intelectualistas ganham terreno, é importante dizer que ambos desempenharam essa função de maneira plena, ampla e íntegra na maior parte do tempo que viveram. Foram intelectuais profissionais. Nunca exerceram outra profissão. E, talvez, ao final deste texto, tenhamos uma noção mais precisa da extensão e do significado da ideia de profissão do intelectual do modo como ambos a experimentaram.

Antes disso, contudo, se estamos diante de intelectuais “concretos”, cada qual portador de uma biografia própria, cabe a nós pensar o que os aproxima e o que os distingue, ou seja, neste último caso, o que os singulariza enquanto tais.

¹ Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do Cárcere**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Começarei pelas semelhanças em suas trajetórias. Uma delas é a experiência do deslocamento. Ricardo Benzaquen nasce em Manaus e vem ainda muito criança para o bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Dentre as razões da mudança, a preocupação dos seus pais com as oportunidades, que vislumbravam limitadas, que a cidade amazonense ofereceria ao seu único filho. Ricardo reteria desta época as boas lembranças dos banhos nos igarapés e as caminhadas noturnas pelas ruas da cidade que ele e o pai iluminavam com lanternas, pois alguns bairros de Manaus ainda não possuíam iluminação pública.

Antonio Candido nasce no Rio de Janeiro, mas passa boa parte da infância e juventude entre São Lourenço, Minas Gerais, e São Paulo. Cursa o ginásio em cidade do interior de São Paulo e vai definitivamente para São Paulo capital em 1939, quando ingressa no curso de Direito da USP e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras também da USP.

Essa experiência de mobilidade geográfica para os grandes centros não era incomum no Brasil do século XX, mesmo em se tratando de filhos famílias de classe média, para os quais a educação superior já representava maiores chances de ascensão.

Abro aqui um parêntese para notar que, por outro lado, grandes diferenças sobressaem quando comparamos o meio familiar em que ambos se criaram. Ricardo era filho de pai securitário que chegou a postos de direção nas empresas em que trabalhou e de mãe contadora, dona de um escritório próprio - Sol Benzaquen de Araújo - que, aliás, ainda existe, tendo, com o seu falecimento, passado para as mãos dos seus funcionários. O pai de Antonio Candido era médico, uma das três alternativas profissionais - as outras eram direito e engenharia - que se afiguravam aos jovens de elite no Brasil. A propósito dos pais, Antonio Candido diria em uma das várias entrevistas que concedeu: “Sou filho de um médico estudioso e dedicado à profissão, mas com grandes interesses para o lado da filosofia, da história e da literatura, e de uma mãe que teve apenas a instrução sumária dos colégios de freiras daquele tempo, mas era muito inteligente e culta”. Tanto que seu filho não cursou o ensino primário, estudou em casa. Como profissional liberal, o pai de Antonio Candido ganhava muito bem, mas após a sua morte em 1942, a família passaria por dificuldades financeiras, o que motiva o sociólogo a aceitar o cargo de assistente de Fernando Azevedo em sociologia, apesar do seu interesse maior por teoria literária. A outra semelhança mais evidente entre os dois é a experiência do ativismo político. O fato é que ambos viveram boa parte da sua juventude sob ditaduras civis e militares, ditaduras enfim, e assumiram identidades de esquerda. Como curiosidade apenas, sem nenhum significado sociológico maior, pois se tratam de contextos e subjetividades bastante distintos, Antonio Candido tem 12 anos quando Vargas assume o poder e Ricardo tem 12 anos quando os militares dão o

golpe de 64. Antonio Candido milita contra o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, em grupos clandestinos como o Grupo Radical de Ação Popular. Mais tarde, filia-se ao PT, desde a sua fundação em 1980, juntamente com Apolônio de Carvalho, Mário Pedrosa e Sergio Buarque de Hollanda. Conforme diria na entrevista concedida a Gilberto Velho e Yonne Leite do Museu Nacional, UFRJ, e publicada em 1993 na Revista *Ciência Hoje* da SBPC, “Clima³ representa, na sua segunda fase, o esforço cultural de uma linha socialista independente ajustada ao Brasil, como a que veio produzir uma geração depois o PT. Por isso entrei nele desde a fundação, inclusive com o sentimento de estar representando alguns amigos mortos”.

Por outro lado, a militância política de Ricardo Benzaquen, da qual, aliás, ele dava poucos detalhes, se concentra nos últimos anos de estudo no clássico do CAPE da UFRJ, e pode ser inferida da leitura de *Os Carbonários* de Alfredo Sirkis e de outros livros sobre a guerrilha no Brasil.

Cabe notar, contudo, que nem a infância e o deslocamento, nem a militância política, foram temas escolhidos por Antonio Candido e Ricardo Benzaquen - e se essas experiências os mobilizaram de algum modo para a consecução dos seus escritos, elas constituem uma perspectiva mais ampla da qual não deixaram pistas muito evidentes. Do mesmo modo, não foram estas experiências exclusivas dos dois e, neste sentido, suficientes para singularizar as suas trajetórias.

Apenas posso afirmar que, no caso de Ricardo Benzaquen, sendo filho de mãe judia, dela herdará a forma laica de seu ethos, ou seja, o gosto pelo trabalho árduo, obsessivo, e o cuidado extremo com os que lhe eram próximos. Não convivi com o professor Antonio Candido para fazer qualquer afirmação sobre a ascendência dos seus traços de caráter, mas a sua discrição, gentileza e generosidade foram amplamente confirmadas por todos que escreveram sobre ele, após o seu falecimento em 12 de maio deste ano (2017).

Abreviando este recuo ao tempo da infância, e sem ampliar o escopo desta exposição para os aspectos políticos e econômicos que possam ter influído em algumas das suas escolhas, o caminho seria então enfatizar os contextos intelectual e acadêmico que ambos encontram no país e em que desenvolvem seus trabalhos, os quais, ainda que isso não seja suficiente para determinar suas trajetórias, permitem traçá-las de uma maneira um pouco mais inteligível.

³ Revista Clima, periódico acadêmico, publicada entre 1941 e 1944.

Logo de início, constatamos que uma geração os separa. Quando Ricardo Benzaquen nasce em 1952, Antonio Candido já havia lançado *Introdução ao método crítico de Silvio Romero* em 1945, com o qual obtém seu título de livre-docente em literatura e estava prestes a concluir o seu doutorado em ciências sociais com a tese *Os Parceiros do Rio Bonito*, que será publicada posteriormente, em 1964, e considerada por ele uma prestação de contas do seu trabalho como assistente de Fernando Azevedo.

Como todos os jovens, de ontem e de hoje, ambos se depararam com o momento da escolha profissional, em que suas subjetividades encontraram nas instituições universitárias de suas épocas os meios para se expressar. Antonio Candido cursa simultaneamente direito - a pedido do pai, que não queria vê-lo passar fome, quando o filho lhe comunica que desistira de prestar o vestibular para medicina para dedicar-se às ciências sociais - e sociologia, vindo a optar definitivamente por esta última. Ricardo se vê entre história e sociologia, vindo a optar pela primeira. Contudo, nem Antonio Candido se tornaria sociólogo, nem Ricardo, historiador estrito senso. Abrindo outro parêntese, agora para marcar a semelhança, diria que ambos se situam no extenso campo da intelectualidade de cunho humanístico, no qual as fronteiras disciplinares são frequentemente atravessadas.

Recapitulando a ordem cronológica das trajetórias, em 1939, Antonio Candido ingressou no curso de direito da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e na Faculdade de ciências sociais e filosofia da USP. Dois anos mais tarde, estreará como crítico literário na revista *Clima*, fundada em 1941 por Alfredo Mesquita e Lourival Gomes Machado e a qual aderem, além dele, o crítico de teatro Décio de Almeida Prado (1917-2000), o crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), e sua futura esposa, a crítica literária Gilda de Mello e Souza (1919-2005), entre outros. Abandona o curso de direito no quinto ano e conclui o bacharelado e a licenciatura em sociologia, em 1942. Como já mencionei, nesse ano, torna-se docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC/USP) como assistente de sociologia do professor Fernando de Azevedo (1894-1974). É aprovado em concurso de literatura brasileira com o título de livre-docente em 1945, com o trabalho sobre Silvio Romero, referido acima. De 1958 a 1960, leciona literatura brasileira na Faculdade de Filosofia de Assis, São Paulo.

De uma brevíssima biografia de Ricardo Benzaquen deve constar que ele ingressa no curso de História da PUC-Rio em 1970, conclui seu mestrado em Antropologia no Museu Nacional em 1980, com a dissertação “Os Gênios da Pelota. Um estudo sobre o futebol como profissão”, sob a orientação do professor Gilberto Velho. Nesta mesma instituição defende o seu doutorado em 1993 sobre a obra de Gilberto Freyre, tendo agora Otavio Velho como

orientador. Desta tese resulta o livro *Guerra e Paz. Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, publicado em 1994 e ganhador do prêmio Jabuti na categoria ensaio, neste mesmo ano. Foi professor da PUC-Rio no departamento de História desde 1975 e no programa de pós-graduação em História Social da Cultura desde o seu início, em 1986. Trabalhou também no prestigioso Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) de 1987 a 2010. Seu contemporâneo, o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, em texto recente de homenagem ao amigo, publicado em *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS)* da UERJ, expressa de forma bastante precisa o momento que ambos compartilharam no IUPERJ:

A superposição entre os tempos pessoal e nacional, privado e público, nos conferia e aos colegas, e à própria instituição, uma energia única, que se retroalimentava, atravessando distintas dimensões, estimulando o trabalho intelectual, dinamizando a docência, motivando a pesquisa e impelindo à criatividade e à ousadia. Por exemplo, a ousadia de transgredir distinções disciplinares⁴.

Como observei acima, as suas trajetórias acadêmicas e intelectuais mostram um trânsito frequente entre diferentes campos disciplinares; porém, seus interesses por literatura, crítica literária, sociologia, antropologia e história acabam encontrando na área de pensamento social no Brasil um ambiente propício para esse diálogo interdisciplinar. Antonio Candido é o autor do livro que marcará de forma definitiva esta área na sua vertente paulista, o seu *Formação da Literatura Brasileira*, e Ricardo Benzaquen recupera de modo inovador Gilberto Freyre, considerado maldito tanto por suas inclinações políticas - apoiou o golpe militar no Brasil e a ditadura de Salazar -, quanto por uma certa interpretação de sua obra como uma defesa da existência de uma democracia racial no Brasil.

Neste sentido, é possível identificá-los ao campo do pensamento social no Brasil, tendo no GT na ANPOCS, do qual Ricardo foi um dos fundadores, um dos seus fóruns privilegiados e no qual se expressaram com nitidez as suas diferenças em um debate tão fecundo quanto acirrado. Dentre todas as dessemelhanças, vou me concentrar de modo bastante breve, tendo em vista os limites e a natureza deste artigo, no que considero consistir as principais: a concepção de ensaio e a noção de contexto.

Como vimos, Antonio Cândido opera com uma concepção, digamos, ensaística da sua própria trajetória e da sua obra. Na entrevista concedida a Gilberto Velho e Yonne Leite, Antonio Candido dirá “(...) ensinei sociologia sem ser sociólogo, não sou formado em letras e

⁴ Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>>.

ensinei literatura, raspei pela medicina, estudei direito e não usei o que aprendi, li sem método um pouco de tudo. Vocês compreendem por que me considero um indivíduo de formação irregular e heterodoxa, mas, modéstia à parte, produtiva.”

Por outro lado, este caráter indefinido e errante de sua experiência intelectual pode ser colocado em contraste com uma análise que busca atingir uma totalidade explicativa dos fenômenos, deixando pouca margem para o inacabamento e a incerteza, próprios do gênero ensaístico. Como é sabido, Antonio Candido é fortemente marcado pela tradição francesa, pela escola durkheimiana de sociologia, que, aliás, esteve presente de forma decisiva nos inícios da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e que, junto ao seu contato autodidata com a antropologia inglesa de corte estrutural-funcionalista, orienta seu pensamento para uma versão mais positiva da ciência social. Sua noção de contexto, ou melhor, o modo como ele trabalha com a noção de contexto, pode ser derivada deste seu objetivo. Tomado como algo dado, o contexto é incorporado na análise sem maiores questionamentos, como, aliás, costumam operar as ciências sociais. A forma precisa com que Rodrigo Martins Ramassote resume este ponto, em “A sociologia oculta de Antonio Candido”, publicado na revista *Tempo Social*, justifica a extensão da citação:

Embora a ambigüidade profissional que enredara o início da trajetória intelectual e acadêmica de Candido – cindida entre a crítica literária e a pesquisa na área de sociologia – estivesse virtualmente dissipada nesse momento, quando já se encontrava firmada sua identidade profissional como principal mentor e responsável pela área de Teoria Literária e Literatura Comparada na FFCL-USP, os ensaios abordados neste artigo remetem a uma dupla inserção de tradições disciplinares, a qual pode ser discernida nos conteúdos temáticos privilegiados por Candido, alinhados ao campo de investigações tradicionais da reflexão sociológica no Brasil. A despeito da enfática preocupação com a análise dos desafios formais das obras literárias, Candido aborda os principais romances da literatura brasileira pela discussão de questões de ordem sociológica, relativas, entre outras, à constituição da ordem pública, da abrangência dos laços familiares, da formação da estrutura de classes e consolidação do Estado-nação. Preocupando-se em deslindar como ‘a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que esta seja estudada em si mesma, como algo autônomo’ (Candido, *O discurso e a cidade* p. 9), o autor, em seus principais ensaios, realiza uma reflexão profunda sobre tal “realidade do mundo”, baseada numa síntese particular que assimila e explora, de modo criativo, autores, tradições e esquemas analíticos sociológicos de diversas procedências na composição de um projeto autoral cujas principais coordenadas articulam ensaísmo social e crítica literária, ciências sociais e análise estética⁵.

⁵ Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100011>.

Outro elemento que reforça essa sua concepção de contexto é o seu contato com o marxismo. Para ele, conforme disse na entrevista supracitada,

[o] marxismo é uma filosofia totalizadora, e ser marxista é mais ou menos como ser católico: você tem de passar pelo crivo da doutrina toda a realidade do mundo, do ser, da ação. Ora além da impregnação geral de método, que acabo de mencionar, o marxismo para mim foi importante sobretudo no terreno da política. Acho, por exemplo, que sem conceitos como luta de classes não se entende corretamente a realidade social. Mas me convenci desde cedo que ele não é uma doutrina fechada, e sim um instrumento de grande poder analítico e prático, que deve ser ajustado sempre à luz dos novos conhecimentos⁶.

Também no que diz respeito às suas principais referências teóricas, Ricardo Benzaquen incorpora a vertente mais antropológica, maussiana, da tradição francesa, mas ele igualmente absorve a tradição alemã de pensamento. Weber, Simmel, Benjamin, Krakauer e outros, fizeram parte de sua formação e muito dessa orientação lhe chega pelas mãos do professor de literatura e crítico literário Luis Costa Lima. Ou seja, em Ricardo o tema da subjetividade é central e situa-se no interior da forma ensaística enquanto parte de um diagnóstico da modernidade como crise ou como tragédia da cultura. A separação entre cultura objetiva e cultura subjetiva, como Simmel a formulou, circunscreve os limites do conhecimento acerca da realidade. Toda assertividade sobre qualquer suposta realidade só encontra meio de expressão através do trabalho, da energia interpretativa de um sujeito que, no entanto, deve se servir da ironia para se afirmar, uma vez que escapa ao ensaísta a afirmação peremptória de uma verdade.

Neste sentido, também a noção de contexto é marcada por aquela cisão e o próprio contexto torna-se apreensível e significativo através do trabalho de interpretação. Em suas palavras,

todo contexto, em vez de apontar para uma experiência objetiva, única e abrangente, deve ser encarado como uma delicada construção intelectual, ou seja, como uma combinação da rigorosa pesquisa documental com as mais diferentes orientações conceituais [...] ao mesmo tempo, porém, elas jamais conseguem esgotar, dar conta inteiramente da capacidade intelectual das obras aqui aludidas, até porque essa modalidade de texto, animada por uma espécie de singular energia interpretativa, aproxima-se sobremaneira daqueles contextos, não para reproduzi-los, mas para desafiá-los, pensá-los, no sentido forte do termo, em um diálogo tenso e sofisticado que pode envolver desde a explicitação – e a possível modificação- de premissas tacitamente aceitas até a crítica radical de usos e costumes de há muito estabelecidos. Para concluir: as ideias cultivadas nesses textos podem, afinal,

⁶ Disponível em: <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/antonio_candido_14.html>.

desempenhar um papel dos mais ativos na vida social, dando eventualmente origem a movimentos e instituições, transformando-se elas próprias em contexto e, neste processo, modificando-os de forma indelével⁷ (ARAÚJO, 2004: 37).

A conclusão que se segue é que, para Ricardo Benzaquen, os autores convocam os diferentes contextos, quer sejam sócio-econômicos, intelectuais, políticos e religiosos, para pensá-los tanto no sentido da reafirmação como da crítica, e as suas interpretações têm virtualmente a possibilidade de se transformarem em novos contextos. Contudo, essa não é uma prerrogativa apenas dos autores que toma por objeto, mas de todo intérprete. Do próprio Ricardo, inclusive. Ele demonstra que as categorias analíticas não devem ser reificadas, pois isso resultaria tanto em inviabilizá-las como instrumento de trabalho quanto limitaria o alcance da interpretação.

Muito ainda poderia ser acrescentado a estas breves observações, mas, para concluir, gostaria apenas de enfatizar que Antonio Candido de Melo e Souza e Ricardo Benzaquen de Araújo fazem parte agora do nosso acervo intelectual, acervo para o qual contribuíram ao longo de suas vidas, enriquecendo-o muitíssimo. Cabe a nós honrá-los, prosseguindo com eles o trabalho de pensar os nossos intérpretes do Brasil.

⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Textos e Contextos, in: **Nossa História**. São Paulo: Vera Cruz/FBN, 2004.

Artigos

A importância do Poder Judiciário na tradição liberal: Locke, Montesquieu e “O Federalista”

Paulo Joaquim da Silva Rodrigues¹

Resumo: As crescentes discussões acerca do papel do Poder Judiciário nas democracias modernas tem imposto à teoria política a necessidade de uma nova análise da separação dos poderes. Por vezes, argumenta-se que ocorre uma quebra institucional na separação entre os poderes, formulada pelos pilares teóricos da tradição liberal, quando se discute a relação entre Judiciário e Política. Todavia, qual seria o lugar institucional do Poder Judiciário na separação de poderes? Este artigo visa, por meio de uma análise bibliográfico-comparativa, identificar a alocação institucional do Poder Judiciário e suas relações com os demais poderes, nas teorias de Locke, Montesquieu e “O Federalista”. Assevera-se a origem política do Judiciário e a relevância do mesmo na separação de poderes proposta pelos autores cânones da tradição liberal. Ademais, é identificado esforço de neutralização política de tal poder, o que não significa um isolamento institucional do Poder Judiciário no sistema político.

Palavras-chave: Poder judiciário; separação de poderes; teoria política.

The importance of Judiciary in the liberal tradition: Locke, Montesquieu and “The Federalist”

Abstract: The rising discussions about the role of the judiciary in modern democracies have imposed on political theory a new analysis of the separation of powers. Sometimes it is argued that there is an institutional breakdown in the separation of powers, formulated by the theoretical pillars of the liberal tradition, when discussing the relationship between the Judiciary and Politics. However, what is the institutional place of the judiciary in the separation of powers? This work aims to identify the institutional allocation of the judiciary, and its relations with other powers, on the theories of Locke, Montesquieu and "The Federalist". Finally, it proposes the political origin of the judiciary and the political neutralization effort of it, which does not mean an institutional isolation of the political system the judiciary.

Keywords: judiciary; separation of powers; political theory.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ. Doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ. Bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Email: paulojoaquimcs@iesp.uerj.br

Introdução

Os novos papéis adotados pelo Poder Judiciário, bem como, a reorganização de suas atribuições em períodos posteriores a regimes autoritários, tem imposto a teoria política a necessidade de uma nova análise da separação dos poderes. Uma gama considerável de críticas acerca dessa “expansão judicial” reside na acepção de que haveria uma quebra na separação entre os poderes, separação esta fundada e desenvolvida no bojo da tradição liberal. Contudo, qual seria o lugar institucional do Poder Judiciário em tal separação? Como se daria a sua origem e relevância? De que forma os clássicos definiam sua função e limitariam seu poder? O presente artigo busca identificar a alocação institucional do Judiciário nos escritos de John Locke (1632-1704), Montesquieu (1689 – 1755) e os escritos de “O Federalista”. A metodologia consiste em uma análise bibliográfica combinada com uma análise comparativa, tendo por objetivo a sistematização do Poder Judiciário nesses autores. Os autores são expostos por ordem cronológica de seus textos, sendo ressaltada a influência entre os mesmos. Ao final, apresentam-se as acepções em consonância identificadas nos textos, permitindo um breve retrato institucional do Poder Judiciário na tradição liberal.

John Locke: a origem da faculdade de julgar

Dentre os três autores que são o foco de nosso estudo, Locke (1632-1704), cronologicamente é o primeiro. A despeito da separação de poderes em Locke não ser descrita pela tríade clássica — Executivo, Legislativo e Judiciário —, seria incipiente argumentar a sua não existência, dado o importante papel de tal separação como princípio assegurador da propriedade privada — entendida em amplo aspecto como vida, liberdade e bens² —, frente ao exercício arbitrário do poder (LOCKE, 1994: 74-5).

O *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* centra-se na gênese, forma e objetivo último do governo civil. O texto descreve a passagem do Estado de Natureza para a sociedade civil, processo que se daria através do contrato social. No Estado de Natureza de Locke, o homem concentraria em si a capacidade de julgar — baseado no direito natural — e a capacidade de executar as respectivas punições em casos de agressão. Ao entrar em sociedade, os homens delegariam suas capacidades legislativas e executivas aos respectivos poderes, Legislativo e Executivo (*Op. Cit.*: 58). O autor inglês identifica na sociedade os

² Tudo isso evidencia que, embora as coisas da natureza sejam dadas em comum, o homem, sendo senhor de si mesmo e proprietário de sua própria pessoa e das ações de seu trabalho, tem ainda em si a justificação principal da propriedade; e aquilo que compôs a maior parte do que ele aplicou para o sustento ou o conforto de sua existência, à medida que as invenções e as artes aperfeiçoaram as condições de vida, era absolutamente sua propriedade, não pertencendo em comum aos outros (*Op. Cit.*: 47).

poderes: Legislativo, Executivo e Federativo. Causa certo sobressalto a ausência do Poder Judiciário, algo que seria incomum, posto que pensadores anteriores a Locke já utilizassem tal noção³. Em análises como a de Armando Albuquerque, o Poder Judiciário em Locke não estaria distinguido do Legislativo.

Com relação ao poder judiciário, ele aparece como um poder que não se distingue do legislativo. Legisladores e juízes não têm funções distintas, mas a função de instaurarem uma lei positiva. No capítulo XI, onde trata da extensão do poder legislativo, Locke afirma no parágrafo 136 que: "[...]... *o poder legislativo ou poder supremo não pode chamar a si o poder de governar por meio de decretos extemporâneos e arbitrários, mas está na obrigação de dispensar justiça e decidir dos direitos dos súditos mediante leis promulgadas, fixas e por juízes autorizados, conhecidos*". (Id., Ibid., p. 330) Nesta passagem é possível deduzir que o legislativo não apenas formula leis ("dispensa justiça"), mas também cuida da sua aplicação ("decidir sobre os direitos dos súditos"). Logo, legislativo e judiciário apresentam-se como partes constitutivas sob aspectos distintos de um único poder que é o legislativo (ALBUQUERQUE, 2015: 4).

De maneira discrepante a de Albuquerque, Sousa (1995) não subsume o Poder Judiciário exclusivamente ao Poder Legislativo. O autor sustenta que o Poder Judiciário estaria presente nos aspectos fundacionais da sociedade política, a constituição desta seria impossível sem a elaboração de leis isonômicas e a escolha de juízes imparciais, dado que a característica básica do Estado de Natureza é a ausência destes elementos. Ademais, em seu aspecto prático, o Poder Judiciário estaria presente tanto no Poder Legislativo como no Poder Executivo. A despeito de não se confundir com nenhum destes, o Judiciário estaria adstrito aos mesmos.

Na medida em que o direito do estado de natureza, inerente ao indivíduo, não tem outro executor senão o próprio indivíduo, não podemos ter sociedade civil ou política. O estado de natureza subsiste com as ameaças de guerra civil que integra em razão da fragilidade da natureza humana, enquanto não se possa afirmar a competência jurisdicional do magistrado. Por conseguinte, o poder judiciário ou, mais propriamente, jurisdicional, não é um <<poder>> entre outros. Ele indica a juridicidade essencial do estado civil (§§ 88, 89 e 127), característica esta que nunca existe na sociedade natural, onde cada um, com espírito de vingança, está incumbido da execução do seu direito de natureza (§ 125). (...). No mínimo, podemos pois dizer que na sociedade civil de Locke a exigência jurisdicional e o poder judiciário que o executa são <<fundamentais>>: eles exprimem a condição *sine qua non* da sociedade política, situando-se muito para além de um simples <<poder autônomo>> do Estado (SOUSA, 1995: 16).

³ "Por um lado, Aristóteles (e os clássicos do pensamento político, em geral) havia colocado ao lado da assembleia deliberativa dos assuntos públicos e do corpo de magistrados das leis, não um poder <<federativo>>, mas sim um poder <<judiciário>>. Ora, LOCKE parece não integrar no seu <<sistema constitucional>> um *poder judiciário*" (SOUSA, 1995: 13).

As proposições desses dois comentadores lançam luz à problemática acerca da localização do Poder Judiciário na divisão de poderes da teoria lockeana. Nada obstante, ainda é muito parca a clareza sobre a dimensão institucional do mesmo em tal teoria. Se em certos pontos, Locke deixa claro a necessidade de “... leis promulgadas e juízes autorizados e conhecidos” (LOCKE, 1994: 72), não há intelecção sobre quem nomearia tais juízes e se seriam uma corporação autônoma ou ligada aos outros poderes. A omissão do autor inglês a respeito do Judiciário e a dificuldade contemporânea de entendê-la seria fruto da acepção de Locke do Estado de Natureza. Como assevera Morgado, em Locke, os poderes políticos derivam da capacidade de julgar e executar punições, que são concernentes aos indivíduos no Estado de Natureza.

A razão para tal omissão encontra-se na doutrina lockeana do estado de natureza de onde decorrem todos os poderes políticos. Na verdade, os poderes constituídos na sociedade política são derivados da relação do indivíduo com os outros indivíduos, e com a lei natural, nesse estado de natureza que precede intelectualmente o Estado organizado. No estado de natureza, o indivíduo está submetido à lei natural, mas não existe nenhuma autoridade centralizada e reconhecida que aplique os seus preceitos. O poder de *executar* essa lei está entregue a cada um dos indivíduos. (...) Locke não separa o poder judicial do poder executivo porque na sua origem aqueles dois poderes não podem ser distintos (MORGADO, 2006: 77).

A interpretação de Morgado é consoante com a de Albuquerque, qual seja: “o poder de julgar, após o estabelecimento da sociedade política, é cedido ao todo da sociedade e, em termos constitucionais, é entregue ao poder legislativo (II §87-89)” (*Op. Cit.*: 78). Ressalta-se das argumentações dos comentadores que o Poder Judiciário em Locke teria origem política, todavia, não seria autônomo. O exercício da função judiciária se daria por meio de instituições políticas, embora o lugar institucional preciso não seja apontado pelo autor inglês.

O Poder Legislativo em Locke seria o poder supremo (LOCKE, 1994: 76), todavia, delegado. O poder supremo advém do povo que o delega a um homem ou um grupo de homens para exercer a função legislativa (*Op. Cit.*: 58). Como obstáculo ao exercício arbitrário do Poder Legislativo, Locke defende substituição — parcial ou integral — dos indivíduos que o ocupem cargos legislativo periodicamente (*Op. Cit.*: 73). As funções do Poder Legislativo consistem em: estabelecer leis permanentes e iguais para todos os indivíduos, sem distinções; essas leis devem ter como objetivo o bem comum do povo; assim como o objetivo último da sociedade civil, as leis formuladas pelo legislativo devem proteger

a propriedade privada; e, os depositários do poder legislativo não podem transferir o seu poder de legislar para outrem⁴.

O Poder Executivo na teoria lockeana teria a função de garantir a aplicabilidade da lei, assim como a capacidade coercitiva de executar as devidas sanções aos que infringi-las. Haveria a possibilidade de este poder estar outorgado a uma pessoa somente, pois, como observamos, tal poder encontra-se hierarquicamente abaixo do Poder Legislativo. As diferentes comunidades civis (Estados), todavia, encontrar-se-iam em situação análogas aos homens no Estado de Natureza, no que se refere às relações umas com as outras. Nestas relações, não haveria o julgo das leis particulares de cada comunidade, portanto, seria necessária a existência de um poder que se ocupe de defender a comunidade civil perante os entes externos. Este poder chama-se Federativo e deve ser, preferencialmente, exercido pelo mesmo depositário do Poder Executivo, em razão de que para ambas as funções é necessário o controle das forças coercitivas da comunidade civil, que em última instância, constituem-se da força individual de cada um de seus membros.

Embora, como eu disse, os poderes executivo e federativo de cada comunidade sejam realmente distintos em si, dificilmente devem ser separados e colocados ao mesmo tempo nas mãos de pessoas distintas; e como ambos requerem a força da sociedade para o seu exercício, é quase impraticável situar a força da comunidade civil em mãos distintas e sem elo hierárquico; ou que os poderes executivo e federativo sejam confiados a pessoas que possam agir separadamente; isto equivaleria a submeter a força pública a comandos diferentes e resultaria, um dia ou outro, em desordem e ruína (*Op. Cit.: 75-6*).

O Poder Legislativo não necessita de uma contínua existência, o trabalho de promulgar leis permanentes cessa de tempos em tempos. No entanto, é de extrema importância que a sua reunião seja frequente, previamente estipulada, ou em ocasiões que os depositários deste poder julguem necessário. O Poder Executivo e Federativo, por outro lado, necessitam de uma existência contínua, posto que, a observância do cumprimento das leis, as

⁴ "Eis os limites que impõe ao poder legislativo de toda sociedade civil, sob todas as formas de governo, a missão de confiança da qual ele foi encarregado pela sociedade e pela lei de Deus e da natureza. Primeiro: Ele deve governar por meio de leis estabelecidas e promulgadas, e se abster de modificá-las em casos particulares, a fim de que haja uma única regra para ricos e pobres, para o favorito da corte e o camponês que conduz o arado. Segundo: Estas leis só devem ter uma finalidade: o bem do povo. Terceiro: O poder legislativo não deve impor impostos sobre a propriedade do povo sem que este expresse seu consentimento, individualmente ou através de seus representantes. E isso diz respeito, estritamente falando, só àqueles governos em que o legislativo é permanente, ou pelo menos em que o povo não tenha reservado uma parte do legislativo a representantes que eles mesmos elegem periodicamente. Quarto: O legislativo não deve nem pode transferir para outros o poder de legislar, e nem também depositá-lo em outras mãos que não aquelas a que o povo o confiou" (*Op. Cit.: 74*).

punições as transgressões as mesmas, e a vigilância sobre as ameaças externas não podem cessar nunca⁵.

Montesquieu: o temível aspecto do Poder Judiciário

A finalidade última do Estado em Montesquieu (1689 – 1755) seria a garantia da liberdade. Contudo, não seria essa a mesma liberdade do Estado de Natureza. A liberdade a ser assegurada é a liberdade política, qual seja a de fazer tudo o quanto a lei faculta e nada do que a mesma veda (MONTESQUIEU, 2012: 189). Em busca da intelecção de qual forma de governo mais garantiria a liberdade política, Montesquieu realiza uma observação empírica dos Estados que existiram e que existem. O autor conclui que a liberdade política é assegurada em governos *moderados* e a moderação só é obtida na medida em que os poderes do Estado e da sociedade encontram-se bem balanceados, de forma que um não possa submeter os demais.

Depois de tudo o que acabamos de dizer, parece que a natureza humana dever-se-ia revoltar incessantemente contra o governo despótico: mas, apesar do amor dos homens pela liberdade, apesar de seu ódio contra a violência, os povos, em sua maioria, acham-se quase todos a ele submetidos: e isto é fácil de compreender. Para formar um governo moderado, é preciso combinar os poderes, regulá-los, moderá-los, fazê-los agir; dar, por assim dizer, lastro a um deles, para colocá-lo em estado de legislação, que o acaso faz raramente, e que raramente deixa-se fazer à prudência (*Op. Cit.:* 93).

Como consequência desta exigência para a concretização da *moderação* em um governo, a separação de poderes em Montesquieu assume dois aspectos fundamentais: o primeiro é a tríade, consagrada pelo autor francês, e que perdura até hoje nas noções de Estado moderno, a saber, a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o segundo aspecto se refere à divisão dos poderes entre as classes sociais, posto que o domínio de uma única classe dos postos de poderes pode conduzir a uma desagregação do Estado e um inevitável retorno ao Estado de Natureza.

É importante asseverar que Montesquieu busca em seu trabalho identificar leis positivas que melhor garantiriam a moderação e seus aspectos fundamentais. É na Constituição Inglesa que o autor identifica a configuração de uma liberdade política presente

⁵ Mas como as leis que são feitas num instante e um tempo muito breve permanecem em vigor de maneira permanente e durável e é indispensável que se assegure sua execução sem descontinuidade, ou pelo menos que ela esteja pronta para ser executada, é necessário que haja um poder que tenha uma existência contínua e que garanta a execução das leis à medida em que são feitas e durante o tempo em que permanecerem em vigor. Por isso, frequentemente o poder legislativo e o executivo ficam separados (*Op. Cit.:* 75).

na lei positiva. Advirta-se que não é resultado lógico dizer que os ingleses são o povo mais livre do mundo, contudo, essa liberdade — política — estaria mais bem assegurada em sua Constituição (MONTESQUIEU, 2012: 203). A justificativa de tal juízo adviria em razão de existir na Constituição Inglesa, além do primeiro aspecto da separação dos poderes, também uma secção do Poder Legislativo em duas câmaras: uma sob controle da nobreza e outra sobre controle do povo, impedindo assim que houvesse predomínio do povo ou dos nobres.

Antes de definir as atribuições de cada poder, é importante ressaltar a necessidade última da separação e independência entre os mesmos. Dessarte, sem a separação a liberdade política estará ameaçada (*Op. Cit.*: 191). E sem a independência, ou seja, a capacidade de um poder resistir às ofensivas dos demais, a separação é impossível (*Op. Cit.*: 93 e 190). É patente e conhecida a influência da teoria lockeana no pensamento de Montesquieu. Por conseguinte, a origem dos poderes políticos em Montesquieu, assim como em Locke, advém dos poderes concernentes aos indivíduos no Estado de Natureza. Buscarei explicitar os poderes Legislativo e Executivo, para depois incorrer em uma análise mais profunda do Poder Judiciário, e o pernicioso efeito que a faculdade de julgar exerce na separação de poderes de Montesquieu.

Montesquieu propõe que a faculdade de estatuir deve ser confiada a um corpo de magistratura, no entanto, como já argumentou-se a composição do mesmo não pode incorrer no domínio de uma classe, ou seja, “o poder legislativo será confiado, conjuntamente, à corporação dos nobres e à corporação que for escolhida para representar o povo” (*Op. Cit.*: 195-6), a corporação de nobres deverá ser hereditária, como característica intrínseca de sua classe (*Ibidem*). Não é necessário que o corpo de representantes, depositários do Poder Legislativo, se mantenha indefinidamente reunido (*Op. Cit.*: 197). A convocação destes representantes consiste em uma prerrogativa do Poder Executivo, contudo: “Se o corpo legislativo se conservasse durante um longo tempo sem se reunir, não existiria mais liberdade” (*Ibidem*).

O Poder Executivo em um primeiro momento é identificado em união com o Judiciário, assim como em Locke esta união é axiomática no Estado de Natureza. Seria “o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes, e o poder executivo daquelas que dependem do direito civil” (*Op. Cit.*: 190-1). Posteriormente, Montesquieu divide essas funções deixando a última a cargo do Judiciário. A primeira delas encontra-se em consonância com o Poder Federativo lockeano, portanto, seria um poder que “determina a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, estabelece a segurança, evita as invasões” (*Ibidem*). Nota-se que a divisão que se procede é relativa à capacidade de julgar, que então passa ao

cargo do Judiciário, não obstante a execução da pena, a manutenção das leis civis e a garantia da ordem, continuam pertencentes ao Poder Executivo, sendo o depositário do mesmo a figura do monarca (MONTESQUIEU, 2012:196). Por último, a despeito do Poder Executivo não ter a capacidade de legislar, o mesmo tem a “faculdade de impedir; sem o que ele ficaria em breve despojado de suas prerrogativas” (*Op. Cit.*: 200), deste modo podendo vetar legislações as quais não assinta.

A teoria de Montesquieu, em uma acepção apriorística, poderia nos conduzir de forma desmedida à compreensão de que “o judiciário é de algum modo nulo” (*Ibidem*). No entanto, esta interpretação é temerária. A capacidade de julgar, que no Estado de Natureza estaria subsumida ao Poder Executivo, assume no Estado político uma dimensão demasiada perigosa. É manifesta a preocupação do autor francês com relação a tal capacidade, dado as enfáticas recomendações de que o Poder Judiciário não deve ser confiado a um corpo permanente e os indivíduos só devem ser julgados por seus iguais (*Op. Cit.*: 193).

A reflexão de Miguel Morgado (2006) nos permite entender como Montesquieu temia a alocação deste poder. É concernente ao Poder Judiciário o expediente de direcionar as forças coercitivas do Estado para uma ação individual. Ou seja, de todos os poderes políticos — não se perde de vista que a origem do Judiciário é inevitavelmente política — o poder de julgar é o único capaz de incidir concretamente sobre os indivíduos, em dimensão particular não generalizável, enquanto o executivo e o legislativo parecem agir em uma extensão mais abstrata, muito menos concreta e necessariamente generalizável.

Num Estado, o poder político, na sua vertente mais decisiva, e, porventura, mais coerciva ou violenta, aproxima-se do cidadão no grau mais intrusivo possível precisamente enquanto poder judicial. Daí que o poder de julgar seja, no dizer de Montesquieu, “tão terrível entre os homens” (XI,6). É “tão terrível” porque a sua proximidade é total, a sua intrusão é radical, e a sua violência (ou coerção) é extraordinária (MORGADO, 2006: 79).

O Poder Judiciário em Montesquieu, portanto, não é nulo, ele deve ser nulo. Ele também não é apolítico, mas deve neutralizado neste aspecto (*Op. Cit.*: 80). Entende-se desta forma, o reforço que Montesquieu dá a instituição de júris não permanentes e formados por indivíduos da mesma classe do réu, porquanto, desta maneira, “o poder de julgar, tão terrível entre os homens, não se achando ligado nem a um certo estado, nem a uma certa profissão, tornar-se-á, por assim dizer, invisível e nulo”(MONTESQUIEU, 2012: 191). Apesar dos condicionantes postos aos componentes dos júris ou tribunais, não fica claramente especificado quem escolheria seus membros. Contudo, indicações parecem nos sugerir que

em razão da origem do Poder Judiciário estar no Poder Executivo, esta escolha ficaria a cargo do chefe do Executivo, como a seguinte passagem parece indicar: “Não se havia ainda descoberto que a verdadeira função do príncipe era a de estabelecer juízes, e não a de julgar por si próprio” (MONTESQUIEU, 2012: 207).

O Federalista: a institucionalização do Poder Judiciário

As circunstâncias peculiares de independência e criação dos Estados Unidos exigiram aos defensores da Constituição de 1787 uma teoria política que possibilitasse a harmonização de elementos tidos como destabilizadores: um país de imensa extensão e, um governo que fosse eleito e composto pelo povo. Inúmeras críticas eram tecidas ao projeto: desconfiava-se da forma de governo, posto que, pela teoria política existente até então, repúblicas só se mantinham estáveis pela *virtude* de seus cidadãos; a separação de poderes inscrita no projeto era acusada de imiscuir os poderes e não separá-los efetivamente; a União era alvo de desconfiança pelo efeito redutor da autonomia e liberdade dos Estados membros. Em resposta as críticas e em defesa da Constituição, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay escreveram vários artigos, que posteriormente foram reunidos sobre o título “O Federalista”.

A defesa da forma republicana de governo iniciava-se pelo distanciamento teórico das democracias da Antiguidade. Até então, a teoria política remetia-se a tais democracias, como a Grega, para asseverar a necessidade de cidadãos virtuosos para manter a estabilidade de governos populares. O mecanismo da representação é introduzido na república norte-americana como meio estabilizador dos efeitos facciosos (MADISON, MADISON, JAY, 1979: 98). Os representantes eleitos pelo voto popular e pelos legislativos estaduais garantiriam a representatividade do povo e dos Estados. A estabilidade seria atingida, por conseguinte, na anulação mútua das facções, dado a grande quantidade das mesmas em um território tão extenso e populoso como os Estados Unidos. Os escritores federalistas partiriam de uma visão realista da natureza humana, destarte, enxergavam a ambição como uma característica inerente aos indivíduos. O cálculo e a contraposição das ambições gerariam o efeito de nulidade mútua, condição básica para a estabilidade do governo.

Assim como os artigos federalistas, alguns críticos da Constituição também escreveram textos apontando as falhas da mesma. Estes autores ficaram conhecidos como “anti-federalistas”. Acerca da separação de poderes, tais autores fizeram uso sistemático da teoria de Montesquieu. Em respostas aos mesmos, Madison argumenta que na Constituição Inglesa — inspiração e referência para teoria de Montesquieu —, os poderes eram dispostos

parcialmente juntos, assim como, em muitas constituições dos estados norte-americanos. Ademais, a teoria do autor francês buscaria minar a concentração integral de poderes em um único corpo ou indivíduo, não havendo problemática em parciais uniões esporádicas.

Portanto, visto que estes fatos foram o norte para Montesquieu para estabelecer o princípio de que se trata, podemos concluir que, quando ele estabeleceu “que não há liberdade todas as vezes que a mesma pessoa ou a mesma corporação legisla e executa ao mesmo tempo, ou por outras palavras, quando o poder de julgar não está bem distinto e separado do Legislativo e Executivo”, não quis proscrever toda *ação parcial*, ou toda *influência*, dos diferentes poderes uns sobre os outros: o que quis fazer, segundo se colige das suas expressões, e ainda melhor dos exemplos que lhe serviram de regra, foi que, quando dois poderes, em toda a sua *plenitude*, se acham concentrados numa só mão, todos os princípios de um governo livre ficam subvertidos (MADISON, MADISON, JAY, 1979: 125).

A separação dos poderes nos Federalistas parte da mesma tríade de Montesquieu, a saber, Executivo, Legislativo e Judiciário. Notoriamente, o preenchimento destes poderes percorreria meios distintos do autor francês, não obstante a justificativa a separação é a mesma, o acúmulo de poderes distintos no mesmo corpo de indivíduos ou indivíduo é o maior risco à liberdade. Entre os poderes sempre haveria uma distribuição hierárquica na qual o Legislativo figuraria como o mais poderoso e, portanto, o que mais oferece riscos a liberdade. Para garantir o mínimo de equilíbrio frente a essa desigualdade de poder, variados mecanismos são estipulados, com o intuito de enfraquecer o Poder Legislativo — o mais forte poder e o mais perigoso à liberdade na república — e, fortalecer os demais poderes.

Para cada forma de governo, haverá um poder necessariamente mais forte, de onde partem as maiores ameaças à liberdade. Em uma monarquia, tais ameaças partem do executivo, enquanto para as repúblicas, o legislativo se constitui na maior ameaça à liberdade, já que é origem de todos os poderes e, em tese, pode alterar as leis que regem o comportamento dos outros ramos de poder (LIMONGI, 2001: 251).

O Poder Executivo federal seria confiado à figura do presidente, sua eleição ocorreria de forma direta e indireta, viabilizando desta forma o voto do cidadão e dos Estados como corpos políticos⁶. Além da capacidade de execução, o Poder Executivo deveria estar dotado veto absoluto das legislações feitas pelo Legislativo, que “...é, à primeira vista, a arma mais natural que pode dar-se ao Poder Executivo para que se defenda...” (HAMILTON,

⁶ A origem do Poder Executivo é mista. A eleição imediata do presidente é resultado do voto dos Estados, considerados como corpos políticos independentes; porém a eleição primária é composta. Em parte votam os Estados como corpos iguais e independentes; em parte como membros desiguais da mesma sociedade (HAMILTON, MADISON, JAY, 1979: 121).

MADISON, JAY, 1979: 131) a possíveis arbitrariedades do Legislativo e garantir a sua independência. Estaria a cargo do presidente a escolha dos membros da Suprema Corte, os quais deveriam ser referendados pelo Senado. Soma-se ao Executivo federal as funções descritas pelo Poder Federativo em Locke, e ao poder relativo aos direitos das gentes em Montesquieu, ou seja, as relações com as demais nações.

Como a energia do Poder Executivo é um dos principais caracteres de uma boa Constituição — como esta circunstância é tão essencial à segurança da sociedade contra os ataques estrangeiros à firme administração das leis, à proteção da propriedade contra as tentativas dos poderosos para transformar o curso ordinário da Justiça —, como, finalmente, o vigor do Poder Executivo é que mantém e segura a liberdade contra o furor das facções e contra os projetos da ambição, é muito de desejar para os amigos das formas republicanas que esta ideia seja sem fundamento; porque, sem que os seus próprios princípios padeçam condenação irremissível, não é possível admiti-la (HAMILTON, MADISON, JAY, 1979: 156).

O Poder Legislativo federal teria a função legiferante, no que se refere às questões nacionais e seria dividido em duas câmaras, no entanto, ao contrário da formulação de Montesquieu, estas câmaras não representariam classes distintas. A Câmara dos Representantes seria eleita pelo voto direto dos cidadãos, com o número de cadeiras por estado calculado de forma proporcional a população do mesmo. O Senado seria composto por representantes eleitos pelos legislativos estaduais e cada estado possuiria o mesmo número de cadeiras no Senado (*Op. Cit.*: 119). Tal divisão é um dos mecanismos para redução do Poder Legislativo e a garantia de certa autonomia aos Estados, sendo eles também representados como corpos políticos.

Mas a desgraça é que, como nos governos republicanos o Poder Legislativo há de necessariamente predominar, não é possível dar a cada um dos outros meios suficientes para a sua própria defesa. O único recurso consiste em dividir a legislatura em muitas frações e em desligá-las umas das outras, já pela diferente maneira de Elegê-las, já pela diversidade dos seus princípios de ação, tanto quanto o permitem a natureza das suas funções comuns e a dependência comum em que elas se acham da sociedade (*Op. Cit.*: 131).

O Poder Judiciário é dos poderes o mais fraco, posto que, não goza de iniciativa e, portanto é o que menos oferece risco à liberdade⁷. Os mecanismos criados para que o Judiciário possa manter-se independente e resistir a pressão dos demais poderes são: a inamovibilidade dos juízes; a vitaliciedade do cargo; e a interpretação última e “guarda” da

⁷ Quem considerar com atenção os diferentes poderes deve reconhecer que, nos governos em que eles estão bem separados, o Poder Judiciário, pela mesma natureza das suas funções, é o menos temível para a Constituição, porque é o que menos meios tem de atacá-la (*Op. Cit.*: 161).

Constituição — controle de constitucionalidade. Os magistrados do Poder Judiciário não podem ser removidos seus âmbitos de atuação. A escolha dos mesmos não poderá ser periódica, uma vez feita, os juízes permanecerão em seus cargos enquanto tiverem uma conduta digna. É prerrogativa dos tribunais e, em última instância da Suprema Corte, a definição da correta interpretação da Constituição.

A independência rigorosa dos tribunais de Justiça é particularmente essencial em uma Constituição limitada; quero dizer, numa Constituição que limita a alguns respeito a autoridade legislativa, proibindo-lhe, por exemplo, fazer passar *biils of attender* (decretos de proscricão), leis retroativas ou coisas semelhantes. Restrições desta ordem não podem ser mantidas na prática senão por meio dos tribunais de Justiça, cujo dever é declarar nulos todos os atos manifestamente contrários aos termos da Constituição. Sem isto, ficariam absolutamente sem efeito quaisquer reservas de direitos e privilégios particulares (HAMILTON, MADISON, JAY, 1979: 162).

A escolha dos membros da Suprema Corte, como dito anteriormente, é prerrogativa do presidente e deve ser referendada pelo Senado. A secção das atribuições em planos estadual e nacional é uma forte distinção das teorias anteriores, aspecto consequencial da formação dos Estados Unidos. A neutralização política do Judiciário é intensa, contudo, admite-se que os juízes não deixam ser eleitos, ainda que de forma mais indireta e não periódica (*Op. Cit.*: 119). Os magistrados do Poder Judiciário assumem uma função mais burocrática nesta teoria.

O temível aspecto da capacidade de julgar, presente em Montesquieu, aparece nos Federalistas também, contudo, com menor intensidade. Não obstante, independência institucional do Judiciário é clara, diferentemente do que ocorre em Locke e em Montesquieu. Montesquieu preocupou-se com o risco do indivíduo ser interpelado, particularmente, pelo único poder que poder agir de forma não generalizável. Por outro lado, os autores federalistas preocupam-se com o dano que pode ocorrer à estabilidade e, por conseguinte, aos indivíduos, caso o Judiciário perca a sua independência institucional e seja absorvido pelos demais poderes.

Segue-se mais: que ainda que os tribunais de Justiça possam algumas vezes excitar algum ato de opressão individual, nunca podem pôr em perigo a liberdade geral, ao menos enquanto o Poder Judiciário estiver convenientemente separado dos outros dois; porque é preciso concordar com Montesquieu, que não pode haver liberdade onde o poder de julgar não estiver bem separado do de fazer leis e do de as executar. Segue-se, finalmente, que, como a liberdade nada tem que temer do partido judiciário sozinho, e tudo que recai da sua união com qualquer dos dois outros — como a dependência em que ele se achasse de um deles produziria todos os

efeitos de uma verdadeira união, apesar de uma separação, que em breve se tornaria ilusória e nominal —, como, pela sua fraqueza natural, o Poder Judiciário está sempre em perigo de ser intimidado, subjugado ou seduzido pela influência dos poderes rivais — e como, finalmente, nada pode contribuir tanto para firmar a sua independência como a inamovibilidade dos juizes —, deve esta instituição ser considerada como um elemento indispensável da organização do Poder Judiciário e como a cidadela da Justiça e segurança pública (HAMILTON, MADISON, JAY, 1979: 162).

A associação do princípio da “guarda” da Constituição junto com a interpretação última da mesma, consolida o mecanismo de resistência e independência do Poder Judiciário aos demais poderes, em especial, ao Legislativo. Tal mecanismo consiste na declaração de constitucionalidade, ou inconstitucionalidade, de toda atividade legiferante ulterior à constituição. Da mesma forma que o veto do Poder Executivo o protege de possíveis abusos do Legislativo, a interpretação constitucional garante um mínimo de controle do Judiciário sobre os avanços do Legislativo.

Considerações Finais

O Poder Judiciário poderia ser visto como o menos consensual nas teorias apresentadas. Em Locke a sua dimensão institucional não é explícita, em Montesquieu a capacidade de julgar seria tida como altamente perigosa, contudo, não há uma independência institucional do Judiciário. Tal independência é patente nos Federalistas. A origem política é inegável, fonte primária e última do poder, assim como, a necessidade de neutralização de possíveis ações políticas do Judiciário, como defendido em Montesquieu, e concluída institucionalmente nos Federalistas. Por conseguinte, nas teorias liberais de separação de poderes aqui analisadas, Judiciário e Política não são entes antagônicos, garantida a neutralidade judiciária, negar a origem política do mesmo seria negar seu status de poder.

Referências

ALBUQUERQUE, Armando. A Teoria Lockeana da Separação de Poderes. **Publica Direito**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4129304d04cff4cb>>. Acessado em: 01 de julho de 2015.

HAMILTON; MADISON; JAY. O Federalista. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Jefferson, Federalistas, Paine e Tocqueville**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. pp. 85-174.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu Rosseau, "O Federalista". São Paulo: Ática, 2001, pp. 243-256.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELLO, Leonel Itassu Almeida. John Locke e o Individualismo Liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu Rosseau, "O Federalista". São Paulo: Ática, 2001, pp. 79-90.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Barão de. **Do Espírito das Leis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MORGADO, Miguel. O Poder Judicial na Sociedade Livre. **KatÁlysis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2006, pp.75-84.

SOUSA, António Francisco de. A Separação de Poderes em Locke. **Polis**: Revista de Estudos Jurídicos-Políticos, Lisboa, v. 4/5, 1995, pp.7-42.

Ilha do fundão – RJ: a Vila Residencial e a relação com a concentração de atividades de PD&I

Carlos Leonardo Gomes Fernandes¹

Bianca Louzada Xavier Vasconcellos²

Douglas Monteiro de Almeida³

Robson Dias da Silva⁴

Resumo: O presente trabalho procura analisar a organização espacial da Ilha do Fundão, que tem se transformado em um tecnopolo; e os aspectos positivos para a Vila Residencial motivados pela concentração de atividades de PD&I relacionada diretamente ao setor de óleo e gás natural, que tiveram um forte crescimento nos últimos anos. Dentro desses locais, vários agentes se entrecruzam em sinergia: universidades, governo, capital financeiro e empresas.

Palavras-chave: Ilha do Fundão (RJ); Parque Tecnológico; Vila Residencial; Atividades PD&I.

Ilha do Fundão – RJ: the relationship between Residential Village and RD&I clustering

Abstract: This work studies the spatial organization of the “Ilha do Fundão” after it has been changed into a technopole. By focusing on the effects suffered by the Residential Villa that came from RD&I activities clustering headed by oil and gas industry. The paper shows that this activities have been resulting in a higher level of synergy between several agents such as university, government, financial capital and companies.

Keywords: Ilha do Fundão (RJ); Technologic Park; Residential Villa; RD&I Activities.

Introdução

O período pós 1945, também conhecido como período tecnológico, é o momento onde se inicia um processo de modernizações, como as descobertas científicas e aperfeiçoamento tecnológico em todos os campos, com a criação e uso de rápidos meios de transportes e com a utilização eletrônica nas informações. A sequência destes processos de

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email de contato: carleofernandes@gmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email de contato: bianca.ufrj@gmail.com

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia IESP pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email de contato: douglas_pedropaulo@hotmail.com

⁴ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email de contato: robsonsilva@gmail.com

modernizações traz consigo a formação de um espaço onde se concentra o uso de ciências e o uso de condições materiais e imateriais, originando assim, um meio técnico-científico informacional, que segundo Santos (1993) seria a “organização, cuja criação se dá com base na técnica e que não funciona se falta a informação”.

Onde existe ciência, existe a necessidade de um trabalho intelectual consistente, conduzindo às especializações e junto consigo, aos investimentos de capital. Estes locais, chamados de tecnopolos, onde ocorre a predominância do saber, necessitam da forte interação entre os elementos do espaço. Segundo Dezert (1992: 211), tecnopolo seria um “espaço bem delimitado com interesse de criar condições ótimas para favorecer pesquisa e inovação”. Há a necessidade de um esforço local para um desenvolvimento econômico e também para que ocorra uma valorização do potencial do ensino-pesquisa. A partir disso, mostra a necessidade de um trabalho conjunto entre Universidade, governo e setor empresarial.

Dentro desse ambiente tecnopolitano respira-se a discussão do invento, da transferência tecnológica e a busca de outros bens para manter aceso o mercado. Jalabert (1990) coloca que nesses ambientes há uma grande relação entre os estabelecimentos de ensino e pesquisa e as empresas, através de relações variadas de contrato de pesquisa, bolsas tecnológicas, estágios e teses de estudantes. Seguindo este pensamento, Scott e Storper (1988: 38) lembram que “as localidades industriais são muito mais do que simples locais da produção industrial. Elas também representam comunidades humanas duráveis nas quais, com o passar do tempo, acumulam tradições e formas de cultura particular”. Nessa cultura particular está inserido o caráter tecnológico com a formação e o crescimento da variedade de trabalhadores.

A partir dos anos 80, o Brasil começa a se inserir nesse meio de tecnopolos, principalmente em áreas centrais onde ocorre uma maior convivência do setor produtivo com a parte de pesquisa. No Rio de Janeiro, um exemplo de formação de tecnopolo acontece na Ilha do Fundão a partir de 1997, quando o Parque Tecnológico do Rio foi criado por decisão unânime do CONSUNI⁵, a partir da ideia de que o poder público, na era do conhecimento, e a Universidade Pública tem um importante papel a cumprir no desenvolvimento econômico regional. Esse parque começa a ganhar força a partir de 2006/2007 com a descoberta das jazidas de petróleo na camada pré-sal, porém não é possível concluir desde já que o pré-sal tenha sido o único fator a determinar a instalação dos centros de pesquisa e desenvolvimento no Parque Tecnológico da Ilha do Fundão. Existem fatores bastante importantes como a

⁵ Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

proximidade com o CENPES (Petrobras); a estabilidade política e econômica do país; a mão de obra qualificada; o acesso aos grupos de pesquisa da Universidade e também a existência de laboratórios com tecnologias de ponta dentro do Parque.

Outro fator que influenciou o desenvolvimento na área de PD&I foi a criação da Lei do Petróleo também em 1997. Essa legislação tinha como finalidade inserir nos contratos firmados entre as concessionárias e a ANP (Agência Nacional do Petróleo) uma cláusula de investimentos obrigatórios em PD&I, na qual pelo menos 1% da receita bruta gerada pelos campos de petróleo deveria ser investido em projetos de PD&I, sendo que desse valor, 50% deveriam ser destinados obrigatoriamente para instituições nacionais de ciência e tecnologia.

O interesse de grandes empresas em instalar no Parque do Rio seus respectivos centros de PD&I, vem fazendo com que o local se torne uma grande referência na área de petróleo e gás natural em escala mundial.

Porém, dentro desse local de concentração de alta tecnologia e conhecimento, existe uma Vila Residencial formada há décadas por moradores, muitos são ex-funcionários da UFRJ e operários das obras de formação da Ilha do Fundão e da construção da Cidade Universitária com seus familiares, que acabam sendo deixados de lado devido a uma falta de política pública direcionada a esse espaço. A luta da Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial (AMAVILA) durante anos foi para que esse olhar dos gestores fosse voltado um pouco para eles. Para um desenvolvimento completo do local e região em seu entorno, é necessário que todos os setores possam ser contemplados com melhorias, se interligando e trabalhando juntos para um desenvolvimento de forma igualitária.

Através de bibliografia disponível, fontes secundárias, alguns contatos com o Parque do Rio, CENPES e moradores da Vila Residencial foi possível elaborar este trabalho fazendo uma análise da concentração de atividades de PD&I na cidade do Rio de Janeiro, especificamente a Ilha do Fundão, onde diversas empresas do mundo estão buscando um espaço para ali instalarem seus respectivos centros de pesquisas e sua relação com a Vila Residencial da UFRJ.

Ilha do Fundão – Rio de Janeiro: Localização e Processo Histórico

A Ilha do Fundão, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, é uma ilha artificial criada através do aterro das nove ilhas de Manguinhos (Figura 1 e 2), com a finalidade de se tornar sede da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A Cidade Universitária foi “inaugurada” em duas datas: em 01 de outubro de 1953 (Getúlio Vargas inaugurou o Instituto de Pediatria e Puericultura). Posteriormente, em sete

de setembro de 1972, nas comemorações do sesquicentenário da independência, o General Médici “concluía”, oficialmente, a construção da cidade universitária, após sucessivos anos de paralisações.

Figura 1: Arquipélago em 1945. Futura Cidade Universitária da UFRJ



Fonte: Projeto Memória SIBI: <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/memoria.html>

Figura 2: Imagem da atual configuração da Ilha de Fundão



Fonte: Projeto Memória SIBI: <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/memoria.html>

Vila Residencial da UFRJ: Processo Histórico

Localizada na Ilha do Fundão, ao lado do Parque Tecnológico do Rio, a Vila (Figura 3) é margeada pela Baía da Guanabara, na altura do Canal do Cunha e tem em seu entorno os bairros da Maré e do Caju e vizinhança mais remota com a Ilha do Governador. Esse espaço possui cerca de 20 mil m² e 750 famílias.

Figura 3: Localização da Vila Residencial dentro da Ilha do Fundão – RJ.



Fonte: Elaboração própria através do Google Earth.

A maioria de seus primeiros moradores viviam nas ilhas de Sapucaia e do Catalão, que, mais tarde, com o aterro e unificação dessas ilhas citadas e outras sete, formaram a Ilha do Fundão, tendo seu grupo de moradores endossado por outros tantos operários que vieram construir a Universidade do Brasil. As obras iniciaram-se em 1949 e a realização desse megaempreendimento mobilizou expressivo contingente de operários. Ao fim das obras, esses moradores foram integrados ao quadro funcional da universidade e receberam terrenos para construir suas moradias.

Durante a construção da Ponte Rio-Niterói, o terreno que hoje se localiza o Parque Tecnológico do Rio e a Vila Residencial, foram usados como depósitos de entulhos da obra. Barracos de madeira construídos para abrigar os operários da construção da ponte começaram a ser ocupados pelos moradores que viviam espalhados pelos mais diversos pontos da então Cidade Universitária, sendo a sua maioria de funcionários da UFRJ. Os anos passaram, os moradores criaram uma forte ligação entre si e com espaço, criando-se uma identidade para esse lugar. Essa característica é afirmada por Yi-Fu Tuan (1983), onde se coloca que a relação entre pessoas e lugares possibilita a construção de significados e sentidos para a transformação de espaços em lugares. O autor acrescenta que a emoção e o sentimento são fatores importantes para que se defina determinado espaço como seu lugar. Apesar dessa forte interação entre os moradores, os problemas apareceram e se acumularam em decorrência da falta de manutenção das já precárias instalações implantadas pelos próprios moradores e pelo aumento populacional.

Em 1980, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial (AMAVILA) foi fundada com o objetivo de organizar a luta pelo direito de moradia em condições de salubridade e dignidade. Essa luta dos moradores por melhores condições nesse lugar ajuda a afirmar o conceito de lugar citado por Santos (1997: 218) no qual “lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições—cooperação e conflito são à base da vida em comum”.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, a comunidade viveu de forma precária, com diversos problemas infraestruturais, principalmente relacionados a saneamento básico. O local estava no esquecimento, sem uma atenção por parte da prefeitura universitária, municipal e também do estado. Porém, em novembro de 2009, foi aprovado pelo Conselho Universitário, o Plano Diretor UFRJ 2020, visando a melhoria do campus em diversos setores (transporte, rede elétrica, internet, entre outros) sendo necessário devido ao crescimento do país e consequentemente aos novos cursos e estudantes. Dentro desse PD, após tantas lutas, houve a inclusão de projetos para a Vila Residencial.

Relação da Ilha com a ciência e tecnologia

A discussão sobre universidade e o impacto no desenvolvimento regional é algo que vem ganhando destaque nos últimos anos. Um dos aspectos que favorecem o aumento dessas discussões são as expansões de campi, criação de novas universidades pelo Brasil e a maior interação entre as universidades existentes e a localidade entorno do campus. Essa “política” pode ser considerada uma marca importante para o processo de desenvolvimento.

Também ocorre um debate renovador sobre o desenvolvimento das regiões. A moderna concepção considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores. Faz parte desse projeto político, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar sua competitividade (ROLIM, SERRA, 2009: 29).

A partir dos anos 60, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, verbaliza com o governo as demandas pela modernização e pela expansão dos sistemas universitários e de ciência e tecnologia. É de destaque a atuação da Academia Brasileira de Ciências (ABC) nos processos que levaram à criação da FINEP, em 1969, e do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 1971, bem como à reestruturação do CNPq (1974) e da Capes (1976), quando são instituídos os comitês assessores e o sistema de "avaliação por pares", ampliando a participação direta da

comunidade científica nos processos decisórios internos na implementação e na formulação da política de ciência e tecnologia. Dessa forma, a implantação em nível nacional, em curto prazo, do sistema de pós-graduação e pesquisa nas universidades brasileiras só é possível graças a essa espécie de entendimento entre o governo militar e a comunidade científica. De fato, a significativa expansão da pós-graduação e da pesquisa nas universidades brasileiras, a partir do final dos anos 60, é um feito do regime militar através de suas agências de fomento, por meio de ações planejadas e executadas com a colaboração da comunidade científica.⁶

A partir desta mesma década, surge a COPPE e o CENPES, instalados hoje dentro da Cidade Universitária, aperfeiçoando na parte de recursos humanos e buscando desenvolver novas tecnologias para diversas áreas. Após a descoberta das jazidas do Pré-Sal, o centro de pesquisa da Petrobras (CENPES) aumentou e se modernizou. Diante desse momento, segundo Monié e Binsztok (2012), o Parque Tecnológico do Rio ganhou força devido o interesse e atração pela localidade de diversos centros de pesquisas do setor de Petróleo e Gás Natural.

Petrobras/CENPES

No início da década de 50, a Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) despontou como empresa primordial à conquista de áreas energéticas, capazes de sustentar a crescente demanda nacional por derivados fósseis e produtos petroquímicos. A descoberta de novos campos petrolíferos em território nacional aumentou a necessidade de investimentos na área ligada ao refino e à eficiente logística de distribuição de seus derivados. O desafio tecnológico logo se mostrou intenso. As maiores reservas de petróleo e gás natural do Brasil encontravam-se sob o Oceano Atlântico, na costa brasileira. Não havendo, no mundo, tecnologia adaptada para tais especificidades, a Petrobras teve que contar com diversos fornecedores de bens e serviços, nacionais e estrangeiros, para que o resultado final pudesse ser obtido. Segundo Villela (1984), apesar das dificuldades enfrentadas nas três primeiras décadas de seu funcionamento, já em meados da década de 1980, o CENPES (Fig. 4) possuía acordos de cooperação técnica com 13 instituições no exterior e tinha obtido 51 patentes no Brasil e 81 no exterior (em 46 países). Esse imenso entrave tecnológico, aliado à necessidade urgente de contornar o problema da escassez da *commodity*, através da conquista da autossuficiência, foram os principais elementos motivadores do esforço nacional para dar o salto tecnológico necessário.

⁶ Informações encontradas no site da UFRJ na parte da história da localidade.

Figura 4: Vista aérea do CENPES (Petrobras)



Fonte: Site da Petrobras

Diante da necessidade de novas descobertas tecnológicas, a criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) em 1963, supriu a carência inicial de infraestrutura própria de P&D da Petrobras e do país. Importantes desafios tecnológicos foram concretizados como, o pioneirismo da tecnologia em operações offshore, as pesquisas nas áreas de energias renováveis e biocombustíveis e a liderança internacional na produção e no refino de óleos pesados.

Em 1973, foram inauguradas as instalações na Cidade Universitária do Rio de Janeiro. Nessa época, a Petrobras começava suas atividades *offshore* na bacia de Campos. Em outubro de 2010, a Petrobras deu um passo importante para a ampliação da capacidade experimental do parque tecnológico brasileiro, com a inauguração da Expansão do Centro de Pesquisas da Petrobras. O complexo de prédios que forma o CENPES ocupa hoje cerca de 300 mil metros quadrados em instalações de arquitetura inovadora com avançados critérios de ecoeficiência. Esse centro de pesquisas é responsável pelas atividades de engenharia básica e pesquisa e desenvolvimento da Petrobras trabalhando em conjunto com parceiros da academia e do setor produtivo nacional e internacional.

As atividades de P&D⁷ são desenvolvidas por cinco áreas – *Geociências; Geoengenharia e Engenharia de Poço; Engenharia de Produção; Abastecimento e Biocombustíveis; Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável* – voltadas para superar os desafios tecnológicos enfrentados pela Petrobras em todas as suas áreas de atuação: refino e petroquímica; produção de óleo e gás; exploração de bacias sedimentares; sustentabilidade, fontes alternativas de energia, biocombustíveis e gás natural, entre outras. Já a Engenharia

⁷ Informações sobre a história e atividades exercidas pela Petrobras foram retiradas de um Folder do CENPES enviado ao autor do artigo.

Básica é dividida em duas áreas, uma voltada para Exploração & Produção e outra para Abastecimento, Gás e Energia, responsáveis pelos projetos básicos e conceituais de empreendimentos estratégicos da Companhia e pela realização de assistências técnicocientíficas para as áreas de negócios e subsidiárias. A área de Gestão Tecnológica dá suporte às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia Básica e garante a execução da estratégia tecnológica em todo o sistema Petrobras.

Núcleo do Parque Tecnológico do Rio

O assunto “Parque Tecnológico do Rio” começou a ser discutido faz mais de 30 anos, quando o conceito de parques tecnológicos começou a se difundir pelo país por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Depois, ainda foram anos de discussão dentro da própria UFRJ, pois existia uma forte resistência das universidades de "se abrirem" para empresas.

Na análise de curto prazo do impacto econômico das universidades, a literatura relativa ao tema identificou alguns procedimentos como: a delimitação da região (análise do efeito multiplicador dos gastos x vazamentos de renda); determinação do impacto direto (despesas correntes e de investimentos das IES, consumo dos professores e funcionários, consumo dos alunos e consumo dos visitantes); e determinação dos impactos indiretos (oriundos do multiplicador dos impactos anteriores). (ROLIM; KURESKI, 2009) No caso da Ilha do Fundão, isso vai além devido à abertura para as empresas, o que gera um impacto a médio e longo prazo.

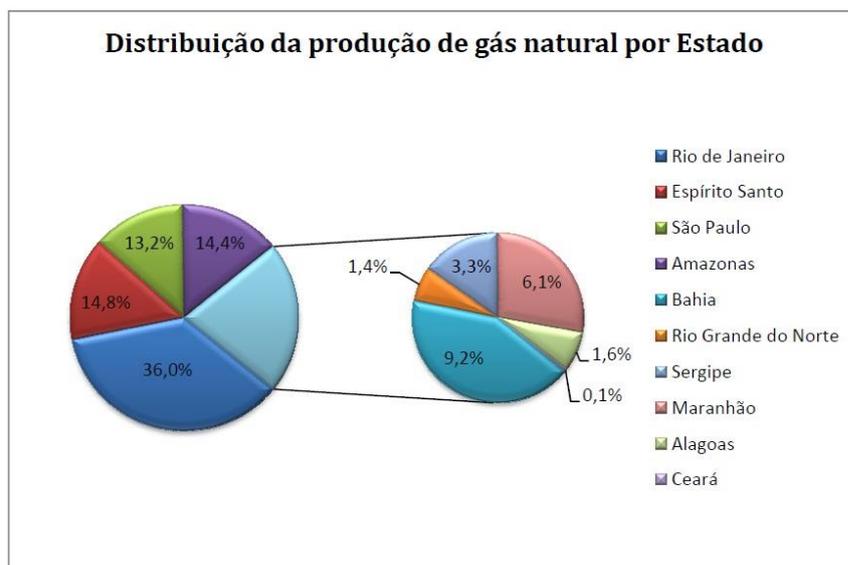
Havia uma área desocupada na Ilha do Fundão, que havia sido utilizada como canteiro de obras na construção da Ponte Rio-Niterói. Então em 1997, o Parque⁸ (Figura 5) foi criado por decisão unânime do CONSUNI, a partir da premissa de que o poder público e, na era do conhecimento, especialmente a Universidade Pública tem um importante papel a cumprir no desenvolvimento econômico regional. Ele entrou em operação no ano de 2003, com a inauguração do Laboratório de Tecnologia Oceânica da COPPE, o Tanque Oceânico. O projeto de urbanização teve continuidade e foi dividido em duas fases: a primeira realizada com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro (execução da infraestrutura de ruas, calçamento, iluminação pública das vias e água), já concluída; a segunda fase também negociada com a prefeitura da cidade e com o governo do estado do Rio de Janeiro está em curso e visa superar problemas críticos ligados ao fornecimento de energia elétrica, saneamento e transportes.

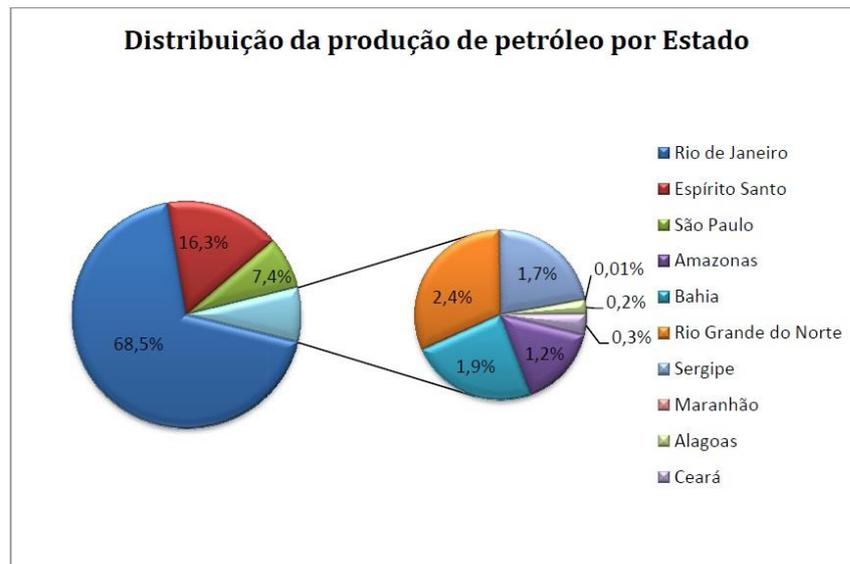
⁸ Informações referentes ao Parque do Rio foram retiradas do livro de 10 anos do Parque, podendo ser encontrado no site do Parque Tecnológico UFRJ.

Figura 5: Vista aérea da localização do Parque do Rio

Fonte: Elaboração própria através do *Google Earth*

Com a descoberta das jazidas de petróleo na camada pré-sal em 2006/2007, o Parque do Rio começou a viver uma nova etapa de sua existência, que ficou marcado pela ampliação do CENPES, conhecido por Novo CENPES, e pelos concursos editais para instalação de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas. Apesar de não ter sido criado com foco na cadeia produtiva da indústria de óleo e gás, o Parque está se configurando como um concentrador de empresas focadas em energia, especialmente nos setores de petróleo e gás, devido a cidade do Rio de Janeiro ser a maior produtora dessas matérias (Figura 6 e 7) e consequentemente, pelos desafios tecnológicos gerados decorrentes da exploração da camada pré-sal.

Figura 6: Produção de gás natural em agosto de 2014**Figura 7:** Produção de petróleo em agosto de 2014



Fonte: (Figura 6 e 7) Boletim mensal – Site da ANP

O Parque do Rio tem uma relação bastante direta com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), o maior conglomerado de estudos e pesquisas de engenharia no país, assim como, da América Latina, sediada dentro da própria Cidade Universitária. A COPPE foi uma das criações da Finep, que foi a responsável pela promoção, expansão e consolidação da infraestrutura de pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia nas universidades brasileiras, particularmente no Rio de Janeiro.

Um diferencial do Parque do Rio para outros locais de concentração de pesquisas é a aproximação dos centros de pesquisa entre si. As maiores e principais rivais ficam praticamente lado a lado com o único objetivo de inovar e criar novas alternativas para o desenvolvimento da área de óleo e gás.

Alguns centros de pesquisas e laboratórios instalados no Parque do Rio

A escolha das empresas pela Ilha do Fundão, mais respectivamente pelo Parque do Rio para a instalação de seus centros de pesquisas é um exemplo de seletividade espacial, que segundo Corrêa (1992) é uma das práticas espaciais existentes. Esta prática vem com a ideia de que o Homem decide sobre um determinado lugar diante dos interesses que possui para o seu projeto. Com a intenção da não monopolização do espaço, a fragmentação do Parque do Rio vem demonstrando o interesse dos responsáveis em acolher diversas empresas do setor.

Antes mesmo do Parque do Rio estar em perfeitas condições de uso, algumas empresas já negociavam e instalavam seus respectivos centros de pesquisas. Essa antecipação do espaço é definida por Corrêa (1992) como sendo uma reserva de território, ou seja,

significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de produção.

Os principais centros de pesquisas instalados nesse parque são: *Halliburton, Tenaris Confab, Baker Hughes, FMC, Schlumberger, Chemtech* (empresa da Siemens), *GE – General Electric, BG E&P BRASIL, EMC² e Georadar*. Exemplos de alguns dos laboratórios especializados mantidos pela COPPE: *LabOceano* com o tanque submarino mais profundo do mundo; *Neo* para testes de dutos utilizados na área petrolífera; o *Nutre* voltado para recuperação de ecossistemas, *CEGN (Centro de Excelência em Gás natural)* com o objetivo de desenvolver estudos e tecnologias para o gás natural, *LAMCE (Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia)* que atua na área de pesquisas, formulação e desenvolvimento de métodos numéricos em Mecânica Computacional.

Alguns projetos de infraestruturas que influenciaram na melhoria da qualidade de vida de moradores da Vila Residencial

Diante da situação precária que os moradores da Vila Residencial da UFRJ viveram durante décadas e pela lutas constantes da Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial (AMAVILA) junto aos gestores da Ilha do Fundão, em novembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho Universitário o Plano Diretor UFRJ 2020⁹, que tem como objetivo a organização do espaço físico levando em conta a integração acadêmica. Dentro dessas melhorias, integram a expansão da mobilidade urbana, urbanização e residências universitárias. Dentro desse PD, foi incluso melhorias diretas a Vila Residencial.

Grande parte desse processo citado acima está vinculado ao Programa de Revitalização e Recuperação Ambiental do Canal do Fundão¹⁰, que tem como objetivo trazer benefícios a todo ambiente interno e externo a Ilha do Fundão. Algumas etapas que ocorreram foi a dragagem profunda do canal, a reurbanização das margens, o processo de revitalização dos manguezais com o plantio de novas mudas e a volta da atividade pesqueira na região.

A Vila Residencial recebeu obras de saneamento básico com esgoto encanado, rede de distribuição de água potável e ruas pavimentadas. Esse processo beneficiou grande parte dos moradores, pois, antes desse processo o local vivia sob lama e quando chovia, o canal do

⁹ Plano Diretor UFRJ 2020 – Site: http://www.ufrj.br/docs/plano_diretor_2020/PD_2011_02_07.pdf

¹⁰ Informações sobre o Programa – Site do governo do estado do RJ e site do Projeto, disponíveis nas referências.

Cunha e do Fundão (Figura 8) se elevavam e invadiam várias casas que ficavam mais próximas as margens do canal. Essas obras foram concluídas em 2011.

Figura 8: Localização de parte do Canal do Cunha e do Canal do Fundão



Fonte: Elaboração própria através do SIG IBGE

Outro projeto que trouxe melhorias para a região como um todo, foi a construção da Ponte do Saber (Figura 9), inaugurada em 2012, que liga a Ilha do Fundão a Linha Vermelha na direção do Centro da cidade, desafogando o trânsito. Nessa obra houve participação de jovens e pais de famílias da Vila Residencial que estavam desempregados.

Figura 9: Ponte do Saber



Fonte: O Globo

Todos esses projetos foram feitos com recursos da Petrobras, através da conversão de multas da empresa para obras e serviços ambientais. Esse modelo de financiamento se baseia na Lei estadual 3467 de 14/09/2000 (artigo 101). As multas são abonadas na medida em que são atestadas que o dinheiro foi empregado na obra.

O sistema do BRT, inaugurado em 2014, vem facilitando bastante o deslocamento de estudantes, professores, pesquisadores e moradores dessa localidade. Ele passa por um terminal na UFRJ sendo abastecido por outras linhas internas do campus. O sistema do BRT, principalmente na estação do Fundão, ainda estão em processo de adequação, sofrendo algumas mudanças periodicamente em relação a caminhos e frequências de ônibus.

Conclusão

É possível concluir que nos últimos anos o principal motivador para o crescimento de atividades PD&I na Ilha do Fundão – RJ foi a descoberta das jazidas de petróleo na camada de pré-sal, direcionando a região a ser um dos principais polos do setor de Óleo e Gás Natural do mundo. Essa procura e instalação dos principais centros de pesquisas do mundo do setor de óleo e gás natural na localidade vêm tendo influência direta e indireta na melhoria da qualidade de vida dos moradores de Vila. A abertura da UFRJ a este modelo de parceria foi benéfico para região inserindo-a numa lógica de desenvolvimento regional. É possível perceber que esses projetos que estão em andamento e ainda irão ocorrer em toda a Ilha, faz parte do Plano Diretor UFRJ 2020 aprovado em 2009, no qual objetivava a melhoria e desenvolvimento da região, muito influenciado pela necessidade de ampliação e melhorias de setores do campus. O sistema de transporte vem sendo melhorado com a implantação de novas linhas, com o sistema do BRT, trens sobre trilhos, a construção da Ponte do Saber (teve participação direta do Programa de Engenharia Civil da COPPE-UFRJ), o sistema aquaviário, entre outros projetos, que estão trazendo e trarão benefícios não apenas para professores, pesquisadores, estudantes, como também aos moradores da Vila que estavam carentes de meios de locomoção. O processo que ocorreu de forma mais direta na Vila, foi relacionada ao Programa de Revitalização e Recuperação Ambiental do Canal do Fundão, pois além de trazer melhorias para a fauna e flora da região, trará benefícios aos pescadores que poderão aos poucos voltar a pescar em torno da área.

O processo de saneamento básico feito na Vila trouxe bastante alegria aos moradores, junto com o asfaltamento de ruas e o processo de urbanização. O esgoto e lixos das casas eram jogados diretamente no Canal do Fundão, provocando em épocas de chuvas a elevação das águas do canal, invadindo ruas e casas da Vila. Todos esses projetos foram financiados pela Petrobras, na forma de pagamentos de multas que ela obtinha com o estado. Ocorreram algumas melhorias na parte da energia elétrica e também da internet na localidade, porém de uma forma geral em todo o campus, isso ainda é algo que precisa ser melhorado.

A consequência de toda essa melhoria vem sendo a especulação imobiliária, que acarreta o aumento dos preços dos imóveis, uma mudança de perfil dos moradores, aumento populacional e conseqüentemente um aumento da violência. A questão da segurança em todo o campus ainda está precária. De uma forma geral, melhorias na Vila Residencial ocorreram, porém é necessário que o olhar do poder público não deixe mais de lado esse espaço.

Referências

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Investimento no Parque Tecnológico do Rio.** Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Paginas/noticia_detalhe.aspx?i=2344>. Acessado em: 05 de agosto de 2012.

ANP. **Boletim Mensal de Produção de Petróleo e Gás Natural.** Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=70943&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1404425347289>> . Acessado em: 20 de outubro de 2014.

Associação Comercial do Rio de Janeiro. **A Universidade tem um papel fundamental no desenvolvimento do país.** Disponível em: <<http://www.acrj.org.br/pt/ultimas-noticias/item/409-maur%C3%ADcioguedes-a-universidade-tem-um-papel-fundamental-no-desenvolvimento-do-pa%C3%ADs.html>>. Acessado em: 05 de maio de 2012.

CORRÊA, R.L. Corporações, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 1992.

DEZERT, B. Technoparcs ettechnopoles. **Revue Belge de Geographie**, Bruxelas, t. 116, 1992, pp.209-215.

GFDESIGN. **Programa de Revitalização do Canal do Fundão.** Disponível em: <<http://www.gfdesign.com.br/canaldofundao/noticias.php>>. Acessado em: 21 de outubro de 2014.

Globo News. **Novo CENPES.** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=E7luUwnc2ys>>. Acessado em: 20 de março de 2012.

Governo do Estado do RJ. **Decreto nº 42.302 de 12 Fev. de 2010.** Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sect/exibeconteudo?article-id=175590>>. Acessado em: 14 de junho de 2012.

Governo do estado do RJ. **Revitalização do Canal do Fundão.** Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=179148>>. Acessado em: 21 de outubro de 2014.

JALABERT, G. Villes ET technopoles, mythes ET réalités. In: **Villes et technopoles: nouvelle industrialization, nouvelle urbanization.** Toulouse: PressesuniversitairesduMirail / Université de Toulouse, 1990, pp.21-31.

MELO, L. J. **Governança e gestão dos ativos de Conhecimento em ambientes de inovação: Estudo de caso sobre o Parque Tecnológico do Rio.** Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MONIÉ, F. BINSZTOK, J. **Geografia e Geopolítica de Petróleo.** Editora: Mauad, 2012.

O Globo. **Informações sobre novas multinacionais no Parque do Rio.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ufrj-sediara-centros-de-pesquisa-em-petroleo-gas-ligados-tres-multinacionais-do-setor-2875746>>. Acessado em: 22 de março de 2012.

Parque Tecnológico do Rio. **História, empresas e laboratórios.** Disponível em: <<http://www.parque.ufrj.br/>>. Acessado em: 03 de julho de 2014.

PAVANI, C.; DECOSTER, S. R. A.; FELDMANN, P. R. **O Pré-sal como motivador da Internacionalização de Centros de P&D de multinacionais que estão se instalando no Brasil.** Seminário em Administração. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/904.pdf>>. Acessado em: 11 de agosto de 2012.

Política Energética Nacional. **Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9478.htm>. Acessado em: 15 de junho de 2012.

Portal Marítimo. **UFRJ e empresas na criação do Parque do Rio.** Disponível em: <<http://portalmaritimo.com/2011/07/29/ufrj-e-empresas-criam-parque-tecnologico-de-pre-sal-na-ilha-do-fundao/#more-16326>>. Acessado em: 20 abril de 2012.

Rede PetroBrasil. **Formação da Ilha do Petróleo.** Disponível em: <<http://redepetrobrasil.org.br/2011/07/com-ilha-do-petroleo-ufrj-cria-vale-do-silicio-carioca-para-o-pre-sal/>>. Acessado em: 12 de agosto de 2012.

Revista ABCD INOVA - Maio 2011. **Ilha do Fundão: A ilha da inovação.** Disponível em: <<http://issuu.com/abcdmaior/docs/inova09>>. Acessado em: 15 junho de 2012.

Rio Negócios. **Parque do Rio receberá R\$500 milhões em três anos.** Disponível em: <<http://rio-negocios.com/parque-tecnologico-do-rio-recebera-r-500-milhoes-em-tres-anos/>>. Acessado em: 22 março de 2012.

ROLIM, C. F. C; SERRA, M. A. (org.) Universidade e Desenvolvimento Regional. **O Apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional.** Curitiba: Juruá, 2010.

ROLIM, C. F. C; KURESKI, Ricardo. **O impacto econômico de curto-prazo das Universidades Estaduais paranaenses.** In: ROLIM, C. F. C; SERRA, M. A. (org.) Universidade e Desenvolvimento Regional. O Apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional. Curitiba: Juruá, 2010.

SANTOS, T. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável – as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana.** Petrópolis: Vozes. 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCOTT, A. J. STORPER, M. **Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica a reconstrução teórica.** Espaços & Debates. São Paulo, v 8, n.25, 1988, p.33-44.

Site do Olhar Vital/UFRJ. **Informações sobre a Ponte do Saber.** Disponível em: <http://www.olharvital.ufrj.br/2010/index.php?id_edicao=268&codigo=11>. Acessado em: 20 de outubro de 2014

Site da UFRJ. **Construção da Ponte do Saber.** Disponível em: <http://www.ufrj.br/mostraNoticia.php?noticia=12727_Construcao-da-ponte-guarda-historias-curiosas.html>. Acessado em: 20 de outubro de 2014.

Site da UFRJ. **História da UFRJ.** Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>. Acessado em: 04 de julho de 2014.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

VILLELA, A. V. **Empresas do governo como instrumento de política econômica: os sistemas Siderbrás, Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás.** Rio de Janeiro: IPE/INPES – IPEA, 1984.

Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico

Rodolfo Teixeira Alves¹

Daniela Ramos Petti²

Resumo: O texto apresenta as experiências de mobilização de duas comunidades localizadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro: Vila Autódromo, situada na Barra da Tijuca, e Vila União de Curicica, bairro adjacente. O contexto é de (re)estruturação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. As comunidades em questão aparecem como experiências de mobilização e resistências às remoções de moradores de favelas da cidade. Através de observação participante e depoimentos, destacam-se o repertório dos moradores acerca do processo, os meios pelos quais deram dinâmica à luta pela permanência em suas casas, em especial a memória das comunidades como elemento crucial de mobilização e legitimação.

Palavras-chave: Olimpíadas Rio 2016; remoção de favelas; memória.

Insurgent memories: resistances in Vila Autódromo and Vila União de Curicica in an olympic context

Abstract: This text presents two experiences of mobilization in the Western part of Rio de Janeiro: “Vila Autódromo”, located in Barra da Tijuca and “Vila União de Curicica”, in an adjacent neighborhood. The context is Rio’s (re)structuration to host the Olympic Games of 2016. The communities mentioned appear as experiences of mobilization and resistance to the evictions of favela dwellers in the city. Through participant observation and testimonies, this article highlights the dwellers’ repertoire on the process, the ways by which they did the struggle to keep staying in their houses, specially the communities’ memories as a crucial element of mobilization and legitimacy.

Keywords: Rio’s Olympic Games 2016; favela’s evictions; memory.

Introdução

Entre 2009 e 2016, a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações urbanas, com grandes projetos de reestruturação e “requalificação” de algumas regiões para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Os massivos investimentos, tanto públicos quanto privados, fizeram da cidade um grande campo de disputas territoriais para a produção de

¹ Graduando em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), cursando atualmente o 10º período. Desenvolve pesquisa na Vila Autódromo, onde colabora com o Museu das Remoções. Bolsista PIBIC-UFRJ, com orientação acadêmica da Profa. Julia O’Donnell. E-mail: rteixeiralves@gmail.com.

² Graduada em Ciências Sociais pelo CPDOC/FGV-Rio. Desenvolve pesquisa na Vila União de Curicica. E-mail: danikuico@hotmail.com.

novos espaços e reformulação de outros. Desses espaços “requalificados”, na região central da cidade, destaca-se o exemplo do “Porto Maravilha”, grande projeto de transformação da região portuária a partir de parceria público-privado e gestão consorciada (MARTINS, 2015; GUTTERRES, 2016). Todas essas transformações vêm sendo tema de diversos trabalhos que acusam a lógica neoliberal de gestão do espaço urbano, em uma dinâmica de investimentos públicos e lucros privados (VAINER, 2011; ROLNIK, 2015; GUIMARÃES, 2015; MASCARENHAS, 2016). Essa literatura tem mostrado os impactos desse tipo de planejamento urbano desencadeado pelos megaeventos no cotidiano das cidades e, sucessivamente, na vida das pessoas, a partir de uma lógica de *financeirização* do espaço urbano que remove favelas (ou parte delas) em situação de vulnerabilidade jurídica da posse dos terrenos, favorecendo a construção de *enclaves* urbanos em regiões “revitalizadas” (ROLNIK, 2015).

A Barra da Tijuca, bairro localizado na Zona Oeste da cidade, é atualmente a região de interesse dos setores imobiliários e comerciais, que têm como motivação o “potencial construtivo” de uma área cada vez mais valorizada. O bairro recebeu a maior parte das estruturas das Olimpíadas: o Parque Olímpico, concentrando a maior parte das modalidades esportivas (21 competições), e a Vila dos Atletas, conglomerado de prédios que hospedou as delegações participantes. E a “Barra Olímpica”, que corresponde à região ao norte do bairro, ficou conhecida como “o coração dos Jogos Olímpicos”³, e contou com uma série de “legados” de infraestrutura, que valorizou a região, tornando-a atrativa para os setores imobiliários e comerciais (COCCARO, 2013; CAVALCANTI, O’DONNELL e SAMPAIO, 2016).

As transformações urbanas abrem um caminho fértil para a memória social das cidades; demarcam lugares como representativos de um evento, de uma *memória* (NORA, 1993) e tentam *desmanchar* outros, construindo a história urbana a partir de sobreposições temporais e simbólicas, “revelando diferentes inserções urbanísticas, históricas e administrativas” (CORDEIRO e COSTA, 1999: 59). O estudo dos processos de construção de um bairro como a Barra da Tijuca, que vem se forjando como *nova centralidade* (FRÚGOLI JR, 2001) na geografia simbólica do Rio de Janeiro, enriquece as discussões acerca dos processos de *fazer-cidade* (AGIER, 2015) e colaboram com a análise dos novos paradigmas de ordenamento e construção do espaço urbano a partir do agenciamento de vários grupos.

³ Rio 2016 – Jogos Olímpicos e Legado. Disponível em: <<https://goo.gl/ScCJp9>>. Acessado em: 13/07/2017.

As experiências da população pobre nas cidades em crescimento guardam certas similitudes dentro de uma perspectiva geral (APPADURAI, 2013). De um ponto de vista mais aproximado, as experiências dos moradores de ambas as comunidades – Vila Autódromo e Vila União de Curicica –, com algumas variações, mostram o processo de construção e consolidação dessas *localidades*. Esse processo de *produção de localidade* (APPADURAI, 1996) se expressa na vida cotidiana com associações mais ou menos conflituosas, entre sujeitos oriundos de lugares diferentes, que compartilham histórias inscritas nos espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados.

Este artigo se desenvolve a partir da mobilização dos moradores na “luta” pela permanência *das* e *nas* comunidades. Nos dois casos, a mobilização da memória dos moradores – seja a trajetória de vida de cada um ou da memória social da comunidade – foi essencial como mobilização de muitos dos projetos desenvolvidos na troca de saberes entre os moradores e seus “apoiadores”, como aprendizado através de “ações práticas” (GOHN, 2010). Inspirados em Henri Lefebvre (2010), compartilhamos da perspectiva dialética do espaço, entendendo as mútuas relações entre forma e conteúdo urbanos. Para além da dialética temporal - histórica -, o autor entende a importância de analisar a relação entre práticas sociais e espaço urbano, de modo a desconstruir um certo urbanismo puramente técnico. É nesse sentido que as práticas de resistência, especialmente as relacionadas com a memória, são enfocadas nesse artigo, com o objetivo de compreender as transformações urbanas ocorridas na história recente da cidade.

O texto desenvolve-se a partir de dois trabalhos de campo realizados nesse contexto marcado pelas Olimpíadas Rio 2016⁴: na Vila Autódromo, realizado pelo autor deste texto de novembro de 2015 à início de 2017, e na Vila União de Curicica, realizado pela autora deste texto entre outubro de 2014 e dezembro de 2016.

A construção da Barra da Tijuca: entre a paisagem “agreste” e o luxo

A região começou a aparecer no imaginário carioca com mais consistência na segunda metade da década de 1960, com o advento de um *Plano Piloto* elaborado pelo urbanista Lucio Costa. As propostas de racionalização do espaço, consonantes com os paradigmas modernistas, prezavam pelo “desenvolvimento ordenado da região”, ao contrário

⁴ A Olimpíada 2016 não foi o primeiro megaevento sediado pela cidade do Rio de Janeiro; nem o primeiro a impactar estruturalmente a Barra da Tijuca. Nos jogos pan-americanos, em 2007, foi alterado e usado o espaço do antigo Autódromo. Dos grandes eventos realizados na cidade, destacam-se: Jogos Pan-americanos (2007); Copa das Confederações da FIFA (2013); Jornada Mundial da Juventude (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014); Jogos Olímpicos (2016).

do que se verificou na “segunda fase” de expansão urbana, quando “a cidade derramava-se como um líquido pela zona norte e se comprimia contida entre os vales e as praias na zona sul” (COSTA, 1995: 344). A Zona Sul, naquele momento, representava adensamento de prédios, violência e má circulação, características de uma cidade pouco “funcional”. Copacabana entre as décadas de 1950 e 1970 já vinha perdendo seus “critérios aristocráticos” a partir do *boom* imobiliário no bairro, aumentando significativamente o número de prédios e de habitantes, enquanto a “lógica da distinção” ia se espraiando aos bairros litorâneos contíguos (O’DONNELL, 2013).

O processo de implementação do *Plano*, no entanto, não seguiu como o esperado, sofrendo alterações ao longo dos anos, e aos poucos foi perdendo as características originais do projeto. A condição fundiária da região, com boa parte dos terrenos de natureza privada, inviabilizou a implementação do Plano na correlação de interesses entre empresários, a administração municipal e a comissão técnica, e “numa simples penada clandestina, o transformaram [o Plano] em proposição teórico-romântica a ser devidamente arquivada como peça de museu” (COSTA apud. REZENDE e LEITÃO, 2014: 687). Como analisam Rezende e Leitão, “a abertura da área em sua totalidade à ocupação repetiu de forma mais intensa as contradições da cidade tradicional”, e o adensamento em algumas áreas do bairro desenvolveu-se a partir da “valorização brusca da terra, alterações constantes na legislação para torná-la mais tolerante e a ocupação de áreas sem infraestrutura adequada” (REZENDE e LEITÃO, 2014: 691).

Ainda na década de 1970, no momento do *boom* imobiliário no bairro, começaram a surgir as primeiras favelas na região, muitas ocupadas por operários das obras que construíam a “Barra da Tijuca”. Os empreendimentos imobiliários do tipo condomínio fechado, sendo massivamente apartamentos, começaram a configurar a tipologia habitacional do local, agregando comodidade, segurança e tecnologia como novo modo de habitar moderno.

A região ao norte no bairro, no limite com Curicica, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, foi a que mais recebeu intervenções das estruturas olímpicas e, atualmente, é a área de expansão da “Barra”. Ganhou o nome, então, de “Barra Olímpica” (SAMPAIO, 2014), que se estende para áreas próximas sob a marca de um evento histórico, cujas estruturas representam um “legado” para o local, que se somam à “paisagem natural” e à alta tecnologia no repertório dos empreendimentos habitacionais⁵. O principal exemplo desses empreendimentos é o condomínio Ilha Pura, que serviu como Vila Olímpica, hospedando as

⁵ RJZ Cyrela Like Residencial Club. Disponível em: <<https://goo.gl/m35Whd>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

delegações durante as Olimpíadas, e que agora é vendido como “um dos melhores lugares para se viver no Rio de Janeiro”⁶, agregando qualidade de vida, paisagem natural e sustentabilidade (CAVALCANTI, O’DONNELL e SAMPAIO, 2016).

A Vila Autódromo esteve na confluência desses projetos para a região. A comunidade começou a se desenvolver na década de 1970, quando trabalhadores das obras do entorno resolveram fixar residência no local, e construíram a Vila Autódromo entre os muros do Autódromo Internacional Nelson Piquet e às margens da Lagoa de Jacarepaguá. Antes disso, o terreno era ocupado por colônias de pescadores, em meados dos anos 1960, que construíram uma forma de sociabilidade e circulação a partir da pesca nas lagoas da região. Segundo os relatos de moradores, a partir da década de 1990 a comunidade começou a sofrer com tentativas de remoção movidas pela Prefeitura, ao mesmo tempo em que se verificou o constante crescimento e alteração da *localidade*, quando a *Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo* articulava forças para promover mudanças e infraestrutura ao local.

A Vila União de Curicica, cujo início da ocupação data dos anos 1970 conforme relatos dos moradores, também foi tomada pela administração municipal como um entrave às mudanças urbanísticas estruturais em curso durante o contexto de produção da cidade olímpica. Consolidada durante o governo de Leonel Brizola nos anos de 1980, devido a programas habitacionais voltados para as áreas informais da cidade, a comunidade começa a ser ameaçada de remoção em 2012, quando do anúncio da construção da via de BRT (*Bus Rapid Transit*) Transolímpica, que liga os bairros de Deodoro e Barra da Tijuca. Localizados justamente em território que figura como frente de expansão da cidade, seus moradores representavam, aos olhos do poder público, uma barreira aos investimentos públicos e privados na chamada “Barra Olímpica”.

“Porque a história do povo você não apaga”: o caso da Vila Autódromo

As margens da Lagoa de Jacarepaguá, que era conhecida pelos pescadores como “lagoinha”, marcam a memória de Mariza do Amor Divino⁷ por inúmeros processos. Ali ela viu, em meados dos anos 1970, construírem o Autódromo Internacional Nelson Piquet, processo que Mariza narra com tristeza quando fala dos aterros cobrindo a vegetação e os

⁶ Ver: < <http://ilhapura.net/>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

⁷ Gravei o depoimento de Mariza em duas ocasiões distintas. A primeira vez foi realizada na casa de Maria da Penha, em fevereiro de 2016. A segunda vez, já em outro contexto, também na casa de Maria da Penha, em março de 2017.

animais; e narra com vislumbre quando lembra das estruturas da obra, das largas e profundas fundações, que despertavam sua curiosidade.

Além de ter nascido nas imediações da lagoa, na Rua Pedro Correa, Mariza lembra que costumava frequentar a lagoa com seu pai quando criança; com 17 anos começou a frequentar a “lagoinha” sozinha, onde registra a presença de três pescadores e mais “uma mulher no meio, que era mulher de um dos pescadores”. Mariza narra esse momento anterior às transformações na região como um passado distante, orientando-se a partir das características do ambiente, como areia “clarinha”, da lagoa com água límpida, onde era possível ver os pés mesmo com água na altura do pescoço: “isso aqui era tudo areia”. Para Mariza, a construção do Condomínio Rio2⁸ é responsável pela poluição da lagoa, quando “a água começou a ficar cada vez mais turva”, o que ocasionou a diminuição da pesca, momento que seus companheiros de pescaria tomaram outros rumos, e “muitos que não eram cariocas, eram nordestinos, foram embora”.

Os depoimentos que Mariza do Amor Divino concedeu, apresentam algumas questões interessantes do ponto de vista de quem acompanhou e colaborou ativamente com a construção e mudança daquele espaço. A partir de sua experiência na construção de um lugar, o que lhe alçou à condição de ser “uma das fundadoras”, de modo a lhe atribui certa autoridade, Mariza traz elementos do lugar que deu origem à comunidade Vila Autódromo: “quando eu cheguei não tinha nada; isso aqui tudo era água. ...eu vi Vila Autódromo nascer e pedi a Deus porque eu não queira ver a Vila Autódromo acabar”.

As memórias dos moradores, suas trajetórias de vida e a lembrança de cada personagem do contexto que colaborou com o crescimento e organização do local, foram fundamentais para narrar a história da comunidade diante do *drama social* (TURNER, 2008) desencadeado pelas “remoções olímpicas”. A *memória* da Vila Autódromo, do ponto de vista conceitual, é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”, como sugere Pollak (1992: 204); e está imbricado com sentidos de pertencimento e certa coerência de um grupo sobre o entendimento de si, que tem como base as dificuldades e “sofrimentos” do processo de construção da comunidade: da condição em “terreno charco”, arenoso, que precisou ser aterrado para poder construir as casas, às “sobras” de materiais construtivos que foram compartilhados etc. Tudo isso criou *narradores experientes*, “alguém que tem uma história para contar porque inicia seu relato a partir de sua vivência” (ABREU, 2010: 206), a partir de suas relações com as coisas e *experiências* com o espaço (DE

⁸Um dos muitos “condomínios fechados” localizado na Av. Embaixador Abelardo Bueno, nas imediações da Lagoa de Jacarepaguá, aproximadamente a 2000 metros da Vila Autódromo.

CERTEAU, 1994). Foi nesse contexto de um “tempo dramático”, que tomou o lugar da vida rotineira, da continuidade, a partir de um processo de *ruptura*⁹ que foi ativado pela possibilidade de remoção da Vila Autódromo, que se formou o movimento de resistência dos moradores (TAFAKGI, 2014).

O “fantasma da remoção”, como foi representado por Nathália, que mora há 24 anos na Vila Autódromo, já assombrava a comunidade pelo menos desde o começo dos anos de 1990. Segundo Sandra Maria, moradora há 25 anos no local, quando as ameaças de remoção tornaram-se mais intensas, “a Vila Autódromo iniciou um processo de resistência”, que resultou em algumas conquistas: dois títulos de concessão real de uso da terra, dando o “direito de morar” por aproximadamente 200 anos (99 anos para cada título), e a Lei Complementar nº74, definindo a área como de especial interesse social destinada a moradia popular.

Durante o “processo de remoções olímpicas”, período de intensa descaracterização da Vila Autódromo, a marca das ações violentas sustentam o sentimento de injustiça, do desrespeito aos títulos e à lei que regiam a comunidade. Aos poucos o local “verde e de interação social”, como define Sandra Maria, com o impacto das remoções, o “que era uma comunidade verde, se tornou uma comunidade cinza, com uma grande área asfaltada, que virou estacionamento”¹⁰.

O entendimento comum entre os moradores é que as “remoções olímpicas” se espraiam de maneira padronizada mundo afora. Sandra Maria reafirma o caráter excludente dos Jogos Olímpicos “que por todos os países por onde passa remove centenas de pessoas”. Segundo a moradora, “a Vila Autódromo entra para história como a primeira comunidade que conseguiu resistir a esse processo de remoção olímpica”, o que “não anula o fato de cerca de 700 famílias terem sido removidas” da comunidade.

O modelo do “processo de remoção olímpica” desenvolvido na Vila Autódromo foi mostrado em fotos por Sandra Maria na 15ª Semana de Museus, enquanto falava do *Museu das Remoções*¹¹:

⁹Dentro do processo do *Drama Social* proposto por Victor Turner, a *ruptura* é o primeiro estágio, que tem como sequência a *crise* e sua intensificação dentro do grupo. Turner alerta para o fato de, na terceira etapa, na “modalidade de reparação”, o grupo se coloca diante da necessidade da “autorreflexividade” (TURNER, 2017:13).

¹⁰Conferência de Sandra Maria sobre o Museu das Remoções na 15ª semana de Museus – “Museus e Histórias controversas: dizer o indizível em museus –, no Centro Cultural do Bando do Brasil, no dia 15 de maio de 2017.

¹¹ É um projeto de museologia social organizado na articulação entre moradores e apoiadores, que “entre o caos e a esperança, nasceu dos escombros um sonho”. Como especificou Sandra Maria, “o Museu das Remoções surge como uma ideia, um desespero nosso de não permitir que a comunidade da Vila Autódromo fosse mais

As casas eram demolidas (...) sem que nenhuma norma de segurança fosse cumprida: não tinha isolamento da área de segurança; não tinha o carro-pipa para molhar e não [deixar] espalhar poeira (então a comunidade ficava completamente envolvida em uma nuvem de poeira que gerava problemas respiratórios); fios eram arrebentados e ficavam pendurados, chicoteando energizados, colocando em risco a vida das crianças. As pessoas ficavam sem luz; canos eram quebrados e a comunidade ficava sem água.

A “comunidade verde” aos poucos foi se tornando um “cenário que se assemelhava muito a um pós-guerra”. Os escombros das casas derrubadas espalhavam-se por toda a comunidade, tornando o local inóspito, comprometendo a saúde de quem insistia na permanência na Vila Autódromo.

A Vila Autódromo contou com o apoio de várias instituições: núcleos universitários, movimentos sociais, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, Pastoral de Favelas. Entre seus “apoiadores”, contava com estudantes universitários, pesquisadores nacionais e internacionais, parlamentares, entre outros. A resitência consolidou-se a partir da confluência de saberes e práticas, tornando possível “reconstruir a memória histórica da comunidade” (LIFSCHITZ, 2006: 76), que fez surgir muitos projetos durante o processo, destacando-se o *Museu das Remoções* e o *Plano Popular da Vila Autódromo*.

O Plano Popular¹² prescrevia a possibilidade da permanência dos moradores que queriam ficar na comunidade¹³. A permanência, no entanto, previa a urbanização da Vila Autódromo, com o provento de melhorias significativas na estrutura do local – como água e saneamento – além de oferecer a possibilidade de equipamentos para acesso à saúde, educação e lazer.

A elaboração do Plano Popular foi vitoriosa do ponto de vista da mobilização em torno do projeto, e colaborou com a organização dos moradores da comunidade como uma

uma que tivesse a sua memória completamente apagada da história da nossa cidade, como tantas outras já tiveram após a remoção, e foram completamente apagadas e esquecidas”.

¹² O Plano Popular foi elaborado em oficinas e assembleias de moradores e contou com o apoio técnico do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF).

¹³ Durante o processo de negociação, muitos moradores da comunidade demonstraram interesse de sair da Vila Autódromo. Muitos aceitaram a proposta de trocar a casa na comunidade por um apartamento no condomínio Parque Carioca, que fica a poucos quilômetros de distância. Outros moradores preferiram receber indenizações por suas construções. Todas as negociações foram feitas de maneira individualizada, muitas vezes sem contar com acompanhamento jurídico. No dia 26 de março de 2014, 200 famílias cederam às propostas da Prefeitura. Segundo o Plano Popular, tais moradores habitavam “áreas mais precárias, com casas menores, começaram a ceder” e que eram “moradores ameaçados, ou mesmo cansados dos problemas da infraestrutura da comunidade” (P. 19)

maneira de justificar e propor a permanência da Vila Autódromo. O processo de concepção seguiu os parâmetros de um “novo tipo de planejamento”, cuja base seria a autonomia daquela população sobre seu território, que teriam a autoridade de definir por ela mesma os rumos da comunidade (PPVA, 2011 [2016]). Em 2013 o Plano Popular foi premiado, recebendo o primeiro lugar do prêmio internacional *Urban Age Award – Rio de Janeiro*, patrocinado pela *London School of Economics* e pelo *Deutsche Bank*. A premiação transformou o Plano Popular na principal bandeira de luta dos moradores e deu início à campanha “urbaniza já”, e foi apresentado ao prefeito Eduardo Paes como uma possibilidade de urbanização da Vila Autódromo e garantia de sua permanência.

Outro importante projeto desenvolvido na Vila Autódromo foi o *Museu das Remoções*, cujo lema “memória não se remove” garantiu mais uma frente de luta aos moradores, agora na chave da memória local como caminho de disputa da cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Para Diana Bogado:

O Museu das Remoções possui uma narrativa diametralmente oposta à narrativa do Estado a respeito dos Jogos Olímpicos Rio 2016, ele se opõe às memórias do poder e propõe a resgatar (ainda que de modo singelo) o poder da contra-memória, da memória contra-hegemônica, da narrativa popular (Bogado, 2017).

Durante o longo período de negociação, momento de intensa destruição física da comunidade, a Prefeitura cedeu e resolveu urbanizar a Vila Autódromo e garantiu a permanência de 20 famílias, em sua maioria pessoas que resistiram até o fim do processo, como é o caso de Maria da Penha, Sandra Maria, Dona Dalva e Sandra Regina. Mariza do Amor Divino não conseguiu permanecer na comunidade e foi reassentada em um apartamento na Colônia Juliano Moreira.

As chaves das casas novas construídas pela Prefeitura na Vila Autódromo foram entregues no dia 27 de julho de 2016, semanas antes do início das Olimpíadas. Do processo, além das memórias de “luta” e do sofrimento causado pelo desgaste e incertezas, persistem projetos como o *Museu das Remoções*, além de articulações e mobilização dos moradores nessa “nova realidade”. Com disse Maria da Penha: “nós estamos reconstruindo nossa própria história dentro da comunidade; estamos tentando manter a memória dessa comunidade”¹⁴.

¹⁴ No dia 18 de maio de 2017, uma parte do acervo do Museu das Remoções foi apropriado pelo Museu Histórico Nacional, e ficará exposto na Instituição ao lado dos escombros do Morro do Castelo. Para os moradores, o sentimento é de reconhecimento da “luta”, de consolidação da Vila Autódromo na memória urbana da cidade, fator de orgulho e satisfação.

Casa, memória e localidade: o caso da Vila União de Curicica

Em 1992, a família de Vicente comprou um terreno vazio na Vila União de Curicica para, mais uma vez, se engajar na construção de uma casa¹⁵. Dessa vez, seus filhos já possuíam suficiente idade para colaborar com o processo de construção, tornando a mão-de-obra familiar essencial nesse contexto. Vicente diz que "pegou sobra de terreno na Vila União", já que a essa altura dos anos 90 a favela já havia sido quase toda ocupada. Ao se utilizar de sacos de padaria preenchidos com areia para delimitar as fronteiras de sua futura casa no terreno, Vicente aterrou a área e construiu uma primeira estrutura de madeira para a família "passar pra dentro logo".

Em seguida, a família cavou 19 sapatas ao redor do grande barraco, que são buracos bem profundos de extrema importância para realizar a "fundação" da casa. As sapatas dos fundos tiveram 2 metros e 40 centímetros. Na parte da frente, no entanto, Vicente relata que precisou cavar o dobro de profundidade e utilizar vergalhões de ferro, já que pela rua Ventura – rua em que mora até hoje na Vila União – passa um rio bastante extenso. A terra existente na divisa entre terreno e rio é pastosa, o que levou Vicente a despender mais esforços e materiais para cavar os buracos. Além das condições físicas do terreno, impactado pelo rio que corta a favela, fica claro no relato de Vicente como a variável climática afeta o processo de construção:

E continuou o acabamento, isso durou 20 anos pra eu conseguir embolsar, foi feito várias reformas aqui, esse piso foi trocado, duas vezes eu já troquei esse piso aqui, eu tive que levantar isso aqui duas vezes porque a casa era baixa, quando chovia a água chegava na porta, aí entrava, aí eu tive que ir levantando entendeu, fui aumentando pra poder a água não entrar em casa¹⁶.

Assim como vários outros vizinhos da mesma rua já haviam feito, a família de Vicente construiu uma estrutura de cimento bastante densa por cima da extensão do rio que abrange a entrada de sua casa. Como já mencionado, o rio acompanha o traçado da rua, beirando as entradas de todas as casas ali instaladas. Na época em que Vicente construiu a estrutura de cimento, a maioria de seus vizinhos de rua já havia feito o mesmo, tanto para evitar o cheiro, as contaminações do rio e a entrada de insetos nas casas, como para utilizar o

¹⁵ Vicente e sua família moram na Vila União de Curicica (Zona Oeste da cidade) há 25 anos. Conforme acordo feito com o mesmo, seu nome, bem como o de seus familiares e vizinhos serão omitidos para garantir o anonimato tendo em vista o delicado contexto de conflito com o Estado que vivenciam. Todos os nomes presentes nessa narrativa são fictícios para garantir a segurança de nossos interlocutores. Antes de chegar à Vila União, Vicente e sua família já haviam habitado outras favelas da Zona Oeste, passando por alguns processos de construção de barracos e casas durante os anos 70 e 80. Além disso, a família pagou aluguel em muitas ocasiões nas mesmas favelas.

¹⁶ Trecho retirado de entrevista realizada em três seções na própria casa de Vicente em setembro de 2016.

espaço gerado com a cobertura do mesmo. O rio passou então a ter poucas partes de sua extensão expostas, já que as estruturas construídas criaram quase que um contínuo de cimento ao longo da rua, o que melhorou a qualidade de vida dos que habitavam a sua margem¹⁷.

Ingold afirma que "modos de agir no ambiente são também modos de percebê-lo" (2000: 9)¹⁸, tendo em vista que, segundo o autor, o "movimento de processar informações" realizado pelos agentes – expressão não muito adequada para a antropologia ecológica praticada por Ingold, mas que é utilizada no momento em que o autor argumenta nos termos de Bateson para aproveitar alguns subsídios do último – é antes de tudo "o desdobrar de todo sistema de relações constituído pelo envolvimento multi-sensorial do *perceiver* em seu ambiente" (*Op. Cit.:* 18)¹⁹. É a partir de seu envolvimento nas interações travadas com a casa em construção, com o terreno, com o rio, com as chuvas e com sua família, que Vicente percebe o ambiente circundante ao planejar e construir sua casa na favela. Da mesma forma que o rio, gerador da consistência da terra na parte frontal do terreno, fez com que Vicente replanejasse a profundidade das sapatas que suportam a casa em sua fundação e erguesse uma estrutura de cimento como as feitas pelos vizinhos, as chuvas levaram os membros da família a reconstruírem partes da casa duas vezes durante esses anos. Ao longo do processo de construção e de vivência na favela, Vicente desenvolve certo conhecimento sobre o ambiente em que habita a partir das pistas que o lugar oferece. Conhecimento aqui é entendido também nos termos da antropologia ecológica ingoldiana: "é baseado em sensações, consistindo nas habilidades, sensibilidades e orientações que se desenvolvem por meio de longa experiência de condução de uma vida em um ambiente particular" (*Op.Cit.:* 25)²⁰.

É a partir de sua relação com o ambiente circundante, interação produtora também de conhecimento, que a memória de Vicente sobre o processo de construção de sua casa e de consolidação da comunidade é erigida. Memória que torna-se evidente para os pesquisadores por meio dos relatos que, articuladores de ações narrativas, discorrem sobre espaços, ou seja, sobre experiências existenciais vividas, indicando lugares circunstanciados, especificados por ações de sujeitos históricos (DE CERTEAU, 1999). A memória de Vicente, que aparece para nós na forma relato, consiste em um fragmento de registro do processo de ocupação por parte

¹⁷ Quando do início do processo de remoção, a prefeitura demoliu a estrutura de cimento sobre o rio, o que gerou a insatisfação de muitas famílias, pois mal cheiro, insetos e lixo tornaram-se fatores mais evidentes na vida cotidiana.

¹⁸ Tradução minha do seguinte trecho: "ways of acting in the environment are also ways of perceiving it" (*Op. Cit.:* 99).

¹⁹ Tradução minha do seguinte trecho: "the unfolding of the whole system of relations constituted by the multi-sensory involvement of the perceiver in his or her environment" (*Op.Cit.:* 18).

²⁰ Tradução minha do seguinte trecho: "it is based in feeling, consisting in the skills, sensitivities and orientations that have developed through long experience of conducting one's life in a particular environment" (*Op.Cit.:*25).

de diversas famílias da região da Curicica, parte da chamada "Barra Olímpica". A construção de estruturas de cimento por sobre o curso do rio que corta a comunidade, realizada pela maioria dos moradores da rua Ventura, ilustra uma técnica, enraizada nos saberes partilhados localmente, a qual se insere em uma tecnologia mais ampla que Appadurai (1996) define como *produção de localidade*.

Tanto a ocupação da área da Vila União, como a construção de estruturas básicas pelos moradores, são resultantes de um contexto mais amplo marcado pela postura ativa de um Estado²¹ que não despende esforços no sentido da garantia do direito à habitação e à cidade. O bairro, nesse caso, é produzido por contexto. Por outro lado, como será visto adiante, as ações desses sujeitos históricos, materializadas na consolidação da comunidade, participam também da gênese do contexto mais recente de conflito entre Estado e moradores, evidenciado pelo processo de remoção. Como ressalta Appadurai (1999), além de ser produzido por contextos, o bairro também tem a capacidade de criá-los.

Crise e ação reparadora

Uma das primeiras ações estatais, que demarcam talvez o início do processo de remoção, é feita justamente na rua habitada por Vicente, a rua do canal. Em 2010, agentes da prefeitura chegam à comunidade para demolir as largas pontes de cimento construídas pelos moradores sob a justificativa de que elas estariam contribuindo para a ocorrência de enchentes. Os moradores se surpreenderam com a chegada dos agentes e das máquinas, já que não haviam sido notificados da transformação que ocorreria nessa parte da comunidade. De acordo com Vicente, "a primeira ação deles aqui foi pra desmotivar e desvalorizar a comunidade, né". Em 2012, a prefeitura convoca uma reunião com a população para anunciar a remoção de toda a favela, o que totaliza mais de 900 famílias. A remoção é justificada pela necessidade da construção da via de BRT Transolímpica²², que passaria justo em cima da comunidade. O anúncio da remoção total instala oficialmente a crise, que teve como primeiro indício a demolição incompreendida da estrutura que cobria o rio, configurando, assim, o conflito entre agentes estatais e a comunidade. "Foi aí que começamos a lutar, né, criamos o MIP e chegamos a juntar 140 pessoas", nos relata Vicente.

O Movimento Independente Popular (MIP) não reuniu apenas moradores. Nas reuniões nos deparamos com coletivos universitários, representantes de partidos políticos de

²¹Estado aqui é entendido como um corpo complexo e multifacetado, nos termos de Das e Poole (2005), e não como um bloco monolítico e homogêneo, conforme pensado por uma certa teoria clássica do Estado.

²²As vias de BRT (*Bus Rapid Transit*) fazem parte do conjunto de obras realizadas na cidade durante a produção da cidade olímpica, tomadas pela prefeitura como parte do chamado "legado olímpico".

esquerda e também com o Comitê Popular Copa e Olimpíadas²³. O evento crítico da remoção (DAS, 1995) gera a emergência de um ator coletivo nas arenas públicas, que investiga, repensa e questiona os impactos da efetivação do processo de remoção – que há anos faz-se presente como ameaça na forma de boatos (GUTTERRES, 2016). Em meio ao drama social (TURNER, 2008) vivenciado pela comunidade, os moradores unem-se a atores externos, na medida em que buscam reverter o cenário presente, refletindo sobre o horizonte de possibilidades futuras que aparece para o grupo. O possível futuro inserido no presente organiza e unifica a ação (CAVALCANTI, 2007).

Durante as reuniões e atividades do MIP²⁴, as falas dos moradores retomavam não somente os processos de construção de suas casas – que em sua maioria se estenderam por anos, assim como no caso de Vicente –, mas também relações interpessoais e com os equipamentos do bairro. Muitos mencionavam as igrejas, os mercados e o hospital para justificar a vontade de permanecer no local. Outros abordavam a família e a vizinhança. "Eu tenho assistência da comunidade, meus amigos, aqui sou feliz", disse Dona Maria, uma das mais antigas moradoras, durante uma das reuniões. "Eu não queria sair daqui não, passei minha infância aqui, minha família é daqui. Tenho raízes aqui, sou nascido aqui. Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim", diz Claudinho, adolescente que habita a Vila União, durante uma conversa informal realizada antes do início de uma reunião. Por outro lado, ao reiterarem a importância da história de consolidação da comunidade presente nas falas de seus habitantes, os representantes dos coletivos e partidos apresentavam no espaço da reunião alguns caminhos possíveis para resistir à remoção. Assessores de vereadores falavam em petições, abaixo-assinados e audiências públicas, a universidade colocava-se à disposição para elaborar um traçado alternativo da via de BRT, da mesma forma que o Comitê distribuía cartilhas sobre o tema do direito à habitação.

A memória coletiva da comunidade configura-se como substrato sobre o qual a linguagem dos direitos atua. A junção de ambas as ferramentas de luta pela permanência, potencializa a resistência da comunidade ao processo de remoção. "Só depois que a gente começou a conhecer nossos direitos, que a prefeitura passou a tratar a gente diferente", diz Silvio, uma das lideranças do movimento. De um lado, a memória emerge nesse contexto de crise como forma de legitimar a permanência das pessoas no local. De outro, o repertório dos

²³ Organização conhecida internacionalmente, que atuou no Rio de Janeiro durante os últimos anos, com o objetivo anunciado de "denunciar as violações de direitos humanos cometidas em nome dos megaeventos".

²⁴ Daniela Petti esteve presente nos espaços construídos pelo MIP na ocasião em que participou de uma pesquisa sobre a região da Curicica, enquanto bolsista de iniciação científica da professora Mariana Cavalcanti (IESP/UERJ).

direitos veiculado pelos aparelhos modernos traduz a mobilização coletiva para os termos da linguagem do Estado (LIFSCHITZ, 2006). Em meio ao conflito entre o poder público e a comunidade, memória e linguagem dos direitos potencializam-se mutuamente, com vistas à permanência do grupo na terra. Vicente e seus vizinhos, enquanto sujeitos históricos de uma localidade, têm suas vivências – marcadas pela *auto-construção*²⁵ das casas e do bairro – transformadas em arenas políticas (HOLSTON, 1991), na medida em que esforçam-se para reparar a crise gerada pela situação de remoção (TURNER, 2008).

Considerações Finais

O planejamento e o urbanismo praticados hoje nas grandes cidades do globo suscitam a insatisfação de muitas populações, por não atenderem ao "bem público", e sim aos anseios e interesses de certos grupos privados que atuam no espaço urbano (MIRAFTAB, 2016). Gentrificação, espoliação e remoções são resultados materializados em espaços e corpos das práticas de um urbanismo cujo olhar parte do longe, do alto e de fora. Segundo Lefebvre (2010), na chamada “sociedade burocrática de consumo dirigido”, as tendências homogeneizadoras do capitalismo matam as diferenças. No capitalismo pós-industrial, a problemática urbana impõe um deslocamento da reflexão da produção de mercadorias em direção à própria produção do espaço. Mais do que isso, o funcionamento do capitalismo em esfera urbana implica ir além da produção - dos meios de produção -, e levar em consideração a noção de reprodução. Se no passado, a família era a principal esfera de reprodução do capital, em tempos de financeirização da vida, o espaço consiste em mais um elemento por meio do qual o capitalismo se manutenciona. A partir do instante em que as dinâmicas do capital utilizam-se do território urbano para perpetuar seu processo de reprodução (HARDY, 2012), esse tipo de planejamento torna-se instrumento dos atores dominantes desse cenário, contribuindo para a construção de cidades cada vez mais desiguais. Como afirma Miraftab:

O planejamento como o conhecemos está-se defrontando com uma crise de legitimidade. Suas contradições e falsas promessas manifestam-se em crescentes desigualdades. E as injustiças espaciais que propicia são a evidência patente de “um imperador sem roupas” (2016: 366).

²⁵Auto-construção é um conceito cunhado por James Holston durante a década de 1990, a partir de pesquisa realizada nas periferias de São Paulo, portanto historicamente localizado, mas ainda útil para pensar o engajamento de famílias na construção de seus barracos e casas nas favelas cariocas. O conceito ultrapassa o sentido material mais evidente, abarcando também questões estéticas e políticas. De certa forma, para Holston, é a atividade de auto-construção praticada durante décadas que impulsiona muitas famílias brasileiras a se mobilizarem politicamente pela garantia dos direitos da cidadania.

A Zona Oeste do Rio de Janeiro tem figurado como frente de expansão do capital imobiliário, portanto da dinâmica urbana como um todo (ROLNIK, 2016). Muitos empreendimentos têm sido gestados, por meio das parcerias entre atores públicos e privados, nas áreas de Jacarepaguá, Curicica e Barra da Tijuca, o que obviamente afeta as favelas existentes no entorno. Na era das finanças do capitalismo globalizado, como aponta Raquel Rolnik, "a terra se tornou um elemento central no processo de circulação dos excedentes financeiros globais, transformados em várias formas de capital fictício" (AZEVEDO e FAULHABER 2015: 12). Tal dinâmica renovada do capital inserida em território urbano, somada ao contexto específico vivido pelo Rio de Janeiro, em que megaeventos como Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas têm sido prioridades no bojo da atuação estatal, geram processos históricos nos quais a narrativa que transmitimos nesse texto se insere. Os processos de remoção de Vila Autódromo e Vila União de Curicica ilustram as consequências da articulação entre o avanço do capitalismo em terras urbanas e do planejamento urbano hegemônico como seu instrumento possibilitador.

As práticas insurgentes descritas neste texto, constituídas e efetivadas a partir dos construtos da memória, tanto em sua face individual, como coletiva, expressam de certo modo as bases sobre as quais um planejamento urbano coletivo – de baixo, de dentro, de perto, junto – e um “urbanismo humano” (MIRAFTAB, 2016) podem ser construídos. Uma vez mais acionamos Miraftab, quando diz que o primeiro passo de tal "virada ontológica" no planejamento e no urbanismo seria "reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos – nomeadamente as práticas insurgentes" (*Op.Cit.*: 363).

Referências

ABREU, Regina. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentido. In: GUIMARAENS, Maria da Conceição Alves de (Org.). **Museografia e Arquitetura de Museus**. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, 2010, V1. pp. 190-212.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Revista Mana** – Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, 21(3), 2015, pp. 483-498.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.

_____. Housing and Hope. **Places Journal. Online**. 2013. Disponível em: <<https://placesjournal.org/article/housing-and-hope/>>.

AZEVEDO, Lena e FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: remoções no Rio Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner. **Cadernos de campo**, São Paulo, 2007, n. 16, pp. 127- 137.

CAVALVANTI, Mariana, O'Donnell, Julia e SAMPAIO, Lilian. Futures and Ruins of an Olympic City. In: CARVALHO, Bruno, CAVALCANTI, Mariana e VENUTURUPALLI, Vyjayanthi Rao (Orgs.). **Occupy All Streets** – Olympic Urbanism and Contested Futures in Rio de Janeiro. Estados Unidos: 2016.

COCCARO, Sue Ellen. A requalificação da Avenida Ayrton Senna na vertente Jacarepaguá e a redefinição dos limites da Barra da Tijuca expandida. **Chão Urbano** – Revista online de Pesquisa Urbana e Discussão Acadêmica – IPPUR UFRJ, Rio de Janeiro, n. 2, ano XIII, mar./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivosartigos/artigo64.pdf>>. Acessado em: 11 de dezembro de 2017.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 58-79.

COSTA, Lucio. Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá [1969]. In: **Lucio Costa: registro de uma vivência**. Ed. Empresa das Artes, 1995.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**, tomo I. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FRÚGOLI JR, Heitor. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, 2001, pp. 51-66.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. In: 33º REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Caxambu, 2010.

GUIMARÃES, Renato Consentino Vianna. **Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital**. Dissertação de Mestrado: IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Revista Mana** – Estudos de Antropologia Social, 22(1), 2016, pp. 179-209.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, 2012, n.29: pp. 73-89.

HOLSTON, James. Autoconstruction in working-class Brazil. **Cultural Anthropology**, vol.6 n.4. Wiley on behalf of the American Anthropological Association, 1971, pp. 447-465.

INGOLD, Tim. **The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London/New York: Routledge, 2000.

LEFBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Editora Centauro. São Paulo, 2010.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.38, 2006, pp. 67-85.

MARTINS, Mayã. Entre Memórias e Futurismos: Enquadramentos Sobre o Projeto Porto Maravilha, Cidade do Rio de Janeiro. **Ponto Urbe** [Online], 16, 2015. Posto online no dia 31 Julho 2015: Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/2584>>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, 2016, pp. 49-56.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.18, n.3, 2016, pp.363-377.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto Histórico**, São Paulo, n.10, 1993, pp. 7-28.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo 2016**: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, pp.200-212.

REZENDE, Vera F. e LEITÃO, Gerônimo. Lucio Costa e o Plano Piloto para a Barra da Tijuca: a vida é mais rica e mais selvagem que os planos urbanísticos. **URBANA**, v.6, nº8, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAMPAIO, Lilian Amaral de. **Curicica, de “fim do mundo” a “Barra Olímpica”**. Dissertação de Mestrado – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2014.

TAFKGI, Mariana. Copa e Olimpíadas pra quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos. **Revista Ensaios**, v.7, 2014, pp.1-16.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas** – ação simbólica na sociedade humana. EDUFF, 2008.

_____. **Do Ritual ao teatro**: a seriedade humana de brincar . Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2017.

VAINER, Carlos. A Cidade de Exceção. **ANPUR**, v. 14, 2011.

Gramsci e a aliança operário-camponesa

Marília Gabriella Borges Machado¹

Resumo: Este artigo é um estudo sobre a questão da terra analisada por meio dos textos de Antonio Gramsci. O trabalho tem como objetivo principal demonstrar a teoria política da aliança operário-camponesa desenvolvida por Gramsci a partir dos anos pré-carcerários, e melhor sistematizada nos anos do Cárcere. São trabalhados temas sobre o processo de *Risorgimento* italiano e a relação Sul e Norte, e a aliança operário-camponesa na luta pela terra no processo de transformação social do qual o autor esteve inserido. O artigo tem como resultado a importância dessa estratégia política e influência dos acontecimentos revolucionários na Rússia para o desenvolvimento da concepção gramsciana.

Palavras Chave: *Risorgimento*; Questão agrária; Gramsci.

Gramsci and the worker-peasant alliance

Abstract: This article is a study on the land question analyzed through the texts of Antonio Gramsci. The main objective of this work is to demonstrate the political theory of the worker-peasant alliance developed by Gramsci in his pre-prison years, and systematized in his prison years. The topics are: the process of Italian *Risorgimento* and the relation South and North; the worker-peasant alliance in the struggle for land in the process of social transformation of which the author was inserted. The article results in showing the importance of this political strategy and the influence of revolutionary events in Russia for the development of Gramscian conception.

Keywords: *Risorgimento*; Agrarian question; Gramsci.

Introdução - o *Risorgimento* e a relação Sul e Norte na Itália

Antonio Gramsci nasceu em janeiro de 1891 e veio a falecer em 1937, dias após sair do cárcere, o qual foi condenado devido posicionamento contrário à ditadura fascista de Benito Mussolini. Gramsci, nasceu na Sardenha, umas das regiões da província de Cagliari e mais pobres da ilha pertencente ao Reino de Piemonte. Chegou em Turim, região localizada no norte italiano industrializado, e trouxe consigo questões de grande importância para o período e para a região sul de onde vinha. O intelectual, conhecido como jovem sardo, é neste período de juventude um meridionalista e seguidor da filosofia neodealista de Benedetto Croce. Nos anos de guerra, o autor afasta-se de Croce e há uma aproximação das ideias de Rosa, Sorel e posteriormente, em 1921, do marxismo de Lenin.

¹ Bacharel em Ciências Sociais, com foco na área de Ciências Políticas e Econômicas. Cursa a Licenciatura em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília/ UNESP.

A breve contextualização da história de Gramsci muito nos interessa quando compreendemos as preocupações do autor sardo com os assuntos de *Alguns temas da Questão Meridional* e da luta pela aliança operário-camponesa italiana e também internacionalmente. O presente artigo possui como objetivo principal o desenvolvimento das ideias de Gramsci a partir do texto de 1919, *Operários e Camponeses*, do texto escrito e inacabado de 1926, *Alguns temas da Questão Meridional* e também do Caderno 19, escrito entre 1934-1935, *Risorgimento Italiano*. A luta pela terra interessa ao jovem sardo desde seus anos de juventude e continua presente nos Cadernos do Cárcere. Dessa forma, o debate que pretende-se realizar nesse artigo é qual a importância da aliança operário-camponesa para Gramsci no processo de uma possível revolução socialista.

A atenção de Gramsci sobre o termo *camponeses* merece destaque já nos escritos pré-carcerários (1910-1926), no entanto, nos Cadernos iremos encontrar termos conexos a este, como por exemplo, a formação dos grupos intelectuais italianos, as origens sobre a Ação católica na Itália e na Europa, a questão meridional², a categoria de folclore e também a questão das ilhas. Os temas trabalhados por Gramsci estão em conexão com a questão camponesa e a ausência de uma revolução jacobina no *Risorgimento Italiano*³.

Os jacobinos conquistaram a função de partido dirigente e impôs a burguesia da França uma posição de avanço dos núcleos burgueses de forma revolucionária. Isso representa para Gramsci uma das características do jacobinismo e de uma grande revolução.

Os jacobinos, portanto, foram o único partido da revolução em ato, uma vez que não só representavam as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento revolucionário em seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral, porque também representavam as necessidades futuras e, de novo, não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente (GRAMSCI, 2001a: 80).

² Gaetano Salvemini muito influenciou os posicionamentos de Gramsci sobre a Questão Meridional. Em 1920, o jovem sardo delineou os traços de uma Questão Meridional relacionada com as determinações do capitalismo e avançou na direção da proposta de unificação entre o campesinato e os operários urbanos da Itália setentrional para a solução do problema agrícola. Dessa maneira, a moderna Questão Meridional, para o pensamento gramsciano é uma reflexão que envolve práxis e teoria e a unificação estratégica dos operários e dos camponeses para solucionar o problema agrário italiano.

³ O período italiano conhecido como *Risorgimento* foi uma revolução sem revolução burguesa, nos modelos jacobinos. Nesse momento, a categoria de revolução passiva é utilizada para indicar os limites do *Risorgimento*, marcado pela política dos moderados e um momento de consolidação do critério histórico-político, ou seja, de ser possível alcançar uma hegemonia antes de ter um governo.

Devemos nos lembrar, no entanto, que na Itália não teve a formação de um partido jacobino e nenhuma orientação no Partido de Ação para tornar-se um partido dirigente. A revolução na Itália se apresentava contra os tratados antigos, contra a ordem internacional e contra a Áustria que mantinha o país e ocupava parte do território italiano, além de controlar o restante. Segundo Gramsci, a questão do *Risorgimento* foi transformada em uma questão patriótica e também econômica que devem ser analisadas com a fraqueza da burguesia italiana diferente das burguesias europeias. Para o autor, as diferenças da Itália e dos outros países europeus devem ser vistas a partir do desenvolvimento histórico e das relações internacionais das nações.

A relação entre a cidade e o campo é um problema antigo na Itália e demonstrava certo sentimento de ódio para com os camponeses nas cidades urbanas. Já se manifestava de modo embrionário a relação entre Norte e Sul como uma relação entre a grande cidade e o campo, e conseqüentemente surgiu um problema de nacionalidade.

[...] existe entre todos grupos sociais uma unidade ideológica urbana contra o campo, unidade da qual não escapam nem mesmo os núcleos mais modernos por sua função civil, que também aí existem: existe o ódio e o desprezo contra o “camponês”, uma frente única implícita contra as reivindicações do campo, que, realizadas, tornariam impossível a existência deste tipo de cidade (GRAMSCI, 2001a: 88).

Difundi-se na Itália a questão de um preconceito do norte em relação ao Sul, eis o problema da questão meridional, já antigo às preocupações de Gramsci. No campo estava relacionado os problemas de incesto, de mortalidade, de práticas higiênicas, de alcoolismo, de crimes, de condições culturais e fundiárias, além da fome. Para o autor, “os camponeses são detentores de cultura no nível do folclore, privados da organicidade própria do pensamento filosófico” (GALLO, 2017: 85). Os camponeses eram privados de intelectuais orgânicos e tinham como grande influência e direção os intelectuais tradicionais.

Os camponeses conservavam uma mentalidade religiosa e estavam à mercê das forças naturais. Compreende que o filho de um intelectual tem maiores facilidades para o estudo e o filho do operário maior facilidade ao se deparar com o mundo do trabalho na fábrica do que o filho de um camponês. “Eis porque muitas pessoas do ‘povo’ pensam que, nas dificuldades de estudo, exista um ‘truque’ [...]; veem o ‘senhor’ [...] realizar com desenvoltura e aparente facilidade o trabalho que, a seus filhos, custa lágrimas e sangue” (GRAMSCI *apud* GALLO, 2017: 86).

O debate sobre a categoria de folclore em Gramsci é necessário para compreendermos a relação que possui com o campesinato. Para o autor, estudar o folclore implica em compreender uma concepção do mundo e da vida que muitas vezes está implícito nos estratos de tempo e de espaço da sociedade, e em oposição com as concepções de mundo localizadas na parte culta. O folclore é compreendido como um reflexo e representação das condições culturais de um povo.

Concepção do mundo não só não elaborada e assistemática – já que o povo (isto é, o conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda forma de sociedade que existiu até agora) não pode, por definição, ter concepções elaboradas, sistemáticas e politicamente organizadas e centralizadas em seu (ainda que contraditório) desenvolvimento-, como também múltipla. (GRAMSCI, 2001b: 134).

Temos, portanto, uma relação entre folclore e senso comum que significa um nexo. Cada camada social possui seu senso comum e as correntes filosóficas também deixam camadas de senso comum que se transformam de modo contínuo.

Os camponeses eram vistos na literatura italiana como atrasados, como um espetáculo da natureza e também com certas diferenças que colocam em xeque a questão da dignidade humana. No entanto, Gramsci compreende a subalternidade dos camponeses em outro sentido, diferente da memória histórica que insere os camponeses não em conceitos reais e políticos, mas ligados à fenômenos da rebelião. Para Gramsci, o problema perpassa por uma questão dos intelectuais, ou seja, a ausência de intelectuais orgânicos tornou os camponeses uma massa dos intelectuais tradicionais, que tinham como figura principal a Igreja Católica e grandes proprietários de terra.

No artigo de 15 de janeiro de 1916, *O sillabo e Hegel*⁴, publicado no jornal *Il grido del Popolo*, Gramsci realiza um debate sobre a questão da terra e do *Risorgimento*. O *Sillabo* é um dos documentos da Igreja Católica mais reacionários que existe. Foi publicado em 1834, pela Cúria Romana em referência a supostos erros de religião e moral. Nos interessa que este documento possui definições sobre a propriedade fundiária como algo natural e inviolável, fato que coloca a pequena e média propriedade fundiária no controle da burguesia ou do vilarejo e não dos camponeses, questão que também implicava na economia do país.

⁴ GRAMSCI, Antonio. *O Sillabo e Hegel*. In: **Escritos Políticos v.I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

O acúmulo da propriedade fundiária criou na Itália um volume de pensionistas e de rentistas e uma figura do produtor de poupança, ou seja, de um pequeno grupo que além de extrair o sustento consegue poupar. Gramsci compreende isto não apenas no sul da Itália, mas em toda Europa, particularmente nas regiões sul.

O *Sillabo* possui relação com o que aconteceu na Itália, de forma que o *Risorgimento* não foi um movimento político revolucionário de tipo jacobino. Não ocorreu uma reforma religiosa que separasse o Estado da Igreja, ao contrário, despojou-se ao Estado um valor absoluto. Para Gramsci, além de uma comunidade de fiéis, uma instituição eclesiástica, a Igreja é um intelectual coletivo.

A Igreja faz parte das instituições do Estado que realizam consenso e que possuem poder na vida da massa, aparece, portanto, como um intelectual coletivo e que possui relações com as classes subalternas e condiciona questões da vida cultural, política e social dos povos e dos Estados.

A relação que a Igreja possui como intelectual coletivo está relacionada com o problema da moderna questão meridional. Notamos que a diferença entre Norte-Sul era realizada pela composição social, pois, os camponeses do Sul mantinham relações econômicas com o trabalho e criava uma enorme população de arrendatários. Após a unificação "a atrasada estrutura meridional passou a ser explorada, tornou-se permanente e foi até acentuada, para drenar as economias de suas classes parasitárias em direção ao Norte" (GALLO, 2017: 577).

A região Sul deveria estar abaixo do Norte em uma relação semicolonial por meio de controle policial que continha enorme repressão ao campesinato e a qualquer movimento oposto ao Estado vigente. Fato que designou muitos massacres camponeses para o combate da difusão das ideias socialistas e um apoio político aos intelectuais da região Sul, pois, eram a representação e a expressão da propriedade agrária, de modo que combatia as expressões intelectuais de descontentamento com a forma de vida.

Isto está relacionado com a falta de organização política dos camponeses italianos, pois as manifestações foram vistas como caóticas, desorganizadas e criminosas e não como um problema político.

A não-formulação da questão agrária levava à quase impossibilidade de resolver a questão do clericalismo e da atitude antiunitária do Papa. Sob este aspecto, os moderados foram muito mais ousados do que o Partido de Ação: é verdade que eles não distribuíram os bens eclesiásticos entre os camponeses, mas deles se serviram para criar uma nova camada de grandes e médios proprietários ligados à nova situação política, e não hesitaram em

expropriar a propriedade fundiária, mesmo que só a das Congregações (GRAMSCI, 2001: 97).

Os intelectuais tradicionais do Sul possuíam relações clientelistas com o governo. Não interessava a Giovanni Giolitti⁵ a difusão do socialismo no *Mezzogiorno*, pois trazia vantagens econômicas para o Norte e para a classe operária, de modo que sacrificava outros operários e os camponeses, além de prejudicar uma possível organização por parte do campesinato ao demonstrar o problema da região setentrional como um problema político. Tornaram-se os intelectuais um meio de desorganização das consciências da massa camponesa e uma ferramenta para a política e dominação do grupo meridional. De maneira que a prática política giolittiana era fundar uma ação de governo sobre o transformismo parlamentar e utilização da repressão do Estado sobre os campesinatos meridionais.

A ditadura férrea dos intelectuais e de alguns grupos subalternos, mais a propriedade fundiária, só mantém sua solidez superexcitando seus elementos militantes com este mito de fatalidade histórica, mais forte do que qualquer deficiência e incapacidade política e militar (GRAMSCI, 2001a: 33).

O predomínio dos bacharéis no Sul que colocavam em contato a massa dos camponeses com o aparelho estatal foi diferente no Norte com os técnicos da fábrica que estavam em conexão com os operários, com as organizações sindicais e com os partidos que eram dirigidos por um novo tipo de intelectual.

É possível de compreensão que a questão agrária e camponesa é um problema regional e que está relacionado com a questão do Vaticano que possui o controle ideológico do campesinato, de forma que a reprodução social é realizada pela tradição da burguesia, e também do Estado e da política setentrional. De certa maneira, no período do *Risorgimento*, o Partido de Ação também não conseguiu ser um partido dirigente e colocar as massas em contato com o Estado, não ocorreu uma revolução burguesa, e sim, uma revolução passiva onde “as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (*Op.Cit.*: 93).

A relação entre o campo e a cidade são importantes para Gramsci por iniciar um processo de exame das forças fundamentais e revolucionárias da história italiana. O problema agrário não esteve em pauta no Partido de Ação e não apresentou nenhuma solução ao problema, pois, seria necessário uma formulação dessa questão nacional que fazia parte dos

⁵ Líder político de grande importância no período de monarquia liberal italiana. Foi ministro e presidente do Conselho diversas vezes. Chegou a marcar uma época com o próprio nome quando dirigiu o governo quase consecutivamente de 1903 a 1914.

proprietários fundiários que estavam em torno do Piemonte, do Estado e também do Exército. Os movimentos dos camponeses foram esmagados pelo exército e criou-se a Guarda Nacional anticamponesa.

A aliança operário-camponesa na revolução socialista

O Sul definido por Gramsci, como um enorme bloco agrário e constituído por três estratos, a massa camponesa amorfa e desorganizada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os proprietários de terra e os intelectuais, coloca o campesinato em uma situação de massa incapaz de realizar uma resposta às aspirações. Como vimos anteriormente, os intelectuais dominam o campo ideológico e as possíveis manifestações, mas é necessário que o campesinato busque uma organização efetiva não apenas para a realização de uma reforma agrária, mas para determinar o uso da terra e colaborar na produção de mercadorias de forma organizada para determinado fim que não seja da apropriação individual.

Para o autor, a resolução do problema está na aliança política que coloca o proletariado de Turim e de Milão como o protagonista da questão meridional junto ao campesinato. Necessário, portanto, que as massas do Norte compreendam que a unificação italiana não ocorreu igualmente, mas com uma hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno* na submissão campo-cidade. Compreender que existiu uma relação, nas palavras de Gramsci, do Norte como um “ ‘sanguessuga’ que se enriquecia às custas no Sul e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional” (AGOSTINO, 2017: 535).

O artigo de Gramsci, *Operários e Camponeses*, publicado em agosto de 1919, no jornal *L'Ordine Nuovo*⁶, faz referência a luta operário-camponesa e as possibilidades dos conselhos de fábrica, ou seja, do proletariado turinês organizado nos conselhos, em realizar a revolução na unidade operário-camponesa. O jovem sardo faz referências aos países mais atrasados do ponto de vista de desenvolvimento capitalista, como por exemplo, a Rússia, a França, a Itália e a Espanha.

[...] existe uma nítida separação entre a cidade e o campo, entre os operários e os camponeses. Na agricultura, sobreviveram formas econômicas nitidamente feudais, bem como a mentalidade que lhes corresponde. A idéia do Estado moderno liberal-capitalista ainda é ignorada; as instituições econômicas e políticas não são concebidas como categorias históricas, que

⁶ Semanário de cultura socialista criado e organizado por Umberto Terracini, Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e Angelo Tasca em 1º de maio de 1919. Ver: DIAS, E. **Gramsci em Turim e a construção do conceito de hegemonia**. Xamã: Campinas, 2000.

tiveram um início, sofreram um processo de desenvolvimento e podem se dissolver, depois de terem sido criadas as condições para as formas superiores de convivência social (GRAMSCI, 2004a: 265).

Gramsci analisa que o Estado burguês manteve a propriedade agrária fora da livre concorrência e o Estado manteve a essência feudal que conservavam os privilégios feudais. Fato que colaborou para que a mentalidade do camponês continuasse como a do servo da gleba

que se revolta contra os “senhores” em determinadas ocasiões, mas é incapaz de conceber a si mesmo como membro de uma coletividade (a nação para os proprietários, a classe para os proletários) e de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de modificar as relações econômicas e políticas da convivência social (*Ibidem*).

Como vimos, em 1919, Gramsci já desenvolve a questão do problema agrário e busca soluções para isso. Compreende que a luta de classes no campo era confundida com o banditismo,

com a vingança, com o incêndio dos bosques, com o morticínio do gado, com o rapto das mulheres e das crianças, com o assalto à prefeitura: era uma forma de terrorismo elementar, sem consequências estáveis e eficazes. [...] a psicologia do camponês se reduzia a uma pequeníssima soma de sentimentos primitivos dependentes das condições sociais criadas pelo Estado democrático-parlamentar: o camponês era deixado completamente à mercê dos proprietários e de seus sicofantas e dos funcionários públicos corruptos; e a sua maior preocupação vital era a de defender-se corporalmente dos perigos da natureza elementar, dos abusos e da barbárie cruel dos proprietários e dos funcionários públicos (*Ibidem*).

No entanto, os anos de guerra mudaram o que Gramsci denomina de psicologia dos camponeses. Segundo o jovem sardo, o industrialismo não fora capaz de realizar o que a guerra fez no sentido de obrigar as nações mais atrasadas economicamente a agrupar seus homens. A Guerra Imperialista teve como uma das consequências algo não previsto, fato que também é notável na Rússia.

Os instintos individuais egoístas se atenuaram, modelou-se um espírito unitário comum, os sentimentos se identificaram, formou-se um hábito de disciplina social: os camponeses conceberam o Estado em sua complexa grandiosidade, em seu desmesurado poder, em sua complicada construção. (*Op. Cit.:* 267)

Gramsci analisa a participação dos conselhos, dos delegados militares e dos soldados camponeses nos *soviets* de Petrogrado, de Moscou e dos centros industriais russos como um momento de aquisição da consciência da classe trabalhadora. A questão de relacionar a Itália

e a Rússia partem de Gramsci por não serem de grande diferença, pois a questão de "classe dos operários e dos camponeses se apresenta nos mesmos termos: ela ocorrerá na prática do Estado socialista e se fundará na nova psicologia criada pela vida comum nas trincheiras" (GRAMSCI, 2004: 268).

Mas, já em 1919, podemos notar isso, vejamos.

As condições do trabalho estão hoje radicalmente abaladas: o desemprego agrário já se tornou um problema insolúvel por causa da impossibilidade efetiva de emigrar. A transformação industrial da agricultura só pode ocorrer com o consentimento dos camponeses pobres, através de uma ditadura do proletariado que se encarne em conselhos de operários industriais e de camponeses pobres. Os operários e os camponeses pobres são as duas energias da revolução proletária. [...] São a espinha dorsal da revolução. (GRAMSCI, 2004a: 268)

A questão dos intelectuais surge como uma das necessidades vitais nas exigências culturais do proletariado e do campesinato, para Gramsci é necessário que o Partido compreenda a necessidade dessa aliança e a urgência em resolver o problema. Os camponeses organizados representam muito mais do que o problema de desagregação social e sem coesão. Laçamos a questão: como a questão meridional deveria ser solucionada para Gramsci? Em primeiro momento, compreendemos a questão meridional como um problema histórico da Europa, especificamente no nosso caso, da Itália. Em segundo momento, notamos que a questão colocada é que o camponês é essencial para a revolução socialista.

A discussão sobre o tema não significava a conquista do campesinato pelo proletariado. Estava relacionada com a educação da classe dirigente que se fazia partido e na complexidade de compreensão da singularidade da história da formação das classes subalternas. A sociedade meridional enquanto não organizada e compreendida como um bloco agrário constituído pelos intelectuais da pequena e média burguesia, por grandes proprietários agrários e pelos intelectuais tradicionais, que são incapazes de expressar de maneira centralizada suas necessidades.

Isto também significa para o autor sardo uma contradição no desenvolvimento do capitalismo italiano, pois identifica nos camponeses junto ao proletariado industrial do Norte, um elemento social revolucionário. Representa a capacidade da aliança operário-camponesa, tanto dos comunistas de Turim quanto de Milão para organizar e resolver o problema da questão meridional e do Estado capitalista "constitui o novo centro de perspectiva para a formação de um bloco histórico alternativo, capaz de confiar a direção do Estado ao proletariado urbano do Norte e às massas camponesas do Sul" (AGOSTINO, 2017: 534).

No III Congresso do PCI foi estabelecida uma linha política para a revolução italiana, surgiu, portanto, a questão meridional como expressão da questão agrária e camponesa. O título, *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas*, conhecido como *Alguns temas da Questão Meridional*, foi escrito por Gramsci em 1926 e é um texto inacabado. Segundo Carlos Nelson Coutinho, o título foi escrito com a própria letra de Gramsci e está na primeira página do manuscrito. Foi encontrado por Camilla Ravera logo após a prisão do comunista sardo. O título foi rabiscado e substituído pelo qual conhecemos hoje, tendo sua primeira publicação em janeiro de 1930, na revista *Lo Stato operaio* do Partido Comunista Italiano (PCI), editada em Paris.

Gramsci inicia o texto na retomada do debate sobre a questão meridional e os operários de Turim. O autor enfatiza uma citação de um artigo de 1920 que demonstra o ponto de vista dos comunistas turinenses. Compreende que o problema agrário não será resolvido por uma divisão das terras incultas e mal cultivadas, mas, no momento em que houver solidariedade com o proletariado industrial que necessita da solidariedade do camponês.

Impondo o controle operário sobre a indústria, o proletariado fará com que a indústria produza máquinas agrícolas para os camponeses, roupas e sapatos para os camponeses, energia elétrica para os camponeses. Impedirá que a indústria e os bancos explorem ainda mais os camponeses e os subjuguem como escravos aos seus cofres (GRAMSCI, 2004b: 406).

O trecho acima significa que Gramsci prossegue no famoso debate sobre a aliança operário-camponesa não para reforma agrária e continuidade do Estado burguês, mas para uma articulação estratégica que desdobra em um novo Estado. Gramsci faz inúmeras referências aos comunistas de Turim no debate com os escritores do jornal *Il Quarto Stato*.

A experiência dos conselhos de fábrica na Itália representavam a organização do proletariado de Turim e do controle operário para uma democracia operária. Os conselhos representavam para Gramsci, a autoeducação e a autogestão da fábrica articulada com a cultura operária e a construção da hegemonia dos subalternos. Possível de observarmos no texto de 1926 que

os comunistas de Turim tiveram um “mérito” incontestável: o de obrigar a vanguarda operária a se ocupar da questão meridional, apontando-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário. Nesse sentido, contribuíram na prática para retirar a questão meridional de sua fase de indefinição, intelectualista, chamada de “concretista”, para fazê-la ingressar numa nova fase. (*Op. Cit.*: 408)

Para o autor, o proletariado pode se tornar classe dirigente conforme pode criar um conjunto de alianças de classe, para que se mobilize contra o capitalismo a maioria da classe trabalhadora. Notamos que os comunistas de Turim foram capazes de formular a questão da hegemonia do proletariado e deveria obter o consenso nas massas camponesas. O campesinato representa na articulação entre o campo e a cidade uma possibilidade de novo Estado que “possa se fundar e se desenvolver, através das quais o Estado socialista possa promover a introdução das máquinas e determinar o grandioso processo de transformação da economia agrária” (GRAMSCI, 2004a: 270).

Portanto, quando organizados, os camponeses tornam-se um elemento de progresso, mas quando estão desorganizados e abandonados irão se tornar um tumulto e uma desordem que corresponde ao caos. Gramsci compreende a revolução como um problema de disciplina e de organização que deve possuir como protagonista as cidades industriais, o proletariado organizado no novo órgão revolucionário – os conselhos- que possui como intelectual dirigente o Partido- e os camponeses na aliança entre as classes.

Considerações finais

O que pretendemos articular nesse texto foi um debate sobre como o *Risorgimento* italiano, uma revolução passiva e não jacobina, acabou por não solucionar o problema da questão meridional. Não somente o *Risorgimento*, vimos que os intelectuais tradicionais e a falta de intelectuais orgânicos no Sul colaboraram para a desorganização da massa camponesa, além da política setentrional de Giolliti.

Gramsci enfrentou os problemas de ter nascido em uma região tão atrasada como a Sardenha. Com dificuldades financeiras, o jovem sardo ao chegar em Turim, em 1911, deparou-se com os problemas do proletariado e com o positivismo do Partido Socialista Italiano (PSI), entrou para a militância socialista e começou a desenvolver as questões do *Mezzogiorno*. Sistematizou sua experiência e as leituras acerca do *Risorgimento* Italiano e da questão meridional para realizar uma teoria que solucionasse o problema. Contou com influência da linha do III Congresso da Internacional, das influências de Lenin e da NEP. Resolver a questão meridional, significava para Gramsci, solucionar os problemas dos camponeses e da submissão do Sul em relação ao Norte. Estava, portanto, na ordem do dia o debate e os projetos para mudanças.

Falamos um pouco sobre a questão meridional vinculada à questão do vaticano, ou seja, a questão da Igreja. Notamos a importância dos intelectuais orgânicos no processo de revolução socialista a fim de consolidar-se como partido revolucionário e bloco histórico. Os

intelectuais orgânicos estão relacionados com a construção da ideologia da classe operária italiana e deveria estar para os camponeses, principalmente no processo de construção da hegemonia dos grupos subalternos, que possui como força elementar os camponeses. Finalizamos por fim, na importância de compreender o debate histórico dos grupos marginalizados da Itália que muito se assemelham com as condições russas.

No Brasil há também o problema da terra que ainda não foi resolvido completamente. Há uma criminalização das regiões mais desenvolvidas economicamente para com as regiões menos desenvolvidas, sendo o Norte e o Nordeste. A luta pela terra e a questão da fome também fazem parte do debate que Gramsci nos insere. Os escritos do jovem sardo são de grande importância para compreendermos a questão da terra em nosso país, mesmo com diferenças geográficas e territoriais, também contribui para a cultura das classes trabalhadoras e camponesas do país.

Referências

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GRAMSCI, Antonio. O Sillabo e Hegel. **In: Escritos Políticos v.I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. Operários e Camponeses. **In: Escritos Políticos v.I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. Alguns temas da questão meridional. **In: Escritos Políticos v.II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. Caderno 19 (1934-1935) *Risorgimento* Italiano. **In: Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. Caderno 27 (1935): Observações sobre o “Folclore”. **In: Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

“Aproveita pra botar sua fé em prática!”: entre agentes e vivências na Igreja Universal do Reino de Deus

Daniela Ramos Petti¹

Resumo: O artigo é resultado de uma etnografia realizada na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro. A autora tem como objetivo, a partir da descrição etnográfica, elucidar como a Teologia da Prosperidade (TP) e a Teologia da Batalha Espiritual (TBE) se materializam nas práticas rituais cotidianas da IURD. No escopo do debate da teoria ator-rede (TAR) latouriana, o artigo descreve e analisa as interações entre os agentes que participam dos rituais, bem como as relações de troca entre os fiéis e o Divino. Em meio às vozes dos múltiplos atores que emergem no texto, é possível compreender os papéis cumpridos pela instituição neopentecostal na vida cotidiana das classes populares brasileiras.

Palavras-chave: Igreja Universal; Neopentecostalismo; Prosperidade; Batalha Espiritual; agentes.

"Enjoy to practice your faith!": among agents and experiences in the Universal Church of the Kingdom of God

Abstract: The article is the result of an ethnography held at the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG) in a neighborhood in the Northern Zone of Rio de Janeiro. From the ethnographic description, the author aims to elucidate how the Prosperity Theology (PT) and Spiritual Battle Theology (SBT) materialize in the daily ritual practices of the UCKG. In the scope of the Latour's actor-network theory (ANT) debate, the article describes and analyzes the interactions between the agents participating in the rituals, as well as the exchange relations between the faithful and the Divine. Amid the voices of the multiple actors that emerge in the text, it is possible to understand the roles fulfilled by the Neo-Pentecostal institution in the daily life of the Brazilian popular classes.

Keywords: Universal Church; Neopentecostalism; Prosperity; Spiritual Battle; agents.

Introdução

"Muitas pessoas vão até lá só pra observar também e acabam ficando, porque vêem com os olhos o poder de Deus" (Rose).

Essa é a primeira frase que escuto de Rose, minha principal interlocutora, ao contar-me sobre meu interesse em participar das reuniões da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, frequentada por ela há dez anos.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV-Rio).

Surgido em meio a conversas cotidianas com Rose sobre pessoas LGBTs e, conseqüentemente, sobre os conflitos existentes entre os movimentos sociais e as igrejas evangélicas, meu interesse de compreender um pouco como pensam e agem os membros da Igreja Universal despontou sem um norte. Rose trabalha como empregada doméstica de minha casa há tempos, desde antes de meu nascimento. Há vinte anos que desenvolvemos uma relação intensa de afeto e convívio cotidianos. Não há como negar a importante posição que ela ocupa em minha vida, tampouco o impacto dessa relação no presente trabalho. Conversamos sempre sobre muitos assuntos e, desde pequena, escuto relatos sobre sua experiência enquanto pessoa evangélica e participante da Igreja Universal. Deus, Espírito Santo, orações, "descarrego", "espíritos malignos", problemas e curas sempre permearam nossas conversas. Apenas agora, no entanto, e certamente devido às novas experiências que carrego por conta de minha inserção nos movimentos sociais, sinto-me instigada, perturbada e inquieta quanto ao turbilhão de questionamentos, emoções, posicionamentos e formas de existir que emergem da contraposição desses, por assim dizer, dois modos tão desiguais de experimentar a contemporaneidade (FASSIN apud KOPPER, 2014). Experiências tão contrastantes, porém passíveis de contato e críticas mútuas: o das pessoas evangélicas e o dos movimentos sociais.

Identifico-me como uma mulher feminista e militante da desconstrução cotidiana dos gêneros e formas de sexualidade dominantes. Minha empreitada pelos modos de agir e existir dos evangélicos da Universal, portanto, tem sido intensamente marcada por muitas discordâncias que, em muitos momentos, me atingem forte e diretamente. Muitos dizeres - logo, fazeres - provocam-me sentimentos de aflição quando estou dentro da igreja. Um exemplo recorrente ocorre quando associações entre pessoas que sentem desejo por outras do mesmo sexo e a presença de espírito maligno são feitas nas reuniões. Além disso, outra questão tem me inquietado durante esse percurso: a expectativa da conversão. Expectativa essa que se manifesta claramente em Rose, assim como nas pessoas com as quais entro em contato na Igreja. Confesso que fazer trabalho de campo ao lado de alguém que ora para que você seja tocada por Deus não é fácil. Por mais que eu tenha deixado claro para Rose minhas intenções de pesquisa, e que a própria já tenha me reforçado que sabe disso, a expectativa da conversão se mantém e, imagino, sempre se manterá. O medo de quebrar expectativas de uma pessoa tão querida me corroí todos os dias. Muitas vezes, não consigo dizer nada diante de Rose quando ela fala " aproveita, minha filha que você tá indo na Universal pra botar a fé em prática!".

Uma outra face de minha identidade tem relação com a deficiência de que sou portadora. Sou deficiente visual e isso tensiona ainda mais minha relação com ela. Rose crê que eu possa ser curada na Igreja, aliás, eu diria que ela tem certeza. Está sempre buscando, insistentemente, convencer-me de que posso voltar a enxergar por meio do poder de Deus. Demonstro a ela que não tenho muitas esperanças disso. Certa vez, descubro em um diálogo que um homem da Universal havia sido curado de problemas de visão usando a bíblia. Rose decide, então, presentear-me com uma.

Rose: vou te dar uma bíblia de presente que eu fui sorteada na quinta lá na igreja.

Eu: não precisa Rose, eu não enxergo papel, é melhor eu pegar em PDF.

Rose: não, não. Mas a ideia é que você dê uma olhada, você vai folheando, não duvida do poder de Deus! Você tem que folhear a bíblia conversando com Deus e falando que você acredita no poder dele. Não duvida do poder de Deus!

Uma relação marcada pela expectativa da conversão e da cura da parte dela, e por interesses etnográficos de minha parte. Minha informante privilegiada, ciente de meu trabalho, não perde de vista, porém, um de seus objetivos enquanto evangélica, a conversão de outras pessoas. Como lidar com isso? Como não magoá-la? Como não decepcioná-la? "Vinde, permaneci e ide", reporta um dos pastores essa mensagem da bíblia durante uma reunião. Vir até Deus é o primeiro passo, porém não basta, é preciso permanecer, assumir uma "nova vida" na Igreja, para então ir e trazer outros para esse caminho. Normalmente, as pessoas que não "decidem seguir a Deus" não permanecem. As que tomam essa decisão, se convertem. Como lidar com o paradoxo de querer permanecer sem me converter? Trata-se de um permanecer com outro sentido. Eu vim e pretendo ficar. Eis o ambíguo e complicado lugar da etnógrafa na Igreja Universal do Reino de Deus. As notas que se seguem fazem parte de uma etnografia erigida sobre tal relação, eu e Rose.

Gênese e elementos do neopentecostalismo

Na direção contrária à onda de secularização das religiões modernas, profetizada por Weber, o pentecostalismo, diferente de seus herdeiros protestantes, carrega consigo, em seus princípios e práticas, características opostas à noção weberiana de desencantamento do mundo (BIRMAN & MACHADO, 2012). O perceptível caráter magicizante do pentecostalismo, que emerge da ênfase dada por seus praticantes à cura direta por Deus e à presença divina imanente, faz surgir, em pleno século XX, uma religião moderna, perpassada, porém, pela

magia (MARIANO, 1996). As surpreendentes e repentinas curas, possibilitadas pela presença imanente - às coisas - do Espírito Santo, ilustram tal face magicizante sobre a qual muito se fala na literatura sociológica referente ao tema. Tais traços contrastam bastante com a busca histórica da Igreja Católica pela secularização, portanto, pela extinção dos resquícios de magia que marcam a história do catolicismo medieval. Surgido no início do século XX nos Estados Unidos, o pentecostalismo chega a São Paulo em 1910 com a fundação da Congregação Cristã no Brasil, por intermédio de um italiano. Logo depois, é criada a primeira Assembleia de Deus no Pará, hoje a maior denominação pentecostal da América do Sul (MARIANO, 1996). Em meados do século XX, muitas igrejas pentecostais despontam no país com a vinda de missionários norte-americanos (MARIANO, 1996).

Em 1977, nasce no Rio de Janeiro a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), principal expoente da vertente neopentecostal, que surge em meados de 70, e chamada pelo sociólogo Ricardo Mariano de "a multinacional do neopentecostalismo" (MARIANO, 1996:125). Além da Universal de Edir Macedo, a Igreja Internacional da Graça de Deus de R. R. Soares, e a Igreja Sara Nossa Terra são outros grandes exemplos de denominações neopentecostais brasileiras. Na IURD, as reuniões ou cultos são temáticos. Às segundas vida financeira, às terças descarrego, quartas busca do Espírito Santo, quintas vida familiar e sentimental, sextas desmanche, sábados causas impossíveis e domingos, novamente, Espírito Santo. Duas são as principais teologias pregadas e seguidas pelos neopentecostais: a Teologia da Prosperidade e a Teologia da Batalha Espiritual (MARIANO, 1996, 2003). De acordo com a Teologia da Prosperidade, Deus possui promessas e bênçãos para os cristãos, os quais, para alcançá-las, devem fazer uso da palavra.

O termo Confissão Positiva refere-se literalmente à crença de que os cristãos detêm o poder - prometido nas Escrituras e adquirido através do sacrifício vicário de Jesus - de trazer à existência, para o bem ou para o mal, o que declaram, decretam, confessam ou determinam com a boca em alta voz (MARIANO, 1996: 29).

Sendo assim, em meu percurso ao lado de Rose pelos meandros da Universal, a todo instante, observo fiéis "determinando" seus objetivos e metas, principalmente às segundas-feiras - como foi dito, o dia da vida financeira -, enquanto levantam aos céus e colocam no altar seus dízimos e ofertas em dinheiro. Como claro está nas falas dos pastores "tem que dar pra receber". Determinando o sucesso nos negócios, a compra de um carro, de uma casa, o pagamento de dívidas ou a sobra de dinheiro no fim do mês, vejo os fiéis exercendo a fé na

capacidade de Deus de atendê-los, sem perderem de vista a obediência a Ele, tão necessária para que se atinja a prosperidade.

Por que, então, as vidas, ainda assim, são atribuladas por problemas, doenças e obstáculos ao enriquecimento? De fato, o plano material é central para os neopentecostais, o que pode ser visto, por exemplo, na noção de prosperidade financeira como benção dos céus. No entanto, tudo que aqui ocorre é resultado da batalha espiritual incessante entre Deus e diabo, sendo aquele sempre vencedor, a depender da escolha do fiel em segui-lo ou não. Se a quantia em dinheiro para a compra do remédio, do pagamento do aluguel ou a necessária para abertura de um comércio não é alcançada; se a paz no casamento, o bom relacionamento com os filhos ou a cura de doenças também não, é certo que os espíritos malignos fazem-se atuantes nessas vidas. E quanto a isso, a solução é a batalha, o combate, a guerra contra o diabo. Observo a todo momento o empenho dos fiéis e pastores na guerra contra os espíritos malignos, principalmente às terças-feiras - dia do descarrego. Aos berros, vejo todos expulsando qualquer espírito que possa estar alojado em seus corpos, e sentindo-se livres, como sempre reforça o pastor ao final da reunião do descarrego, de qualquer espírito ruim. Essa batalha não pode cessar, eles estão livres apenas hoje, pois o diabo é insistentemente atuante.

É mais ou menos nesse espectro que me insiro hoje. No entanto, não tenho compreendido um pouco melhor tudo isso, em meio ao exercício de redução de meu estranhamento, devido aos textos sociológicos e antropológicos dos quais tenho me suprido durante a pesquisa. Mas sim em função das ações de cada agente ali presente, que se desenrolam diante de meus olhos e com minha participação. Quando digo agente refiro-me, não somente à Rose que ora, determina e expulsa os espíritos ao meu lado toda vez, mas também aos copos, lenços, cartelas, sacolas, óleos, meias, fotos, notas em dinheiro, cajados, dentre outros objetos que, como afirma Latour, também agem (LATOUR, 2012).

Se eu tivesse que escolher uma única palavra para caracterizar a experiência que tenho vivido na Universal, essa seria, eu diria, agência. É preciso que o mito que ronda o imaginário de muitas pessoas acerca da suposta ignorância atribuída aos evangélicos, o qual ecoa, certamente, um terrível preconceito de classe, seja desconstruído. A coincidência quantitativa das variáveis classes populares e prática da religião evangélica, se é que algo informa, deve apenas elucidar que os métodos e princípios dessas igrejas adequam-se, notavelmente, às experiências de sofrimento social pelas quais as populações dos países periféricos passam durante suas vivências em locais, muitas vezes, marginalizados (BIRMAN & MACHADO, 2012). Nada vejo de ignorância e alienação nesse campo. Observo, porém,

agentes dotados de clara consciência em relação a suas ações, objetivos e meios que acionam para alcançá-los. Enxergo, apesar de meus momentos de plena discordância - que se dá de modo estrutural e apriorístico - e de perturbação emocional, pessoas que vivenciam a contemporaneidade de modos muito distintos dos grupos militantes com os quais convivo. No entanto, trata-se de pessoas que compreendem e refutam certas críticas muito recorrentes a suas atuações no mundo. Certa vez, no momento de pedir as ofertas aos fiéis, diz o pastor “posso pedir seu dízimo, sua oferta? Você não é obrigado não. Olha, eu já ouvi aí fora que na Universal os obreiros andam até armados falando 'passa tudo'. Tá com pedaço de pau aí obreira?”.

E todos riem, pastores, fiéis e obreiros - pessoas que possuem a capacidade de expulsar os espíritos malignos, que auxiliam o pastor nas reuniões. Esse momento de ironização coletiva de uma acusação que sempre lhes é feita prova a total clareza que os evangélicos da Universal detêm acerca do que é dito sobre eles, a ponto de fazerem usos estratégicos de tais críticas e, até, piadas das mesmas. A agência dos humanos, todavia, não rouba, nessa etnografia, o protagonismo dos não humanos. Minha relação com Rose não poderia deixar de ser um dos fios condutores dessa narrativa, devido à centralidade da expectativa da conversão e do afeto que perpassa toda essa negociação interpessoal. No entanto, as descrições que se seguem deixarão explícito que tudo que ocorre na Universal depende, em grande medida, da ação assumida (LATOURET, 2012), compartilhada entre não humanos e humanos. Trato aqui todos os não humanos e humanos como actantes, aqueles que agem, impactam e transformam a ação, aqueles que fazem outros fazerem coisas, com objetivo de colocar em pé de igualdade humanos e não humanos, sendo agora essa expressão, carregada de antropocentrismo, pela última vez utilizada.

Agir e testemunhar: mediadores do descarrego e libertação

Eu, uma simples calça jeans e uma blusa branca, que pouco chama atenção, chegamos à Igreja Universal pela primeira vez. Controlando minha apresentação, com a ajuda dessas duas peças de roupa, tento aparentar uma pessoa como outra qualquer. De modo algum escondendo minha identidade de pesquisadora, porém buscando inibir qualquer traço que, por ventura, me destacasse dentre os outros. Desvencilho-me das saias e vestidos coloridos a la juventude latino-americana e das blusas largas despojadas e sigo, de cabelos penteados, com Rose até a Universal. É mais ou menos nesse estilo que permaneço frequentando a Universal durante esses três meses de observação participante. O jeans e a blusa feminina não impedem,

porém, que eu me destaque. Muitos perguntam à Rose e à sua filha, que também participa da Igreja, quem sou eu. Normalmente, Rose responde que sou sua filha do coração.

Rose: tavam perguntando lá na igreja se você era estrangeira.

Eu: eu? Estrangeira? Que vergonha!

Rose: é, foram perguntar pra Carla se você era de fora, se não falava português.

Realmente, ali sou estrangeira. Pura ingenuidade de minha parte achar que passaria despercebida. Estranham-me, assim como os estranhos, e essa sensação se agrava nos momentos rituais mais intensos. Um enorme salão, tanto em termos de comprimento, como de largura, paredes brancas e lisas com sutis detalhes marrons, sem a pomposidade da decoração que se costuma encontrar nas igrejas católicas. Dois grandes aglomerados de cadeiras - separadas por pilastras redondas e brancas - viradas de frente para o púlpito, local em que os pastores apoiam a bíblia. À frente, o altar com a cruz iluminada pela cor azul, uma mesa, cadeiras grandiosas e belas, além dos clássicos dizeres que podem ser vistos em toda Igreja Universal: "Jesus Cristo é o Senhor" em dourado. É nesse espaço que tudo ocorre na Universal que frequentei, inclusive o ritual do descarrego das terças-feiras.

Corrente do copo. A Universal promove várias correntes ou propósitos, que não possuem períodos regulares de duração - podendo durar três, quatro, sete, nove semanas -, nas quais, normalmente, objetos ganham centralidade. Na corrente do copo, copos de plástico de diversas cores fazem-se protagonistas. Todos ficamos de pé em frente ao altar, bem próximos ao pastor e ao púlpito. O pastor nos manda assoprar bem forte no copo, para que todo o mal presente em nós passe para o interior do mesmo. Todos o fazem, inclusive eu - não com tanta intensidade como os outros. O copo acolhe todo o mal que possa estar em nossos corpos. Posteriormente, o pastor pede para que coloquemos os copos em cima do altar, e nós o fazemos. As luzes se apagam, o pastor começa a orar por todos, e pede para que fiquemos leves. É o momento do descarrego, momento esse tão conhecido na Universal, e fora dela, pelo nome de exorcismo. O pastor pronuncia dizeres em oração, estimulando qualquer espírito maligno a se "manifestar" naquele momento.

Você que teve seu nome colocado na cachoeira, na mata virgem, na encruzilhada. Você que teve seu nome colocado na boca do sapo, em nome de Jesus, que todo o mal que esteja encubado aí saia agora! Qualquer espírito maligno, manifesta aí agora! Eu tô mandando! Manifesta aí agora! (Pastor)

Enquanto ora, o pastor pisa com muita força nos copos, como forma de destruir, de fato, todo o mal que o copo abriga naquele momento. Ele pergunta se alguém está se sentindo mal durante a oração, já que esse é um dos indícios da presença de espíritos malignos. Um homem diz que sim, e o obreiro dirige-se até ele para orar com as mãos em sua cabeça, dizendo "queima senhor, queima todo o mal que está nessa pessoa!".

O pastor pede para que passemos as mãos pelos braços, pernas e cabeças para que o mal seja queimado. Vejo todos passando com muita intensidade as mãos por todo o corpo, e escuto a voz coletiva a dizer "queima senhor, vai queimando, vai queimando!".

Crio grandes expectativas de que veria na minha frente, finalmente, um espírito maligno manifestar-se em um fiel. Confesso que fico tensa e não consigo fechar os olhos. Acompanho o ritual de olhos abertos, diferentemente das outras pessoas. No entanto, nenhum espírito se manifesta. Os copos estão no altar destruídos, e junto com eles, todos os males.

Nas reuniões do descarrego, os fiéis buscam se libertar de qualquer espírito maligno que possa estar perturbando suas vidas. Muitos são os sintomas da presença desses espíritos, do diabo, do "devorador". Na verdade, eu diria, tudo de ruim é atribuído ao diabo, insônia, dor de cabeça, depressão, falta de dinheiro, cansaço excessivo, desentendimento familiar e, o que mais me incomoda, o "homossexualismo". A ação de objetos, como copo, torna a libertação mais eficiente. O copo, nesse caso, enquanto um mediador (LATOURE, 2012), faz com que os fiéis depositem toda fé ao transplantarem, por meio do assoprar, os males que lhes acometem. O copo também age, faz com que os fiéis ajam e suscita toda a fé do pastor, no momento em que são destruídos por meio do pisar.

O óleo. Não é somente o copo que age nas reuniões do descarrego. Após a última semana da corrente do copo, descubro outros mediadores do descarrego. O óleo é um deles. Na Universal os pastores e obreiros costumam "ungir" as mãos dos fiéis, ou os locais corporais que sentem dor, com óleo "consagrado", ou seja, óleo que já tenha sido "apresentado para Deus". Isso ocorre em muitos momentos, inclusive nas reuniões do descarrego, quando vamos todos até o altar a pedidos do pastor.

Pastor: eu quero que vocês venham aqui pra eu ungir a mão de vocês e quando vocês voltarem pro lugar a gente vai começar a oração do descarrego, vocês vão colocar as mãos no alto da cabeça e, em nome de Jesus, todo o mal que está aí vai sair, amém pessoal?

Todos: amém!

Pastor: aí você me diz, "mas pastor o médico já disse que não tem mais jeito, mas pastor meu filho tá há muito tempo na boca de fumo". Tudo é possível ao que crê!

Mãos ungidas, todos em seus lugares novamente. O pastor pede para que as pessoas que estejam passando por um problema há muitos anos se dirijam à frente. Eu e Rose permanecemos no lugar. Aos poucos, muitas pessoas se encaminham para o altar, na medida em que o pastor exemplifica os problemas duradouros sobre os quais fala. Problemas familiares, de saúde, dívidas, dores. Percebo que os exemplos vão contemplando muitos fiéis, fazendo com que as pessoas se dirijam à frente. Apenas uma minoria permanece nos lugares originais. Todos apostos, então, com as mãos ungidas no alto da cabeça. Uma leve música se inicia. O pastor começa a fazer uma oração que se harmoniza com a música. Oração, por enquanto, leve. Ele louva ao Senhor, conversa com Ele, e se utiliza de palavras de amor e reverência, dizendo "consagra essas mãos, Senhor. Te pedimos, Pai!".

O pastor refere-se às nossas mãos ungidas que, de fato, têm poder nesse momento, devido ao óleo que nelas se encontra. O óleo carrega em si a presença de Deus, configurando-se como ator e não como mero símbolo divino. A ação do descarrego é assumida (LATOURE, 2012) pelo óleo, pelo pastor, pelos fiéis, por Deus e por outros elementos que circulam nesse espaço, os quais fazem parte das associações que se forjam durante a reunião. Associações essas que promovem a cura, a libertação.

Todos oram, conversando com Deus. Sinto-me sozinha, ao perceber que somente eu não possuo um interlocutor nesse momento. Repentinamente, uma música de suspense irrompe no ambiente e o descarrego tem início. A oração tem seu tom alterado, torna-se mais "forte", combativa, nos moldes da Teologia da Batalha Espiritual. O pastor fala "você, espírito, que está fazendo com que essa pessoa tenha vontade de se matar, que está fazendo com que ela sinta desejo por alguém do mesmo sexo, você espírito pode vir agora. Vamos!".

Escuto um grito agudo. Trata-se da mesma moça que passa mal todas as terças. Os obreiros a socorrem e oram com as mãos em sua cabeça.

Pastor: queima senhor, queima todo o mal que está nessa senhora. Queima Jesus! Diga... em nome de Jesus, retire a mão da cabeça, e diga...
 Todos: SAI!

Todos tiramos as mãos oleadas da cabeça e as lançamos fortemente para trás.

Pastor: e todo o mal...
 Todos: SAI!
 Pastor: toda dor, todo o espírito...
 Todos: SAI!
 Pastor: mais uma vez, em nome de Jesus...
 Todos: SAI!
 Pastor: vocês estão livres.

Todos: Amém!

Estão todos livres, com as almas salvas por hoje, porque a luta pela salvação se segue a cada dia. Mãos secas, sem o óleo, não proporcionariam tal estado de cura. O óleo que ali se impõe, dotado do poder de Deus, tem a capacidade de praticar o descarrego, o exorcismo, libertando, portanto, os fiéis. É essa concatenação de actantes, que compartilham a ação do descarrego, que permite à etnógrafa compreender os sentidos do ritual e a efetividade da libertação. Após a cura, vem o "testemunho". Pastor: quem chegou aqui se sentindo mal e agora está bem? Uma senhora levanta a mão.

Pastor: "o que a senhora estava sentindo?"

Senhora: "dor de cabeça."

Pastor: "e agora, passou?"

Senhora: "passou toda. To me sentindo melhor."

Pastor: "palmas pra Jesus, gente."

E as palmas resplandecem. O testemunho consiste em tornar pública alguma transformação que Deus tenha feito na vida do fiel. Os testemunhos variam em escala, desde a senhora que tem sua dor de cabeça findada por intermédio de Deus, como fica claro nas descrições, ao "ex-trafficante" ou "ex-viciado" que têm suas vidas transformadas completamente ao entrarem para a igreja, abandonando o tráfico e as drogas. O fiel deve expor tais mudanças consideradas positivas a todos, por meio do testemunho. O testemunho consolida o que se é hoje, a partir da menção ao estado de vida anterior e à transformação proporcionada pela fé. É por isso que são comuns na Universal as figuras do "ex-bandido", "ex-presidiário", "ex-viciado", prefixo que, pelo que percebo, muitas vezes corrobora a autoridade do pastor. Quando os pastores relatam seus passados e tecem as comparações entre o que eles eram e o que agora são - após o ingresso na igreja e o exercício da fé -, suas palavras ganham maior legitimidade. Palavras advindas de quem já experienciou uma vida longe de Deus, portanto, alguém que sabe como é sofrer, e que hoje pode afirmar com maior segurança que a vida cristã é muito melhor. Intrigada com a centralidade desse falar sobre si após uma mudança, logo depois de ter visto Rose dar um testemunho na reunião, busco compreender melhor seus sentidos e motivações enquanto seguimos, Rose e eu, para o ponto de ônibus.

Eu: "mas por que você teve que falar lá na frente sobre isso?"

Rose: "não adianta receber e não contar."

Eu: "por que não?"

Rose: "tem que contar, mostrar pra Deus!"

Maria, mãe de três filhos, certo dia é posta para fora de casa, junto às crianças, por seu marido que passa a se interessar por outra mulher. Enquanto sofre por estar morando na rua, devido à anterior situação de dependência financeira, Maria decide juntar um pouco do dinheiro que consegue arrecadar na rua para comprar uma máquina de fazer pães de queijo, fazendo disso seu sustento. Maria faz um propósito na igreja, ofertando uma quantia em dinheiro que faz muita falta a seus filhos. Mesmo assim, ela segue com o propósito. Seus pães de queijo fazem um grande sucesso e Maria prospera, compra um apartamento, abre seu próprio negócio de produção de pães de queijo, e hoje ela mora em uma enorme mansão. Perplexa, escuto Rose relatar esse testemunho de prosperidade enquanto caminhamos até a igreja. Percebo o quão rápido uma narrativa homogênea, unívoca e contínua se coloca para mim em forma de testemunho nesse momento. Uma experiência de sofrimento social e posterior recuperação, possivelmente fragmentada e complexa, traduz-se via testemunho como algo autônomo, pautado pela comparação entre o antes e o depois. O testemunho, então, também age, já que fortalece a fé dos fiéis, fazendo com que eles se engajem nos propósitos e forneçam novas narrativas sobre si. A narrativa do testemunho, muitas vezes, desenvolve-se conforme a estrutura do antes-e-depois, marcada por uma mudança brusca de estado, sendo as de prosperidade financeira muito recorrentes nas conversas que tenho com Rose.

A vida material dos fiéis, como já foi dito, coloca-se como uma grande preocupação da Universal, a ponto de haver um dia de reuniões na semana dedicado a tal questão. Assim como a cura de doenças e a resolução de conflitos familiares, a conquista da prosperidade exige fé e esforço na busca de uma nova vida. A corrente do copo, o agir do óleo, o propósito da água, tudo isso, porém, deve ser acompanhado de um comprometimento muito central: o dízimo.

Ofertas e dízimo: o dinheiro e as relações de troca na busca pela prosperidade

Pastor: e você?

Eu: então, na verdade, não sou cristã. Eu tô aqui porque faço Ciências Sociais e tenho me interessado por estudos de religião, principalmente, sobre neopentecostalismo.

Pastor: você sabe o que é neopentecostalismo?

Eu: sim.

Pastor: o que?

Fico nervosa por não saber como dar uma definição.

Eu: pode falar.

Pastor: posso falar? São as igrejas que pregam a prosperidade.

Eu: Ah, teologia da prosperidade!

Pastor: isso. Então vem na segunda que vai ajudar até nos seus estudos.
Eu: vou tentar.

Aproveito o momento em que o pastor tenta me convencer a comparecer à reunião de segunda-feira, para contar-lhe sobre minha identidade. Além de demonstrar a estratégia acionada pelo pastor para persuadir-me a participar da reunião de segunda, esse diálogo apresenta uma definição nativa, rápida e imediata, de neopentecostalismo que, em uma palavra, direciona minha atenção para outros actantes de extrema importância. O dinheiro, o dízimo e as ofertas. Não volto minhas atenções para o dinheiro, pelo fato de a prosperidade pregada pela Universal ser, necessariamente, relacionada à vida material. O dinheiro torna-se importante pelas relações de troca que existem entre fiéis e Deus.

Pastor: "posso pedir sua oferta?"
Todos: "sim."
Pastor: "está escrito que para receber é preciso o que?"
Todos: "dar."

Ao final de todas as reuniões, o pastor pede as ofertas e os dízimos dos fiéis. Qualquer quantia em oferta pode ser dada, desde moedas a notas de cem reais. O dízimo, como se sabe, equivale a dez por cento do salário do fiel. O dinheiro, imerso como um elemento dessas relações de troca, percorre o dar, o receber e o retribuir de uma forma ativa, na medida em que a quantia oferecida a Deus pelo fiel condiciona a grandeza da retribuição que é, posteriormente, oferecida por Deus ao doador. Marcel Mauss escreve no *Ensaio sobre a dádiva* que "os deuses que dão e retribuem estão aí para dar uma coisa grande em troca de uma pequena" (MAUSS, 2013: 33). Tal retribuição grandiosa, que se faz sempre presente em frases como "Deus devolve em dobro", pode ser notada em muitos momentos de entrega de dízimos e ofertas. A quantia em dinheiro, via oferta, opera um ato de dar que exige um receber. O dar implica e institui que dinheiro algum é mais valioso que Deus. O dinheiro dado torna o fiel sócio de Deus. Sua expressão em termos de quantidade determina o que o fiel receberá como retorno. Instaura-se, portanto, uma relação de obrigação. Deus e fiel obrigados um ao outro, por meio do laço da troca. De tamanha complexidade, a troca é perpassada por outros sentidos, para além do que reflete a obrigação e o compromisso. Isso fica muito claro nas ocasiões em que o pastor discorre explicitamente sobre o momento da entrega da oferta ou do dízimo.

Pastor: posso pedir a sua oferta?

Todos: sim!

Pastor: "pastor, eu sou obrigado a dar?" Não! Se você não quer dar, não precisa. Mas pensa, tudo que você recebe de Deus é sempre maior do que damos.

É evidente que, "busca-se em tudo isso mostrar liberalidade, liberdade e autonomia, e ao mesmo tempo, grandeza. Mas, no fundo, são mecanismos de obrigação, e mesmo de obrigação pelas coisas, que atuam" (MAUSS, 2013:42-3). A autonomia e a liberdade, relacionadas ao ato de dar, mostram-se como uma constante preocupação para alguns pastores. Obrigação e liberalidade, de certa forma, conformam a opção de dar ou não a oferta, assim como a escolha pela quantidade de dinheiro a ser oferecida pelas pessoas. O dinheiro, instituidor da relação e provocador da necessidade da retribuição, atua junto às pessoas. Esse é o instante no qual " as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca" (*Op. Cit.:* 38). O dinheiro carrega consigo quase que uma virtude que obriga à retribuição por parte de Deus. Quando o fiel recebe de Deus o que "determinou" ao dar, segue-se o testemunho. "Ao aceitá-lo, porém, a pessoa sabe que se compromete" (*Op. Cit.:*73). O ciclo das prestações e contra-prestações faz-se constante.

Para além do dinheiro, outros elementos intervêm enquanto mediadores da prosperidade. A corrente da aliança, que tem como foco os projetos financeiros dos fiéis, abarca sete segundas-feiras. Esse nome faz referência à famosa arca da aliança, que remete a uma arca presente nos relatos bíblicos, cuja versão replicada atual encontra-se no Templo de Salomão em São Paulo. A réplica da arca está percorrendo as Universais de outros estados do país, e durante sete semanas permanece no Rio de Janeiro. Dessa corrente também participa uma cartela que contém sete espaços correspondentes às segundas-feiras de cada uma das sete semanas, onde os fiéis devem colar pequenos papéis distribuídos na entrada das reuniões. Os papéis atestam a presença nas datas demarcadas pelos espaços vazios - datas de duração da corrente. Além disso, podem ser vistos na cartela os dizeres "meu projeto financeiro", seguidos de linhas, nas quais as pessoas devem escrever seus projetos de prosperidade material. Ao final de cada reunião, a arca realiza uma entrada triunfal pelo espaço da igreja.

As luzes se apagam e o pastor pede total reverência à arca, pois "quando a arca entra, é Deus que está entrando adiante de você". O pastor pede, inúmeras vezes, que coloquemos nossas cartelas na direção da arca durante todo seu percurso de entrada. Todos o fazemos enquanto os sacerdotes entram, ao som de uma música de devoção, marchando em trajes brancos com a arca sobre seus ombros. Sinto um estranhamento em relação à forma marcha,

porém Rose me esclarece, dizendo que o marchar com a arca por sobre os ombros está registrado na bíblia. A arca é posta em uma mesa logo abaixo do altar, ao lado de um foco de luz. O pastor sobe no altar, colocando-se por detrás e acima da arca, ao lado do único foco de luz naquele espaço que a ilumina. As pessoas cantam enquanto apontamos nossas cartelas do projeto financeiro em direção à arca que, segundo o pastor, é a presença do Espírito Santo. As cartelas apresentam os projetos financeiros dos fiéis ao Espírito Santo, na medida em que nossas mãos as erguem na direção da arca. A arca enquanto presença de Deus faz com que mobilizemos as cartelas, cuja função consiste em apresentar as determinações de todos que ali estão em busca das promessas de Deus. Por fim, com as luzes já acesas, levantamos nossas bolsas, carteiras e mochilas aos céus, como de costume, consagrando os suportes dessas vidas materiais, com vistas à prosperidade.

Assim como a ação compartilhada pelo copo, pelo óleo e pelas pessoas ilumina a compreensão dos sentidos do descarrego, a ação assumida pela arca, pela cartela, pelo dinheiro e pelas pessoas informa acerca dos modos pelos quais a prosperidade é buscada e alcançada. Analisar o papel do dinheiro nas reuniões da Universal exige o abandono de uma perspectiva utilitarista, ao priorizar o entendimento do dinheiro como mediador da relação com o sagrado (SILVA, 2006; BAPTISTA, 2007). O dinheiro assume então um lugar de ação em meio ao conjunto de outros elementos que compõem os momentos rituais da Universal, sendo a Teologia da Prosperidade e a Teologia da Batalha Espiritual bases do cotidiano prático da IURD.

Considerações Finais

A partir da relação travada entre Rose e eu, tento transmitir um pouco do que vivencio durante essa pesquisa nas reuniões da Igreja Universal. É certo que, depois de negociações e manejo das formas de apresentação do *self*, exponho apenas um recorte em movimento do que é feito na e pela Universal. Recorte esse totalmente impactado pela perspectiva não antropocêntrica que busco olhar para o cenário da igreja, assim como pelos sentimentos que permeiam a relação entre mim e a fiel que me acompanha e me esclarece a todo instante. Tanto a nova perspectiva assumida, como os sentimentos relacionados à Rose, impõem-me como missão a desconstrução de certos estereótipos cunhados acerca dos fiéis e das interações entre esses e os pastores no âmbito das igrejas evangélicas, especialmente, da IURD.

A partir da observação participante e do relato etnográfico, tento nesse artigo explicar ao leitor as duas principais teologias praticadas pela Igreja Universal do Reino de

Deus: a Teologia da Prosperidade e a Teologia da Batalha Espiritual. Muito já se falou em termos teóricos sobre tal conjunto de teologias. O objetivo desse artigo consiste em descrever como tal conjunto é praticado cotidianamente pelos agentes envolvidos nos espaços de culto da IURD. Entender seus rituais, relações de troca e a mescla de discursos e práticas, facilita a compreensão do lugar social da Universal no Brasil atual, tendo em vista as funções de seu conjunto de teologias nas vidas cotidianas das classes populares que, como ressaltado na introdução, vivenciam experiências de sofrimento social nas periferias urbanas.

Sobre os próximos locais de campo, não tenho como saber. A extensão dessa pesquisa exigirá negociações muito mais densas e uma busca incessante por contatos envolvidos no meio em questão. O que sei é que Rose continua atuando ativamente, enquanto interlocutora e facilitadora dos caminhos a serem seguidos nesse percurso. Sei também que o encontro de dois modos de vivenciar a contemporaneidade produz uma intersubjetividade, que trabalha em um constante deixar-se afetar (FAVRET-SAADA, 2005).

Eu: vai à igreja hoje?

Rose: vou. Agora é diferente falar da igreja com você, depois que você começou a ir comigo.

Eu: é né? Antes eu escutava igreja como algo abstrato, agora não.

Referencias

BAPTISTA, José Renato. Os deuses vendem quando dão: os sentidos do dinheiro nas relações de troca no candomblé. v.13, n.1. Rio de Janeiro: **Mana**, 2007.

BIRMAN, Patrícia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. V. 27, n.80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2012.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. N.13. São Paulo: **Cadernos de Campo**, 2005.

KOPPER, Moisés. Nos limites da intervenção: a antropologia crítica de Didier Fassin. V.20, n.2. Rio de Janeiro: **Mana**, 2014.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

MARIANO, Ricardo. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. V.4, n.4. Porto Alegre: **Debates do NER** (UFRGS), 2003.

MARIANO, Ricardo. Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. n.31. São Paulo: **Revista USP**, 1996.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. V.44, n.44. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, 1996.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** Cosac Naify, 2013.

SILVA, Drance Elias da. **Neopentecostalismo, dinheiro, dádiva e representação social do divino.** V.3, n.3. Pernambuco: Interações- Cultura e Comunidade, 2008.

A noção de sujeito cognoscente em Kant e Weber: influências e especificidades

Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves¹

Resumo: Busco oferecer uma análise da noção de sujeito cognoscente a partir de dois registros epistemológicos: o kantiano e o weberiano. Para tanto, delinheiro a primeira destas duas noções - o sujeito transcendental - sob a perspectiva de Kant (I), a partir das seguintes questões: i) as fontes do conhecimento; ii) o papel desempenhado pelo sujeito; e iii) a demarcação finita constitutiva da realidade cognoscível (fenômenos). Analisá-las-ei a partir das aparições desta noção na sua própria obra *Crítica da razão pura* (1781). Em seguida, passo a analisar como a noção de sujeito cognoscente aparece, sobretudo, no ensaio *A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política*, de Weber, (II), visando mostrá-la sob as seguintes questões: i) o impasse epistemológico entre as noções de trabalho cognitivo e empiria; e ii) a questão da subjetividade na estratégia cognitiva weberiana. Concluo com uma breve análise das principais influências da corrente neokantista sobre a noção weberiana de sujeito cognoscente e as especificidades apresentadas por esta em relação àquela.

Palavras-chave: Epistemologias; Kant; Sujeito transcendental; Weber; Sujeito histórico.

The notion of cognizant subject in Kant and Weber: Influences and Specificities

Abstract: I seek to offer an analysis of the “cognizant subject” notion based on two epistemological registers: the Kantian and the Weberian. To this end, I outlined the first of these two notions - the transcendental subject – based on Kant’s perspective (I), using the following questions: i) the sources of knowledge; ii) the role played by the subject; and iii) the constitutive finite demarcation of the knowable reality (phenomena). I will analyze them from the appearances of this notion in his work *Critique of Pure Reason* (1781). Then I will analyze how the notion of cognizant subject appears above all in Weber's essay *The Objectivity of Knowledge in Social Science and Political Science* in order to show it under the following questions: i) the epistemological impass between the notions of cognitive work and empirics; and ii) the question of subjectivity in the Weberian cognitive strategy. I conclude with a brief analysis of the main influences of the neokantian current on the weberian notion of cognizant subject and the specificities presented by it in relation to that one.

Keywords: Epistemologies; Kant; Transcendental subject; Weber; Historical subject.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Atualmente é bolsista-voluntária do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC/CNPq).

Introdução

Situando-nos campo epistemológico weberiano, indicaremos a estratégia cognitiva do sujeito (histórico) cognoscente weberiano como ordenadora e representacional do conjunto infinito do real, em todo ele complexo, caótico e múltiplice, acionando, portanto, aquela, artifícios analíticos de aproximação, ordenação e representação do real (mas não o real em si mesmo). Pensar todo e qualquer sistema de pensamento como ordenador e aproximativo do real, com todas as dificuldades que esta proposição pode conter, implicará, veremos, a partir do registro weberiano, pensar na prática de selecionar partes do real como parcialmente significativa.

Os dilemas da produção do conhecimento nas ciências sociais são, portanto, como no ensaio feito pelo clássico da Sociologia, Max Weber em 1904, intitulado *A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política*, problemas colocados pelo pensamento de Weber. Como nosso ponto de partida operatório adequado às páginas que se seguirão, situamos a discussão que conduziremos como de cunho epistemológico, sendo, pois, nossa chave de leitura, por assim dizer, as questões de fundamentação do conhecimento para Weber. Antes, num primeiro momento, porém, perpassaremos as discussões epistemológicas no registro kantiano e o problema do conhecimento para este autor, com enfoque sobre sua noção de sujeito cognoscente, a partir da obra *Crítica da razão pura* (1ª ed. 1781; 2ª ed. 1787), da fase “crítica” (1781-1803) do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). Uma referência geral para captação da colocação do problema com o qual mais precisamente nos ocupamos em uma segunda seção, por poder Weber ser considerado um herdeiro das tradições neo-kantianas.

O problema específico que abordaremos dirá respeito sobre a noção de sujeito cognoscente - o sujeito histórico - para Weber. Sendo também um problema, sobretudo epistemológico, a reflexão sobre o sujeito weberiano do conhecimento necessariamente refletirá sobre as dificuldades de ordenação e aproximação do real enfrentadas por este em seu trabalho cognitivo face ao real múltiplice e caótico dos dados empíricos.

Seu significado [da noção de trabalho cognitivo] é o de ordenar e organizar a experiência, a partir dos elementos dela retirados, numa ordenação aproximativa. Seguindo a tese retirada de Kant, o sujeito conhece a realidade objetiva exatamente até onde esta se adapta as suas estruturas fundamentais. Em outras palavras, até onde os processos de trabalho cognitivo reelaboram o material fornecido pela percepção (GIGANTE, 2006: 11).

Assim, por meio dessa noção, somos remetidos ao real e à representação e ordenação (em todo, aproximativa) que se faz, necessariamente, deste, a partir das referências filosóficas e sociológicas que aqui enfocamos -, a partir de materiais múltiplos, dinâmicos e informes oferecidos ao sujeito cognoscente pela empiria. O conteúdo da percepção do trabalho cognitivo é, pois, reelaborado à vista das formas ainda brutas oferecidas pelo conjunto de dados empíricos. Isto posto, se o manejo cognitivo do sujeito cognoscente, para Weber - e aqui já considerando o registro especificamente weberiano - é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido significativamente pelo sujeito, de modo a permitir sua apreensão (para Weber, veremos, compreensiva), somos como que remetidos a uma diretriz de leitura retirada das correntes neokantianas. Neste sentido, muito embora não negligenciemos a especificidade assumida pela noção de sujeito no registro weberiano, tornar-se-á visível, nas páginas seguintes, "[...] a influência das correntes neokantianas enquanto fornecedoras de um programa de fundamentação epistemológica para a então nascente Sociologia, no intuito de demarcá-las com relação às Ciências Naturais" (GIGANTE, 2006: 12).

Feitas estas breves considerações iniciais a nossa questão investigativa, passemos à primeira seção deste trabalho, que debruçar-se-á sobre a questão do conhecimento e, especialmente, do sujeito cognoscente, no primeiro registro por nós aqui estudado: o kantiano.

Epistemologia kantiana: o sujeito transcendental

A cultura disciplinar filosófica vem debruçando-se, de forma intensificada, sobre determinadas temáticas e questões correlatas ao problema filosófico do conhecimento. Ao observar o contexto histórico-analítico pertencente a este, identificamos dois polos antagônicos (sedimentados/consolidados) e a convergência destes em uma intersecção (ponto intermediário) apresentada por Kant na obra *Crítica da Razão Pura*.

O primeiro, a corrente filosófica racionalista, que se inspira na vertente Idealista do conhecimento, se constitui essencialmente pelas características mediatez e universalidade. O segundo, o empirismo, se encontra imbricado com as teorias Realistas do conhecimento e tem como elemento determinante a imediatez e a singularidade.

Ambas as vertentes se dizem instrumentos exclusivamente capazes de imprimir um encaminhamento consistente em direção ao conhecimento da verdade e afirmam reciprocamente estar, o outro polo, insuficiente e problematicamente fundamentado. No que se refere ao empirismo, “os racionalistas afirmam que a experiência sensorial é uma fonte de erros e confusões sobre a complexa realidade do mundo” (COTRIM, 2006: 61). Quanto à abordagem racionalista, os filósofos empiristas desapontam-na em relação ao suprimento do

conhecimento: a experiência sensorial. Dessa forma, observa-se que estas são análises unidimensionais que abrem a possibilidade para que posições filosóficas, configuradas como balancetes intermediários - como é o caso do que se denominou apriorismo kantiano - orientem aprofundamentos e entendimentos analíticos que superem tratamentos estreitos.

Para verificar o processo de desmontagem dessas polarizações e os parâmetros epistemológicos formulados e instituídos no campo filosófico por Kant, é fundamental realizar uma brevíssima análise de suas operações compreensivo-discursivas. Nesta seção, pretendemos realizar essa análise por meio do exame da obra *Crítica da Razão Pura* e da literatura pertinente a esta.

Assim é que o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a questão do conhecimento na época de Kant, cederam lugar a uma tentativa filosófica de superação do impasse criado pelos empiristas e racionalistas – o apriorismo kantiano.

A virtude específica dessa abordagem (a kantiana) está no vínculo indissolúvel que estabelece entre racionalismo e empirismo. Nesse sentido, do seu ponto de vista,

[n]ão se pode duvidar de que todos os nossos conhecimentos começam com a experiência, porque, com efeito, como haveria de exercitar-se a faculdade de se conhecer, se não fosse pelos objetos que, excitando os nossos sentidos, de uma parte, produzem por si mesmos representações, e de outra parte, impulsionam a nossa inteligência a compará-los entre si, a reuni-los ou separá-los, e deste modo à elaboração da matéria informe das impressões sensíveis para esse conhecimento das coisas que se denomina experiência? No tempo, pois, nenhum conhecimento precede a experiência, todos começam por ela. Mas se é verdade que os conhecimentos derivam da experiência, alguns há, no entanto, que não têm essa origem exclusiva, pois poderemos admitir que o nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que a nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona (estimulada somente pelas impressões dos sentidos); aditamento que propriamente não distinguimos senão mediante uma longa prática que nos habilite a separar esses dois elementos (KANT, 2012: s.p.).

Uma primeira implicação dessa teoria, que não analisaremos aqui, se refere à revolução copernicana², e outra é a necessidade de repensar, a partir dessa perspectiva teórica, as variáveis analíticas decorrentes dessas relações que não tinham mais como eixo central a clivagem entre racionalismo e empirismo. Na verdade, o que Kant veio indicar é que existem, no ser humano, certos aparatos mentais, ou racionais, *a priori*, a sensibilidade e o

² “Assim como Copérnico teria invertido o modelo tradicional de cosmo em que o Sol girava em torno da Terra, mostrando ser a Terra que girava em torno do Sol, do mesmo modo, na relação de conhecimento, [para Kant] não é o sujeito que se orienta pelo objeto (o real), como quis a tradição, mas o objeto que é determinado pelo sujeito” (MARCONDES, SOUZA FILHO, 1997: 209).

entendimento, que são capazes, unicamente em atuação integralizada, conjunta, de possibilitar o trânsito das sensações, às quais o sujeito se suscitibiliza (passivamente), para os fenômenos. Em outras palavras, Kant indica o estabelecimento de relações necessárias e um “terreno” de interlocução dos campos “adversários”, a saber, o sujeito transcendental.

Acreditamos ser possível entender melhor o cenário e natureza dessa interlocução se nos voltarmos para o grau de interdependência dessas estruturas, do qual Kant não se eximiu de reconhecer,

[...] a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige o concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de me serem dados os objetos, por consequência, *a priori* e essa regra é expressa em conceitos *a priori*, pelos quais têm de se regular todos os objetos da experiência e com os quais devem concordar (COSTA, 2006: 123-4, grifo do autor).

Já quanto às relações entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível, em sua investigação filosófica (exame crítico da razão), Kant descreve o ser humano como dotado de certas faculdades ou estruturas mentais basilares (as formas *a priori* da sensibilidade (o tempo e o espaço) e as formas *a priori* do entendimento (categorias)). A detenção dessas estruturas do sentir e conhecer responsabilizar-se-ia por situar o ser humano centralmente no processo de conhecimento. Por meio de uma atividade interacionista e complementar entre sujeito (estruturas que lhe seriam inerentes, e que lhe determinaria o modo de apreensão fenomênica) e objeto (fenômeno) viabilizar-se-ia o atingimento do conhecimento. "O conceito de objeto, tradicionalmente concebido como aquilo que está contra e se opõe ao sujeito, para Kant, ao contrário, *supõe estruturalmente o sujeito*. A ordem e a regularidade dos objetos da natureza é a ordem que o sujeito, pensando, introduz na natureza" (REALE; ANTISERI, 2004: 364, grifo do autor).

Em síntese, o apriorismo kantiano conferiu equanimemente importância ao sujeito e ao objeto, isto é, não houve predominância entre sujeito e objeto (elementos do processo de conhecer). Kant, portanto, apropria-se, equilibradamente, das teorias realistas (ou materialistas) e das teorias idealistas.

No que atine à condição de cognoscibilidade, Kant vê o sujeito como *transcendental*, em um entendimento particular desta noção, na medida em que deteria certas estruturas *a priori* da sensibilidade e do entendimento que constrangeriam e condicionariam a

representação do objeto que lhe foi dado (*sicut sunt*)³. As “coisas” transitariam de uma área subjacente ao *numêno*, as sensações, para o âmbito fenomênico, com todas as implicações asfixiantes e/ou fortalecedoras das “lentes” cognitivas do mundo humano "que, obviamente, não [são] [d]o eu individual de cada sujeito empírico, mas sim [d]a estrutura do pensar comum a todo sujeito empírico (*aquilo pelo qual* cada sujeito empírico é sujeito pensante e consciente)" (REALE, ANTISERI, 2004: 365, grifo do autor).

Portador desse aparato cognitivo específico, o conhecimento do mundo humano adviria, portanto, de uma relação orgânica, de uma articulação, entre o conhecimento sensível – “terreno” interseccionado pela afecção sofrida passivamente pelo sujeito (objeto que lhe é dado), denominada intuição empírica, e, adjacientemente, pela intuição pura (“formas” da sensibilidade: o espaço, forma do sentido externo; e o tempo, forma do sentido interno) - e o conhecimento intelectual, cujos elementos são os conceitos. "Em nós, o intelecto e a sensibilidade só podem determinar os objetos em sua união. Se os separamos, temos intuições sem conceitos ou conceitos sem intuições; em ambos os casos, representações que não podem se referir a nenhum objeto determinado" (*Op. Cit.:* 367).

Longe de se limitar meramente aos fenômenos (do grego *phainesthai*, coisas como se manifestam ou aparecem), ou coisas para nós, “que não representam coisas em si mesmas” (KANT, apud SILVEIRA, 2002: 42), a realidade não é redutível ao terreno cognoscível (fenômenos). Este estaria circundado por “coisas” *sicut sunt*, como são “em-si”, por um substrato metafenômico, ou seja, numênico, que, “negativamente”,⁴ iria além da existência do sujeito, como, passível meramente de “pensabilidade” e de “possibilidade”, mas não de “cognoscibilidade”. Assim, para Kant, é através desse reconhecimento e/ou entendimento restrito da cognoscibilidade, que se obstarium e/ou bloqueariam pretensões cognitivamente obscurecidas e corroídas.

³ “O ‘transcendental’ indica tanto as estruturas ou formas *a priori* que, inerentes ao sujeito, tornam possível qualquer experiência, quanto os conhecimentos relativos a estas estruturas (as quais são *a priori* justamente porque próprias do sujeito e não do objeto). É, portanto, a condição da *cognoscibilidade* (da *intuibilidade* e da *pensabilidade*) dos objetos, é aquilo que o sujeito coloca nas coisas no próprio ato de conhecê-las. Deve ser distinguido do ‘transcendente’, que indica aquilo que ultrapassa qualquer possibilidade de experiência (REALE; ANTISERI, 2004, p. 359, grifo do autor).

⁴ “[...] [O] ‘númeno’ pode ser entendido de dois modos: 1) em sentido *negativo* e 2) em sentido *positivo*. 1) Em sentido *negativo*, o *númeno* é a coisa como ela é em si, abstraindo-a de *nosso* modo de intuí-la, ou seja, a coisa como pode ser pensada sem a relação com *nosso* modo de intuí-la. 2) Em sentido *positivo*, ao contrário, *númeno* seria o objeto de uma ‘intuição intelectual’. Assim, nós podemos pensar nos *númenos* no primeiro sentido. E é precisamente nesse sentido que Kant diz que sua teoria da sensibilidade é ‘ao mesmo tempo *uma teoria dos númenos em sentido negativo*’. [...] [Isso significa que] [n]ão podemos conhecer positivamente o *númeno*, porque a *intuição intelectual* ‘está absolutamente fora da nossa faculdade cognoscitiva’” (REALE; ANTISERI, 2004, p. 367, grifo do autor).

[...] [E]sse conceito [de númeno] é necessário para que a intuição sensível não seja estendida até as coisas em si, limitando assim a validade objetiva do conhecimento sensível. [...] O conceito de númeno, portanto, é apenas um conceito-limite (*Grenzbegriff*), para circunscrever as pretensões da sensibilidade, sendo, portanto de uso puramente negativo (REALE, ANTISERI, 2004: 367, grifo do autor).

Afigura-se-nos, assim, a filosofia transcendental ou idealismo transcendental - a teoria do conhecimento de Kant. Aqui, a necessária alavanca para o conhecimento seria a experiência - matéria-prima originária de toda a cognição humana. Todavia, se bem que o conhecimento seja excitado, despertado e provocado pela experiência (por meio dos cinco sentidos), a esta são aditados conceitos puros (ou *a priori*), que inarredavelmente a revestirão, modulando-a e acolhendo-a.

Isto é, toda a nossa experiência e, por conseguinte, todo nosso conhecimento, estão embebidos por pressupostos e teorias, de tal modo perpassados por estes que seríamos impotentes para ver as coisas-em-si (ou númenos), incognoscíveis para nós; o que conheceríamos, em verdade, seria tão-somente as coisas como elas se nos apresentam, como manifestam-se e se nos aparecem (intersubjetivamente), ou seja, como coisas-para-nós (fenômenos).

Nota-se que Kant antecipou aquilo em que no século XX tantos filósofos da ciência insistiram: qualquer experimento é antecedido por pressupostos; o cientista está sempre armado com teorias. *'Todo o nosso conhecimento é impregnado de teoria, inclusive nossas observações'* (POPPER apud SILVEIRA, 2002: 35, grifos do autor).

Seria, pois, errôneo reconhecer o sujeito cognoscente como mero e passivo receptáculo do objeto cognoscível, tal como era "[c]omum a todos os empiristas ingleses [...] [cuja] concepção [era] [...] do sujeito [...] como um 'receptáculo' no qual ingressam os dados do mundo exterior transmitidos pelos sentidos [...]" (MORA apud SILVEIRA, 2002: 32). As reflexões kantianas justificarão cabalmente e copernicanicamente o papel ativo, significativo, intérprete e decisivo daquele sujeito, outrora subestimado e concebido em oposição ao objeto. Nesta ordem de ideias:

A razão tem que ir à natureza tendo numa das mãos os princípios unicamente segundo os quais fenômenos concordantes entre si podem valer como leis, e na outra o experimento que ela imaginou segundo aqueles princípios, na verdade para ser instruída pela natureza, não, porém na qualidade de aluno que se deixa ditar tudo o que o professor quer, mas na de juiz nomeado que obriga as testemunhas a responder às perguntas que lhes propõe (KANT apud SILVEIRA, 2002: 35).

Para uma exata compreensão, em suma-síntese: o númeno (coisa-em-si), impassível de cognoscibilidade, poder-se-ia converter em objeto de conhecimento, isto é, num fenômeno ou coisa-para-nós. No respeitante a esta transformação, o que a possibilitaria seriam as formas puras da sensibilidade (espaço e tempo), que captariam as sensações produzidas pelo númeno ou coisas-em-si (deste primeiro momento, seriam resultantes as percepções); e, num segundo momento, as formas *a priori* do entendimento (dadas a nós pela razão) metamorfoseariam as percepções em coisas-para-nós. Esquemáticamente, as reflexões expendidas por Kant assim ficariam: númeno; sensações; formas da sensibilidade; percepções; formas do entendimento; e fenômeno.

Uma lição inolvidável de Kant é que "vemos o mundo através das nossas lentes cognitivas". As "lentes" não são exatamente como Kant as imaginou e, certamente não são iguais para todos os humanos, dependendo também do meio social. Entretanto aprendemos com ele que o conhecimento não é "um espelho da natureza" e não se dá apenas pelo acúmulo de percepções ou observações; ele depende da criatividade, da imaginação e do poder de abstração do nosso intelecto (SILVEIRA, 2002: 50, grifos do autor).

Tal lição estampada no artigo *A teoria do conhecimento de Kant: o idealismo transcendental* (2002), de Fernando Lang da Silveira, e reproduzida aqui por nós, acerca da epistemologia kantiana, será de medular importância e largo alcance para o nosso entendimento acerca do trabalho de Max Weber no que concerne a sua noção de sujeito, tal como asseverado por Gigante (2006). Daí o fato de nosso exame ter recaído sobre as respostas kantianas sobre a indagação "O que posso saber?" e, em especial, sobre o papel desempenhado pelo sujeito frente ao objeto, visto que, para Kant, "[a] ordem e a regularidade dos objetos da natureza é a ordem que o sujeito, pensando, introduz na natureza" (REALE, ANTISERI, 2004: 364).

Epistemologia weberiana: o problema do dado empírico e do sujeito cognoscente

Uma vez passado em revista e, em linhas gerais, o registro (epistemológico) kantiano, passemos, nesta segunda seção, a pôr em comento um segundo registro, a saber, o weberiano.

Infinito, inesgotável, informe, incomensurável, indomável, caótico. Finito, esgotável, forma, mensurável, domado, organizado. Tais conjuntos de qualificativos apontam, segundo Gigante (2006) para um grande dilema epistemológico colocado pelo pensamento de Max

Weber. O primeiro conjunto de características referir-se-ia à definição do dado empírico, uma categoria caótica e embaralhada para Weber. Aquelas características, ao indicarem restrição, desnudariam a convicção weberiana acerca dos limites do conhecimento. Quando Weber fala em infinitude e incomensurabilidade associando-as à realidade e aos materiais do conhecimento em sua forma bruta que a compõe, está afastando-se da dialética e da ontologia, reconhecendo, pois, a infinitude das coisas em si e, por conseguinte, a incapacidade do conhecimento de aprender a totalidade do real. Herdeiro do kantismo, para ele o pensamento é sempre um corte, um hiato representacional entre o real e o apreendido. O ser em si das coisas seria, pois, incognoscível. Tudo o que existiria seria a forma como acessamos e ordenamos o mundo externo, como sujeitos cognoscentes caracterizados por limites cognitivos. O apreensível pelo sujeito não será, sob o estatuto do pensamento weberiano, correspondente às coisas em si (tais como existiriam na realidade empírica), na medida em que

[d]o ponto de vista de (*sic*) da atividade cognitiva, trata-se, em princípio, de **esgotar** um trajeto investigativo e sistematizar as questões levantadas num fechamento ao menos provisório. O campo das fontes do conhecimento, inesgotáveis, e dos nexos causais plurais representam outro obstáculo. Em outras palavras, trata-se de dar **forma**, sentido e qualidade ao objeto moldado, porque é resultado um trabalho que traz consigo um fim já antecipado. Aliás, desde o ponto de vista da brutalidade dos materiais do conhecimento, o trabalho cognitivo dá forma ao caráter informe de tais materiais. Ainda no interior do racionalismo crítico, talvez mais próximo de seu núcleo, o trabalho cognitivo é **mensuração**, é medida, cálculo, previsão, antecipação, cujo exemplo clássico encontra-se na História da Astronomia Ocidental, toda ela fundamentada na tentativa de medir, mensurar, prever os comportamentos orbitais observáveis, sua lei e estrutura. [...] A mensuração também se coloca como ferramenta cognitiva dos empreendimentos de explicação históricos, porque implica em selecionar e combinar fatores históricos específicos e em ver sua relação de causação. Isto porque mensurar significa **imputar**, ou seja: limpar; calcular; atribuir responsabilidade a algo; verificar e estimar; obter graus de determinação verificáveis. Uma qualidade do trabalho cognitivo que tem de **domar** os aspectos incomensuráveis dos materiais do conhecimento (GIGANTE, 2006: 51, grifo do autor).

Haveria, pois, para Weber, uma separação esquemática entre o em si e o para si, na medida em que o que existiria seria uma realidade empírica em tudo confusa e caótica (manifesta em um devir incomensurável), e um pensamento humano, em contraste, finito e com capacidade ordenadora. Assim, o conhecimento humano, para o sociólogo alemão, definir-se-ia pelo estatuto da representação, sendo a representação não idêntica ao real, mas sim uma capacidade do pensamento para apreendê-lo, como a partir de sínteses conceituais.

Logo, nada mais estranho para Weber do que a noção de totalidade. Estando o autor em comento muito mais próximo de uma estratégia de investigação muito afinada e extremamente cuidadosa em relação a generalizações, para ele todo o conhecimento da ciência dar-se-ia, pois, pela parcialidade e pelo recorte finito dos eventos. Diante da tremenda barafunda em que se constituiria o real, com sua massa caótica de elementos individuais, seria preciso agarrar-se, em cada esfera da ciência, na elaboração de conceitos, para que as complexidades do real fossem reduzidas.

Ocorre que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que se nos manifesta, "dentro" e "fora" de nós, sob uma quase *infinita diversidade* de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente. E a *absoluta infinidade dessa diversidade* subsiste, sem qualquer atenuante do seu caráter intensivo, mesmo quando prestamos a nossa atenção isoladamente, a um único "objeto" [...] e isso tão logo tentamos descrever de forma *exaustiva* essa "singularidade" *em todos* os seus componentes individuais, e muito mais ainda quando tentamos captá-la naquilo que tem de causalmente determinado. Assim, todo o conhecimento reflexivo da *realidade infinita* realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um *fragmento* limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será "essencial" no sentido de "digno de ser conhecido" (WEBER, 2001: 88, grifo nosso).

É justamente esse "princípio da seleção do essencial", que se preocupa em limitar, especificar, enfocar e cortar um evento ou processo histórico e conter sua complexidade, que é seguido por Weber, sendo o conceito, em si, importante para assegurar essa redução da cultura à seleção do que consideramos mais importante. A questão weberiana partiria deste modo, de uma concepção cética do sujeito cognoscente (seus limites e falibilidade), que redundará no reconhecimento de que o mundo é fenomenicamente indomável, incomensurável e infinito. Diante de uma espécie de "dança de confronto" e da tensão por ela colocada sobre a relação entre realidade (infinita) e sujeito (finito), Weber reconhece as limitações recaídas sobre o sujeito, bem como a fragilidade do conhecimento, este por sua vez representaria a realidade, pois o pensamento, necessariamente, é finito. O conhecimento não seria, portanto, a realidade.

Para Weber, uma vez que a realidade é ilimitada e infinita, o trabalho cognitivo humano bem como os instrumentais cognitivos mobilizados por esta atividade (como as teorias científicas) não poderiam dar conta da grandeza e complexidade da vida social - muito menos esta poderia ser forçada a caber em uma teoria -; constituir-se-iam, então, essa atividade e todos os seus instrumentais, em estratégias que possuímos para ordenar os dados

apresentados pela realidade. Não havendo, para Weber, movimento que consiga se expressar pela totalidade e estando o sujeito cognoscente longe do absoluto, o conhecimento humano possível seria apenas o conhecimento limitado. Por melhor, então, que fosse uma teoria, ela não esgotaria o mundo; o mundo ultrapassaria a teoria em todos os aspectos. Não se poderia, como todo o dogmatismo necessária e equivocadamente o pretende, esgotar os fenômenos. Finalmente, para Weber, o método (compreensivo de interpretação histórica) seria, então, um meio de controlar a realidade irracional da vida e seus conteúdos.

A subjetividade na ordenação do mundo empírico

Não existe qualquer análise científica puramente "objetiva" da vida cultural, ou [...] dos "fenômenos sociais", que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconsciente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa" (WEBER, 2001: 87, grifos do autor).

O ensaio feito por Weber, em 1904, intitulado *A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política*, apresenta logo em seu título (e ao longo do texto) a “objetividade” entre aspas, sinalizando que seu objetivo não é buscar tomar o termo como algo já dado, ou examiná-lo, mas sim, questionar uma ideia dos Positivistas. Os Positivistas acreditavam que o conhecimento científico deveria ser totalmente isento de valores e constituir um reflexo autêntico da realidade. A intenção do autor é conhecer o significado dessa ideia no campo das Ciências Sociais, sendo uma área definida pela capacidade de compreender e a explicar as obras construídas pelos entes humanos e os valores aos quais aderiram.

Como já dito, para Weber (2006), o conhecimento científico social não seria um reflexo da realidade societária, mas sim um ordenamento conceitual dela para determinados fins. Ao iniciar o debate sobre o assunto, Weber faz uma distinção entre juízos de fato (sentenças sobre o que é) e juízos de valor (sentenças sobre o que deve ser), a fim de evitar uma concepção de objetividade baseada na diferença entre “objetivo” e “subjetivo”, em que o sujeito se limitaria em registrar os traços do objeto.

Qual é a consequência dessa afirmação? De modo algum que os juízos de valor, por se basearem em última instância em determinados ideais e portanto terem origem “subjetiva”, estejam *excluídos* da discussão científica. [...] A crítica não se detém diante dos juízos de valor. A questão é: que

significa e o que pretende a crítica científica de ideias e juízos de valor? [...] (WEBER, 2001: 15, grifos do autor).

Portanto, para se atingir um conhecimento científico na área das Ciências Sociais, Weber enfatiza que o fundamento do interesse pelo objeto da pesquisa sempre é um valor, e isso não pode ser ignorado, pois a ciência é inerentemente valorativa, ou seja, ela é também atravessada por valores.

O conceito de cultura é um *conceito de valor*. A realidade empírica é "cultura" para nós porque e na medida em que a relacionamos a ideias de valor. Elas abrangem aqueles e *somente* aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se *significativos* para nós. Uma parcela ínfima da realidade individual que observamos em cada caso é matizada pela ação do nosso interesse condicionado por essas ideias de valor, somente ela tem significado para nós precisamente porque revela relações tornadas *importantes* graças à sua vinculação a ideias de valor. É somente por isso, e na medida em que isso ocorre, que nos interessa conhecer a sua característica individual. Entretanto, *o que* para nós se reveste de significação não poderá ser deduzido de um estudo "isento de pressupostos" do empiricamente dado; pelo contrário, é a comprovação desta significação que constitui a premissa para que algo se converta em *objeto* da análise (WEBER, 2001: 92, grifos do autor).

Apesar disso, ela não pode criar visões morais do mundo. É preciso ter em mente que a aplicação do método independe de valores, sendo isso o fator decisivo para concluir se o resultado é conhecimento científico ou não. Assim sendo, o saber objetivo age mediante determinados pressupostos que devem ser reconhecidos por toda a comunidade científica.

Assim, a partir do exame do papel dos valores na ordenação do mundo empírico no pensamento weberiano, é possível afirmar o papel subjetivo da significação na prática da ciência. Levando em consideração que o método de Weber requer, em sua primeira etapa, o uso dos juízos de valor para se fazer um conhecimento científico, sendo, pois, a ciência inerentemente valorativa, vemos como o registro weberiano "[...] tenta superar a problemática epistemológica inicial do caos da experiência sem pressupostos" (GIGANTE, 2006: 13).

Assim, para que o nível empírico pudesse ser ordenado pelo manejo cognitivo, seria imprescindível que as escolhas dos seus objetos de estudos possuíssem um valor, que o investigador, ele próprio como membro de uma sociedade, sustentasse. Assim, o sujeito cognoscente atribuiria valor de conhecimento a dadas questões, e não a outras, que não afiguravam-se-lhe, a ele, como significativas. Eis, pois, um contraste hierárquico entre o significativo e o não significativo para o sujeito em sua atividade de conhecer. Eis, pois, mais

especificamente, o problema da "objetividade" e as seleções, significações e interesses significativamente orientados, que repercutiriam, para Weber, numa parcialidade do trabalho do sujeito cognoscente. Assim sendo, "a ciência [...] não é conhecimento de qualquer coisa, mas daquilo que os homens de certa sociedade, em certa época, reputam importante, que valha a pena ser conhecido" (WEBER, 2006: 11). A guisa de arremate desta segunda seção, que tenta dar conta, em alguma medida, da especificidade de um registro weberiano:

Aspiramos ao conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, *significativo na sua especificidade*. E o que aqui existe de específico é o fato de só adquirir sentido lógico a ideia de um conhecimento dos fenômenos *individuais* mediante a premissa de que *apenas uma parte finita* da infinita diversidade de fenômenos *é significativa*. Mesmo com o mais amplo conhecimento de *todas* as "leis" do devir ficaríamos perplexos mediante o problema de como é *possível* em geral a *explicação causal* de um fato *individual*, posto que nem sequer se pode pensar a mera *descrição* exaustiva do mais ínfimo fragmento da realidade. Pois o número da natureza e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre *infinitos*, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher entre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta. A tentativa de um conhecimento da realidade "livre de pressupostos" apenas conseguiria produzir um caos de "juízos existenciais" acerca de inúmeras percepções particulares. E mesmo este resultado só na aparência seria possível, já que a realidade de cada uma das percepções, expostas a uma análise detalhada, oferece um sem-número de elementos particulares, que nunca poderão ser expressos de modo exaustivo nos juízos de percepção.

Este caos *só* pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um *segmento* da realidade individual possui interesse e *significado* para nós, posto que só ele se encontra em relação com as *idéias de valor culturais* com que abordamos a realidade. Portanto, só alguns *aspectos* dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos *significação geral para a cultura*, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto da explicação causal (WEBER, 2001: 93-4, grifos do autor).

Considerações finais

De forma mais genérica, o conhecimento foi aqui nossa questão epistemológica por excelência, encapsulada por nós, na esteira do proposto por Gigante (2006), na relação entre dado empírico - um múltiplice informe e complexo -, e as possibilidades de conhecimento, em seus limites (não sendo desconhecido por nós o amplo repertório de questões possíveis e suas mais diferentes tradições filosóficas). Se a questão foi colocada naqueles termos iniciais, e será por isto que ela constituirá um problema tanto para Kant quanto para Weber, a realidade continuará sendo à base de constituição do ato cognitivo do sujeito cognoscente, continuando neste, mas não poderá jamais ser o próprio real. Como, sob essa perspectiva de raiz kantiana,

o real só pode ser apreendido por meio de uma ordenação aproximativa, ou seja, por representação e por fragmentação, o "[...] ato cognitivo [em si será apenas] uma atividade reelaborativa de simplificação por via conceitual" (GIGANTE, 2006: 17). A concepção que informou nossa tarefa de tentarmos captar a noção de sujeito cognoscente a partir de um registro (epistemológico) especificamente weberiano, foi a corrente kantiana (aqui trabalhada mais em específico na primeira seção deste texto). Nesta corrente, problemas que aparecerão subjacentemente às discussões de cunho epistemológico em Weber, já estão ali colocados e ganharão contornos particulares e específicos no esquema teórico weberiano (de nítida influência das correntes neo-kantistas).

De Kant será suposto, portanto, que o conhecimento e a operação cognitiva ativada pelo sujeito diante da realidade se dará por meio de campos de representação, a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto. Dirigindo-se aos objetos cognoscíveis (os objetos fenomênicos, em última instância) e em relação com estes, o sujeito cognoscente "[...] não, porém na qualidade de aluno que se deixa ditar tudo o que o professor quer, mas na de juiz nomeado que obriga as testemunhas a responder às perguntas que lhes propõe" (KANT, 1987: XIII) "[...] tende a instalar com o próprio objeto uma relação da qual venha a emergir uma característica deste" (ABBAGNANO apud GIGANTE, 2006: 19).

Em todos os casos, para o registro kantiano e para aquelas correntes que o seguirão, a relação entre conhecimento e realidade, entre conhecimento e operação cognitiva do sujeito, o conhecimento será entendida como a reprodução do objeto cognoscível como algo distinto da realidade em si. Tornar-se-ia adequado, assim, para prosseguirmos, entender o paradigma do conhecimento kantiano como um retrato do empiricamente dado, como uma cópia do real. Muito pelo contrário. O conhecimento, para Kant, se definiria como uma representação do objeto. Eis, pois, a lógica analítico-discursiva, derivada de Kant e que perpassará todo caminho específico que Weber utilizará para lidar com questões de condição do conhecimento. Para a lógica analítico-discursiva de Kant e para o Racionalismo Crítico das correntes neo-kantistas, a realidade percebida/ concebida é diferente do real, não idêntica a ele. Antes, restringir-se-ia "[...] uma reelaboração conceitual do nível empírico, ordenado-o e dele se distinguindo [...]" (*Op. Cit.*: 20). Trata-se, ainda segundo Gigante (2006), de um movimento da representação, e não do próprio real.

A respeito da representação, uma questão que se nos impõe é a construção do objeto pelo sujeito. Isso nos remete para a valorização de um arsenal cognitivo presente no sujeito, que envolve sensibilidades e inteligibilidades; modos de apreensão e operadores cognitivos sejam categorias, signos,

símbolos, entre outros registros. O papel do sujeito do conhecimento nos remete para sua centralidade no idealismo romântico alemão, cuja tese nos coloca que conhecer significa colocar, isto é, produzir ou criar o objeto, tese que permite reconhecer no próprio objeto a manifestação ou a atividade do sujeito. Neste sentido, é importante enfatizar que o sentido de “objeto” é o de objeto pensado e, portanto, abstrato. Neste sentido, nos remetemos para Fichte: "A iniciativa do sujeito, de resto, volta-se justamente para tornar presente ou manifesto o objeto, para tornar evidente a própria realidade, para fazer falar os fatos. Aquilo que se chama, com termo abreviativo, conhecer, é um conjunto de operações, às vezes muito diferentes entre si, que, em campos diversos, aspiram a fazer emergir, nas suas características próprias, certos objetos específicos" (FICHTE, apud ABBAGNANO, apud GIGANTE, 2006: 21).

A complexidade e o encadeamento da realidade obrigarão, pois, Kant, ao distinguir uma atividade de sujeito construtor, central no processo de conhecimento, a operar, em outras palavras, com a distinção do "em si" (das coisas como elas seriam na realidade mesma) do "para nós ou para o sujeito" (as coisas tal como se apresentariam para o sujeito e seriam por ele construídas no interior de seus processos de percepção). Há, com Kant, o reconhecimento do papel de criação do conhecimento e de partícipe ativo do sujeito cognoscente. Assim, por fim, "[v]oltando a Kant, temos o estatuto do conhecimento como ordenação intelectual aproximativa do mundo empírico, ordenação conceitualmente orientada" (*Op. Cit.:* 22).

Neste ponto, disposto o panorama kantiano de modo mais geral, passamos a localizar o problema mais específico que nos motiva neste trabalho: refletirmos sobre como as colocações de Kant reaparecerão, como uma inarredável herança, no registro específico weberiano.

Num quadro racionalista, é a Razão, via suas categorias, que organiza e ordena os processos de estabelecimento de juízos. Como extensão disso, temos o Intelecto como passível de estabelecer proposições passíveis de serem referidas ao nível empírico, reconstruindo-o artesanalmente pelo processo experimental. Em ambas as formas de ordenação cognitiva, temos o problema da construção do objeto (para nós) e de sua separação qualitativa do nível empírico (em si) (*Op. Cit.:* 22).

E prossegue

[...] O homem conhece apenas um mundo permeado por seu conhecimento, é o exagero epistemológico kantiano. Formulado de outra perspectiva, o conhecimento se coloca como ordenação intelectual que supera o nível empírico, reelabora o material da percepção sensitiva via trabalho cognitivo, neste caso, das categorias do entendimento, para retomar a contribuição específica de Kant – ou pelo menos essa é sua proposta (*Op. Cit.:* 25).

Assim, se, para Kant, as percepções (outrora sensações produzidas pelas coisas-em-si e ordenadas pelas formas *a priori* da sensibilidade) são "agarradas" pela razão e pelas formas *a priori* do entendimento aditadas por essa verdadeira cadeia de processos presente na ordem de representação, até o alcance das coisas para nós - os fenômenos - objetos do conhecimento para Kant; para Weber o nível empírico não será agarrado e, subsequentemente, ordenado, pelo Intelecto e suas categorias do entendimento, tal como unilateralmente na solução kantiana. Será agarrado, ordenado e organizado de maneira imprescindivelmente seletiva e parcial, o sujeito cognoscente weberiano captando elementos pré-determinados e significativos. Ponto nodal e específico do registro weberiano, o sujeito cognoscente seria incapaz de orientar-se em meio aos materiais elementares do conhecimento, em tudo diversos, inesgotáveis e infinitos, sem pressupostos valorativos. Quando ausentes, e diante de uma realidade externa, como se disse, caótica e inteiramente informe, a ordenação seria impossível. O trabalho cognitivo sem pressupostos, em Weber, redundaria, em um verdadeiro caos.

Especificamente, no interior do debate weberiano, o modo de apreensão pela compreensão (*Verstehen*), que recupera o sentido subjetivo dos agentes sociais, aciona outras qualidades de evidência como as fornecidas pela interpretação de sentido. O tipo de material fornecido passa pela busca de significações e sua interpretação. Sendo assim, os tipos de evidência são compreensíveis e não diretamente experimentáveis. É um domínio do que é "compreensível interpretativamente e concebível interpretativamente" (SÊNEDA, 2004: 37) sem uma base empírica razoável, podendo até estar desprovido desta. O problema torna-se o de conjugar evidências subjetivas, concebidas interpretativamente pelo trabalho cognitivo, com formas de explicação dos efeitos externos das ações sociais. Pois é pelo seu encadeamento, formando grandes linhas de ação reciprocamente referidas (relação social), que a explicação se conjuga com a base compreensiva. Daí para explicações históricas com base em esquemas de ação generalizados, típicos segundo sua recorrência. Conjugar compreensão e explicação é quase um lugar comum do método em Weber, tanto que se tornou consenso falar em explicação compreensiva ou em "compreender explicativamente" (GIGANTE, 2006: 29-30, grifos do autor).

O ponto de vista do sujeito cognoscente weberiano, que atribuiria significado à parte representada do real, ou seja, diferenciando os tipos de materiais empíricos, por meio de sua atividade cognitiva explicativo-compreensiva, e permitindo destacá-los, uns como significativos e outros como não o sendo, é a pista seguida por Gigante (2006) e também aqui por nós, na esteira desse. Em síntese, para este comentador, poder-se-ia partir da pressuposição de Weber estaria

[...] tenta[ndo] "inserir o compreensivo no quadro da reflexão kantiana", Sêneda (2004). Trata-se de se utilizar qualidades de evidência compreensíveis e interpretáveis, ou seja, subjetivas, e de conjugá-las no interior da experiência, ou seja, de explicá-las (GIGANTE, 2006: 30).

O que Weber estaria destacando seria que vivência e experiência, o compreensivo e o explicativo, o subjetivo e a objetivação, seriam como que faces bifrontes e, em tudo, complementares e interligadas, para Weber, nos modos de apreensão (e compreensão) que organizariam e ordenariam os materiais empíricos. As formas de trabalho cognitivo lidariam, pois, para Weber, com domínios qualitativamente diferentes, como nos diz mais uma vez Gigante (2006), como as vivências dadas internamente e culturalmente (como "cultura pessoal") aos sujeitos, bem como com outras ferramentas cognitivas peculiares. Assim, como para Kant, para quem os repertórios cognitivos exigiriam, pois, dos sujeitos, uma força produtiva, para que a coisa em si pudesse se tornar a coisa para nós (de númeno incognoscível ser transformada no fenômeno - o objeto do conhecimento) - exigindo, pois, de suas formas *a priori* do entendimento aditadas pela razão -; para Weber conhecer também seria, como nos fala Lucas Cid Gigante em sua dissertação de mestrado "Epistemologia, construção conceitual e comparação histórica em Weber" (2006), trabalhar, construir, edificar. Mas, caracterizando o sujeito cognoscente de modo específico, a partir de sua caracterização mais ampla, como sendo ele um sujeito com capacidade cognitiva limitada, explora outros elementos, a partir de sua concepção céptica moderada. Numa experiência primeira, os limites estão dados, como aponta Gigante (2006), por uma estrutura psicológica e a dimensão subjetiva que esta traz.

Esta é, portanto, a referência cognitiva por excelência de Weber, desprezada, ao contrário, pela teoria kantiana. Trata-se, em Weber, da discussão do problema da "objetividade". As raízes subjetivas, os afetos, sentimentos e valorizações são, por Weber, colocados em seu devido lugar, em relação ao registro epistemológico kantiano (este último preocupando-se em filtrar aquele nível (subjetivo) do sujeito e descolá-lo de subjetividades).

Voltando para a definição de sujeito, vemos uma operação de restrição. Apenas se refere ao conhecimento e ao seu limite e toma como referência cognitiva privilegiada a operação da Razão. É um terreno clássico de discussão do problema, que ressalta a boa operação do espírito com predominância do intelecto enquanto faculdade superior, apta a dirigir as sensibilidades e os afetos, a filtrar suas influências. O sujeito da teoria do conhecimento, o sujeito kantiano, é um grande filtro das camadas mais "rasteiras" do espírito. O "tribunal da Razão" é uma instância autônoma. É o que na tradição durkheimiana se conhece como o afastar as pré-noções, ou os Ídolos baconianos.

No entanto, Weber não deixa de lado uma dimensão do sujeito comumente desprezada na teoria do conhecimento kantiana, a dimensão subjetiva. O ato

de valorizar e atribuir significado, o que envolve escolher, preferir e hierarquizar, colocar-se-á como um guia do ato de imputação envolvido na construção conceitual e na elaboração de hipóteses heurísticas. Trata-se da dimensão subjetiva que valoriza, hierarquiza e avalia. No limite, trata-se de escolher pelo que é mais significativo, o que traz consigo um caráter inequivocamente parcial.

Seguindo os conceitos de Weber, o sujeito é portador de uma “relação com valores” ou de uma “relação com respeito aos valores” (*Wertbeziehung*). Outro termo específico para cunhar este ato de valorizar está contido na expressão (*Kulturwertideenn*), ou “ideias culturais de valor” (GIGANTE, 2006: 59, grifos do autor).

Assim, o sujeito epistêmico de Weber já não é (e, Weber, ademais, está apontando para a impossibilidade da afirmação deste) o sujeito transcendental de Kant. Sua concepção de sujeito é histórica. Suas convicções e valores pessoais, enfim, todo o universo da "significação" (*Bedeutung*) é relevante (e, mais, necessário) enquanto pressuposto no ato de seleção e recorte perante a incomensurabilidade do real e de seus materiais brutos, e à sua constituição empírica. Dito de forma mais clara, "[s]ua importância para o problema é que “por certo sem as ideias culturais de valor do investigador, não existiria nenhum princípio de seleção [...]” (WEBER apud GIGANTE, 2006: 60-1). Deste modo, e finalmente, reconhecendo o sujeito cognoscente como historicamente referido, Weber acaba por reconhecê-lo como uma totalidade.

Referências

COSTA, R. da. O projeto da crítica da razão pura e a impossibilidade da ontologia enquanto ciência. **Kalagatos** – Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE, Fortaleza, v. 3, n. 5, 2006, pp. 117-131.

COTRIM, G. Filosofia moderna: empirismo e iluminismo. In: **Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas**. São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 147-166.

GIGANTE, L. C. **Epistemologia, construção conceitual e comparação histórica em Weber**. 2006. 114 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

KANT, I. Introdução. In: **Crítica da Razão Pura**. Disponível em: <<http://www.psbncional.org.br/bib/b25.pdf>>. Acessado em: 17 de fevereiro de 2017.

MARCONDES, D. SOUZA FILHO, D. M. A crise da modernidade. In: **Iniciação à história da filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 207-215.

REALE, G.; ANTISERI, D. Kant e a fundação da filosofia transcendental. In: **História da Filosofia: de Spinoza a Kant**. São Paulo: Paulus, 2004, pp. 346-375.

SILVEIRA, F. L. da. A teoria do conhecimento de Kant: o idealismo transcendental. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v.19, 2002, pp. 28-51.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

A Vontade Geral e o sistema autogestionário: necessidade, possibilidade e desafios

Luiz Carlos Mariano da Rosa¹

Resumo: Consistindo em um processo ético-jurídico de deliberação coletiva, o que se impõe à manifestação da Vontade Geral como um fenômeno histórico-cultural é a condição de imanência que a caracteriza em um movimento dinâmico-dialético que demanda uma formação econômico-social que possibilite a emergência de valores e práticas, condutas e comportamentos, necessidades e objetivos que, tendo como fundamento o interesse comum, se lhe correspondam, convergindo para uma forma de autodeterminação que guarda possibilidade de promover a superação da alienação das capacidades humanas no contexto das relações socioprodutivas, a saber, a autogestão. Tal experiência social de autodeterminação coletiva, conforme assinala o artigo, envolve tanto a esfera política quanto o âmbito econômico (trabalho) e encerra a noção que implica desde a igualdade substancial (concreta) até a efetiva participação política, sobrepondo-se ao viés mercadológico da organização econômico-social vigente e à estrutura burocrática corporificada pelo Estado no sistema capitalista.

Palavras-chave: Vontade Geral; autogestão; econômico; político.

Will General and system self-managed: need the possibility and challenges

Abstract: Consisting of an ethical-legal process of collective deliberation, which is necessary for expression of the General Will as a historical-cultural phenomenon is the immanence condition that characterizes a dynamic dialectical movement that demands a social-economic formation that enables emergency values and practices, conducts and behaviors, needs and goals, and is based upon the common interest, to match him, converging to a form of self-determination that keeps possibility to promote overcoming the alienation of human capabilities in the context of socio-productive relations, namely, self-management. This social experience of “collective self-determination”, as noted in the article, involves both the political sphere and the economic sphere (work) and ends the notion that implies from the substantial equality (concrete) to the effective political participation, overlapping the marketing bias current economic and social organization and bureaucratic structure embodied by the state in the capitalist system.

Keywords: General Will; self-management; economic; politics.

Aspectos Introdutórios

Perfazendo o “princípio dinâmico” de uma determinada sociedade, a Vontade Geral se

¹ Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais (CEUCLAR/SP) e Pós-Graduado em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF/RJ). Diretor-Fundador, Coordenador e Pesquisador do Espaço Politikón Zôon – Educação, Arte e Cultura.

lhe impõe legitimidade racional, à medida que guarda a pressuposição que implica o interesse comum como base da ordem político-social, conforme defende a leitura rousseauiana, que assinala um processo de deliberação coletiva que, não deixando de se lhe atribuir a unanimidade como necessária, se lhe mantém atrelada à generalidade virtual dos cidadãos, aos quais se torna, nesta perspectiva, passível de reconhecimento, haja vista a sua constituição identitária como tais na esfera da totalidade ético-jurídica e econômico-política ora designada como Estado. Dessa forma, pois, o que se impõe ao homem é o caráter coletivista (comunitarista) que, guardando correspondência com a condição característica do membro do soberano, sobrepõe-se, segundo o contrato social, ao *status* que implica o *homo oeconomicus* e converge para as fronteiras que encerram o “individualismo possessivo”², tendo em vista a imanência que necessariamente envolve a construção e o exercício da liberdade e a fruição da igualdade, cuja experiência não requer senão a correlação envolvendo a realidade histórico-cultural e a formação econômico-social, que se lhes subjazem e determinam.

Ao mundo do associativismo voluntário da sociedade civil, que encerra a noção que envolve a possibilidade do exercício da autonomia dos indivíduos, tanto quanto da manifestação e usufruto dos seus interesses, o que se impõe é uma indiferenciação que confere equivalência às formas de cooperação, participação e voluntarismo que caracterizam a constituição e o funcionamento das empresas, sobrepondo-se à condição que assume a unidade básica da organização econômica da produção capitalista, cujo tipo de associação escapa às fronteiras em questão, à medida que não se enquadra na acepção que tem como base o voluntarismo, além de se configurar a formação da sua vontade um processo que se circunscreve a um percentual mínimo daqueles que o perfazem, excluindo da sua elaboração os demais, que integram a maioria dos que em seu âmbito atuam.

Se as vontades individuais se impõem como a origem do poder, constituindo os seus elementos essenciais, não é senão no seu conjunto que este emerge, à medida que demanda, no que tange à comunidade, uma vontade comum, para a qual converge uma unidade que perfaz um todo que encerra, em suma, a possibilidade que implica do querer à ação, encerrando a Vontade Geral uma condição de imanência que, por esse motivo, não pode emergir senão da formação

² A noção que envolve “individualismo possessivo” emerge da teoria de Crawford Brough Macpherson (1911-1987), professor e sociólogo canadense, que, analisando o contratualismo proposto tanto por Hobbes como por Locke, afirma: “A essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício de posse” (MACPHERSON, 1979: 15).

econômico-social, escapando ao caráter de uma construção cuja existência corresponda ao produto de uma relação de exterioridade, se lhe instaurada por uma esfera independente que, em suma, se lhe sobreponha³.

Nessa perspectiva, as vontades individuais, por si somente, não guardam capacidade suficiente, no âmbito da comunidade, para a constituição do poder senão no seu conjunto, uma vez que é este que gera a Vontade Geral, que mais do que a soma das vontades particulares se impõe como a força que sobrepõe o comum ao privado, legislando em função do público, o que implica na impossibilidade de uma correlação senão antagônica envolvendo o sistema representativo e a Vontade Geral. Tal condição emerge tendo em vista que, perfazendo a unificação das vontades individuais, a Vontade Geral, expressando o interesse comum, não se impõe senão como a unidade que governa e sistematiza a vida humana no âmbito da organização social e cuja manifestação demanda a exclusão de qualquer tipo de mediação que, além da inviabilidade da sua tradução, subtrai ao cidadão, no que tange à totalidade ético-jurídica e econômico-política, o poder de constituição da forma institucional que se lhe tem como conteúdo *real* e com a qual não pode manter uma relação de exterioridade, sob pena de destituir o Estado da vitalidade que o seu funcionamento requer como a encarnação da *universalidade concreta*.

Demandando uma igualdade que, sobrepondo-se ao caráter formal, converge para as fronteiras econômicas, e dialogando com o processo que guarda possibilidade de que o produto das riquezas, constituindo um patrimônio que traz como origem uma construção coletiva, seja distribuído de forma que todos se lhe tenham acesso real, se lhe usufruindo, pois, igualitariamente⁴, a saber, o sistema autogestionário⁵, a emergência da Vontade Geral não

³ Nesta perspectiva, alcança relevância a condição atribuída à vontade como *vontade de atuar*, cujo movimento, guardando correspondência originariamente com “um princípio jurídico”, converge para as fronteiras que encerram a “civilização burguesa”, tendo em vista a função determinante da formação econômico-social na constituição da realidade histórico-cultural, segundo Gramsci: “As ordens atuais foram suscitadas pela vontade de atuar totalmente um princípio jurídico. Os revolucionários de 1789 não previam a ordem capitalista. Queriam atuar os direitos do homem, queriam que fossem reconhecidos aos componentes da coletividade determinados direitos. Depois do rasgão inicial da velha casca, estes foram-se afirmando, foram-se concretizando e tornados forças operativas a partir de fatos, plasmaram-nos, caracterizaram-nos e daí desabrochou a civilização burguesa, a única que podia desabrochar porque a burguesia era a única energia social criadora de fato e realmente operante na história. Os utopistas foram derrotados também nessa altura porque nenhuma das suas particulares previsões se realizou. Mas realizou-se o princípio e deste floriram as ordenações atuais, a ordem atual” (GRAMSCI, 1976: 114-5).

⁴ Cabe registrar, nessa perspectiva, a crítica de Proudhon acerca do referido desequilíbrio econômico-social: “Se o trabalho é a fonte de toda a riqueza, se é o guia mais seguro para seguir-se a história dos estabelecimentos humanos sobre a face do globo, *como a igualdade na distribuição, a igualdade na medida do trabalho, não seria uma lei?* Se, ao contrário, existem riquezas que não proveem do trabalho, como a posse destas riquezas é um privilégio? Qual é a legitimidade do monopólio? Que se exponha, pois, de uma vez por todas, esta teoria do direito ao consumo improdutivo, esta jurisprudência do bel-prazer, esta religião da ociosidade, prerrogativa sagrada de uma casta de

pressupõe senão uma relação dialética que abrange a base material, que envolve a atividade produtiva, e a esfera ética, que corresponde ao exercício da cidadania plena e ativa participação política⁶. O processo em questão implica, como expressão do bem comum, a superação da tendência à ruptura que se manifesta entre o Estado e a sociedade civil no que tange ao poder que, caracterizando-se como o próprio povo enquanto tal, supõe uma soberania cujo exercício se sobrepõe à forma representativa e demanda uma prática direta⁷.

A Vontade Geral e a integração dinâmico-dialética: a necessidade e a possibilidade da correlação envolvendo liberdade e igualdade

Quando se propõe uma lei na assembleia do povo, o que se lhes pergunta não é precisamente se aprovam ou rejeitam a proposta, mas se estão ou não de acordo com a vontade geral que é a deles; cada um, dando o seu sufrágio, dá com isso a sua opinião, e do cálculo dos votos se conclui a declaração da vontade geral (ROUSSEAU, 1999: 205).

A participação do homem enquanto indivíduo em sua concreticidade histórico-cultural e econômico-social em um processo que se mantém sob a égide do bem comum e pressupõe, no âmbito do corpo coletivo e moral que traz subjacente o antagonismo envolvendo os interesses privados e as vontades particulares, a possibilidade do seu conhecimento como condição para a construção de decisões que se lhe correspondam em virtude da constituição identitária do cidadão enquanto tal, não implica senão uma integração para a qual converge o reconhecimento da forma institucional ora designada como Estado no que concerne à sua autonomia de pensamento e de ação no sentido que encerra a sua relação com o todo que, sob a acepção de uma totalidade ético-

eleitos!” (PROUDHON, 2003: 173, grifos meus).

⁵ Nesta perspectiva, convém salientar a correlação envolvendo liberdade e igualdade que, consistindo na base da autogestão, a leitura proudhoniana estabelece: “A associação livre, a liberdade que se limita a manter a igualdade nos meios de produção e a equivalência nas trocas é a única forma possível de sociedade, a única justa, a única verdadeira” (PROUDHON, 1975: 247).

⁶ Consistindo na apropriação do patrimônio socialmente construído, tanto quanto na atualização das potencialidades de realização humana disponibilizadas em cada contexto historicamente determinado, o conceito de cidadania guarda raízes nas fronteiras que encerram a ideia de soberania popular, implicando a emergência efetiva das condições sociais e institucionais capazes de possibilitar ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, conseqüentemente, no controle da vida social, convergindo o seu caráter “pleno” para um processo que envolve o exercício dos direitos nas esferas civil, política e social, segundo o contributo do sociólogo britânico T. H. Marshall.

⁷ Tendo em vista a perspectiva que sublinha que “cada um, determinando-se livremente por adesão ao que compreende ser o melhor para si mesmo, encontra todos os outros sujeitos racionais para ajustar livremente a instituição do mesmo contrato que realiza a Vontade Geral. Assim, todos os membros do corpo social se dão a si mesmos (criam contratualmente) uma lei geral (e isso será a autonomia) que os organiza sem gerar entre eles diferenças de poder, num sistema federal cuja ‘circunferência está em toda parte, o centro em parte alguma” (GUILLERM, BOURDET, 1976:52).

jurídica e econômico-política, se lhe sobrepõe mas não o anula, nem se lhe nega a especificação, à medida que o referido processo se lhe atribui, como membro do soberano, o poder que detém a sua superação.

Se o que se impõe à leitura rousseauiana é a possibilidade que envolve a introdução, no âmbito da soberania popular, da racionalidade política, a instituição da “Vontade Geral” se sobrepõe à referida questão, guardando a sua emergência correspondência com o consenso unânime dos indivíduos, consistindo, dessa forma, no único princípio de legitimidade democrática. Por essa razão, a constituição da vontade coletiva dos cidadãos, em relação à pluralidade de vontades individuais e interesses particulares, emerge como um problema de relevância, à medida que se a transposição das vontades individuais à Vontade Geral prescinde de um modo que a viabilize, se lhe escapando à explicitação que demanda a teoria, a suposição quanto à supressão da pluralidade de vontades e interesses, concernente à sua instauração, se interpõe como a única justificativa que, uma vez evocada, reclama a superação para a qual a sua própria natureza tende – e isto sob pena de se tornar, em suma, contraproducente, incorrendo, pois, na negação do sistema que pretende legitimar.

Nessa perspectiva, pois, a Vontade Geral emerge como possibilidade da instituição ora designada como Estado superar a condição que o encerra nas fronteiras de uma abstração ideal⁸, convergindo para a concreticidade de uma realidade histórico-cultural que sobrepõe, em suma, o conteúdo (aspecto social) à forma (caráter jurídico) em um processo que implica na fusão que envolve *ser* e *dever ser* no que tange ao *vir-a-ser* que se impõe à sua construção, à medida que tende à integração de valores e práticas, condutas e comportamentos, necessidades e objetivos, os quais, não guardando senão condição de imanência em face da sua constituição, resultam na concretização da totalidade ético-jurídica e perfazem a *universalidade* que lhe cabe como tal.

Se o Estado não se circunscreve à condição que envolve um todo de caráter passivo que se mantém imune à vida e às suas diversas manifestações, o que se impõe à Vontade Geral é um incessante *vir a ser* que converge para as fronteiras que encerram a unidade de sentido da vida sociopolítica dos homens em sua concreticidade histórico-cultural e econômico-social,

⁸ Tendo em vista a perspectiva que assinala que “como ideia-limite, o programa liberal cria o Estado ético, isto é, um Estado que idealmente está acima das competições de classe, do cruzamento e choque dos agrupamentos que compõem a realidade econômica e tradicional. Este Estado é mais uma aspiração política do que uma realidade política; existe apenas como modelo utópico mas este seu ser é precisamente uma miragem que o torna robusto e o transforma numa força de conservação. Na esperança que ele se realize finalmente na sua completa perfeição, muitos encontram a força para o não renegarem e, portanto, para não procurarem substituí-lo” (GRAMSCI, 1976: 115).

perfazendo uma realidade que conjuga empirismo e idealidade e que longe de supor a ausência de participação ativa do povo na sua construção implica um movimento dinâmico-dialético que tende a sobrepujar os interesses particulares em nome da finalidade comum que se lhe está essencialmente atrelada.

À Vontade Geral o que se impõe não é senão um processo que encerra a realização das próprias determinações de um povo, o que implica a atribuição no que concerne ao indivíduo de uma condição que traz como fundamento o reconhecimento mútuo, para cujo acontecimento converge a vida ética e a sua substancialidade, que não se caracteriza, pois, como algo dado de uma forma acabada, mas no sentido que envolve um modo de relação baseado em uma atividade que guarda possibilidade de mudá-lo. Nesse sentido, o homem constitui-se, pois, como um ser em relação em face das determinações substanciais do conceito em uma perspectiva que encerra a virtude como uma correspondência lógica no que tange ao dever ético, o que se lhe mantém sob a égide de um princípio de adesão as raízes do qual não podem emergir senão da capacidade reflexiva, que consiste na base para o exercício de uma liberdade que não se circunscreve a um estado mas perfaz uma construção que, envolvendo os homens entre si e a coletividade, as partes e o todo, demanda uma articulação que requer uma igualdade substantiva, material, que confira viabilidade à sua instauração.

As liberdades individuais, não privilegiadas mas humanas, as capacidades reais dos indivíduos só poderão ser plenamente desenvolvidas em igualdade completa. Só quando houver *igualdade desde o início* para todos os homens em cima da terra, só então – salvaguardando os superiores direitos da solidariedade, que é e continuará a ser a principal base de toda a vida social: inteligência humana e bens materiais – se poderá dizer que todo o indivíduo é fruto do seu próprio esforço. Donde concluímos que, para que as capacidades individuais prosperem e não sejam mais impedidas de darem todos os seus frutos, é necessário, antes de mais nada, que todos os privilégios individuais, tanto políticos como econômicos, isto é, todas as classes, sejam abolidos (BAKUNIN, 1979: 40, grifos do autor).

Se a finalidade da instituição do Estado consiste no bem comum, o que se impõe à direção das suas forças não é senão a Vontade Geral, tendo em vista a suposição envolvendo a oposição concernente aos interesses particulares e a necessidade de superá-la como condição originária acerca do estabelecimento da ordem social e política, que encerra em sua constituição a possibilidade de acordo em relação aos mesmos, caracterizando-se aquilo que há de *comum* nestes como a base que possibilita a existência da própria sociedade, à medida que estabelece a coesão que a sua organização implica e perfaz um parâmetro para o exercício do governo.

Nesta perspectiva, se escapa ao sentido que envolve vontade de todos (maioria), o que

cabe à Vontade Geral é uma condição que não se circunscreve às fronteiras de uma construção que traz em sua estrutura fins redutíveis aos indivíduos e aos interesses particulares que os caracterizam, à medida que o bem comum não consiste em uma mera coincidência com aquilo que, no tocante a si próprios, embora na qualidade de membros do corpo coletivo e moral em questão, os tais julgam como “bem”, visto que, se a razão pública se caracteriza como abstrata, a Vontade Geral não consiste senão na encarnação da razão concreta e viva, perfazendo a transição da liberdade negativa para a positividade em um movimento que implica a própria constituição do corpo coletivo e moral enquanto tal.

Ao interesse comum o que se impõe, pois, não é senão a condição do indivíduo como membro do corpo coletivo e moral que emerge através do pacto, o que o implica necessariamente, tendo em vista que, se a instituição da ordem social o pressupõe para ele convergir simultaneamente em uma relação que exclui a correspondência da noção em questão com o estado de natureza, à medida que o que tem valor é que uma vez integrante de uma comunidade, sob a aceção de parte de uma totalidade concreta, se lhe escapa qualquer possibilidade de manifestação do interesse individual característico daquele *modus vivendi*⁹.

Um novo tipo de indivíduo, eis a proposta que emerge da leitura rousseauiana, cuja perspectiva não se esgota nas fronteiras da transformação da sociedade como um todo, nem antes se detém na busca de uma ordem estatal legítima, conforme a pressuposição que advém da análise da transição do Estado Natural para o Estado Social, demandando uma dialética que se impõe às fronteiras que encerram a transformação dos fundamentos econômico-sociais e a reconstrução do homem enquanto tal no que concerne à sua relação com a coletividade. Tal processo emerge à medida que, se não propõe a supressão da propriedade privada ou a sua socialização propriamente dita, conforme defende a perspectiva marxiana, a leitura rousseauiana, identificando-a como a raiz da desigualdade social, impõe uma limitação que converge para a construção da igualdade material, que implica menos uma determinação da ordem política do que um condicionamento da própria organização social, mesmo porque,

⁹ “Ora, o povo como corpo, 'o soberano', não poderia querer senão o interesse geral, não poderia ter senão uma *vontade geral*. Enquanto cada um dos membros, sendo simultaneamente, em consequência do contrato, homem individual e homem social, pode ter duas espécies de vontade. Como homem individual, é tentado a perseguir, de acordo com o instinto natural, egoísta, o seu interesse particular. Mas o homem social que nele existe, o cidadão, procura e quer o interesse geral: trata-se de uma busca toda moral, feita no 'silêncio das paixões'. A liberdade – a liberdade natural transformada, desnaturada – é, precisamente, a faculdade que possui cada um de fazer predominar, sobre a sua vontade 'particular', a sua vontade 'geral', que apaga 'o amor de si mesmo' em proveito do 'amor do grupo' (B. de Jouvenel). Assim, obedecer ao soberano, ao povo em conjunto, é verdadeiramente ser livre” (CHEVALLIER, 1999: 167, grifos do autor).

inexistindo ruptura hierárquica ou não entre ambas, a referida construção guarda correspondência, em suma, com a noção de autogoverno¹⁰.

Se a Vontade Geral consiste em um processo ético-jurídico de deliberação coletiva, o que se impõe à sua manifestação como um fenômeno histórico-cultural é a condição de imanência que a caracteriza em um movimento dinâmico-dialético que demanda uma formação econômico-social que possibilite a emergência de valores e práticas, condutas e comportamentos, necessidades e objetivos que, tendo como fundamento o interesse comum, se lhe correspondam. A pressuposição que emerge, nessa perspectiva, implica a sua inviabilidade em face da ordem em vigor que, se requer a transformação dos homens enquanto indivíduos concretos que a formam, não pode prescindir do que se lhe antecipa, daquilo, pois, que lhe serve de fundamento para a sua existência coletiva, a saber, das relações socioprodutivas, à dinâmica das quais cabe introduzir princípios capazes de sobrepor ao capitalismo monopolista o sistema comunal através da instauração de um novo modo de intercâmbio.

Longe de se deter em questões que envolvem revolução e contrarrevolução, que caracterizam um dogmatismo contraproducente que escapa, inclusive, à leitura socialista pós-moderna, à medida que supõe a verticalização do poder, a autogestão¹¹ implica um fenômeno de transformação estrutural que, diferentemente, converge para a horizontalidade do poder, constituindo-se o povo o seu sinônimo efetivo. Cabe sublinhar que a referida perspectiva, em vigor na Europa em determinadas regiões em função da crise econômica, como também na América Latina (tal como o exemplo da Venezuela, entre outros), certamente não dispõe da simpatia de uma parcela da sociedade, cujo percentual encerra tanto os que se beneficiam da formação econômico-social em vigor quanto os que se mantêm como reféns da condição de alienação se lhes atribuída pelo contexto histórico-cultural, que demanda a reavaliação da base da realidade socioprodutiva, para a qual a instauração de uma atividade como esta, que mobiliza “massas”, torna-se fundamental e deve se tornar objeto de discussão ético-jurídica e econômico-política¹².

¹⁰ Alcança relevância, nesta perspectiva, a concepção que encerra que “o axioma fundamental e, para falar mais adequadamente, *constitutivo* da autogestão é, meridianamente, o da *igualdade das pessoas*” (GUILLERM; BOURDET, 1976: 46, grifos do autor).

¹¹ Autogestão guarda correspondência com "a tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje* ('samo' sendo o equivalente eslavo do prefixo grego 'auto', e '*upravlje*' significando aproximadamente 'gestão')" (*Op. Cit.*: 11).

¹² Torna-se relevante, nesta perspectiva, recorrer ao argumento de Proudhon a respeito da contradição envolvendo a crítica da forma e dos atos do governo se o contexto implica a manutenção das condições constitutivas do poder: “Diz-se que o povo, nomeando os seus legisladores e através deles notificando a sua vontade ao poder, estará sempre

O sistema autogestionário e a autodeterminação coletiva: a correlação envolvendo o *político* e o *econômico*

O que é o governo? O governo é a economia pública, a suprema administração dos trabalhos e bens de toda a nação (PROUDHON, 1975: 180).

À relação de dependência envolvendo as condições concretas da sua existência, que abrangem desde uma determinada estrutura de produção, a divisão social e tecnológica do trabalho¹³, até as instituições políticas, além dos valores e práticas, condutas e comportamentos, necessidades e objetivos que perfazem um arcabouço cultural, o que se impõe aos homens como seres autônomos e conscientes não é senão uma forma de autodeterminação que implica um processo que guarda possibilidade de promover a superação da alienação das capacidades humanas no contexto das relações sociais, a saber, a autogestão. Se a autogestão consiste em uma noção fundamental para a teoria e a *práxis* da “democracia econômica” (ou “democracia industrial”), constituindo-se, em suma, na base da “democracia participativa” ou do “socialismo autogerido”, a sua emergência converge, tanto no âmbito produtivo (autogestão operária) quanto na esfera política (autogestão social), para as fronteiras que encerram a necessidade de ampliação do controle e do poder no interior das organizações sociais, perfazendo uma demanda popular que tende à corporificação através das formas que envolvem conselho de trabalhadores¹⁴ ou conselho de cidadãos.

em condições de deter as invasões deste último; diz-se que desta forma o povo desempenhará ao mesmo tempo o papel de príncipe e o de soberano. Eis em duas palavras a utopia dos democratas, a eterna mistificação com a qual eles enganam o proletariado.

Mas o povo faria leis contra o poder, contra o princípio de autoridade e de hierarquia - que é o princípio da própria sociedade, contra a liberdade e a propriedade? Na hipótese em que nos achamos isto é mais que impossível, é contraditório. E, portanto a propriedade, o monopólio, a concorrência, os privilégios industriais, a desigualdade das fortunas, a preponderância do capital, a centralização hierárquica e esmagadora, a opressão administrativa e o arbítrio legal serão conservados; e como é impossível que um governo não atue no sentido de seu princípio, o capital permanecerá como antes o deus da sociedade e o povo, sempre explorado e sempre envilecido, nada mais ganhará, desta tentativa de soberania, senão a demonstração de sua impotência” (PROUDHON, 2003: 429).

¹³ “*O Trabalho, dividindo-se segundo a lei que lhe é própria e que é a condição primeira de sua fecundidade, atinge a negação de seus fins e destrói-se a si mesmo; em outros termos: A divisão fora da qual não há mais progresso, nem riqueza, nem igualdade, subalterniza o operário, torna a inteligência inútil, a riqueza nociva e a igualdade impossível*” (Op. Cit.: 181, grifos do autor).

¹⁴ Convém esclarecer que os conselhos operários, segundo Anton Pannekoek, “não designa uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez por todas, a qual só faltaria aperfeiçoar os detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das empresas e da produção. A realização deste princípio não passa, absolutamente, por uma discussão teórica referente aos seus melhores modos de execução. É uma questão de luta prática contra o aparato de dominação capitalista. Em nossos dias, por conselhos operários não se entende a associação fraternal que tem um fim em si mesma; conselhos operários quer dizer luta de classes (na qual a fraternidade tem seu lugar), ação revolucionária contra o poder do Estado” (PANNEKOEK Apud BRICIANER, 1975: 310).

Experiência social de autodeterminação coletiva, que implica tanto a esfera política quanto o âmbito econômico (trabalho), eis o que se impõe à autogestão, cujo sistema emerge como uma alternativa de produção que traz em sua organização princípios e estruturas não-capitalistas que, simultaneamente, convergem para operar em uma economia de mercado, guardando a possibilidade de se constituírem em empreendimentos capazes de superar em produtividade as empresas capitalistas de heterogestão, promovendo resultados econômico-sociais que envolvem do estímulo ao desenvolvimento econômico local à redução do nível de desigualdades estruturais, chegando a proporcionar para os seus membros, assim como para as comunidades adjacentes, benefícios que não se restringem à área econômica.

Contrapondo-se ao capitalismo globalizado, a autogestão se impõe à construção de uma formação econômico-social que não tende senão à igualdade substancial (concreta), para cujas fronteiras converge a participação política, tendo em vista o processo de socialização gerencial que envolve todas as esferas da vida social, abrangendo dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais, a totalidade da estrutura social, em suma, à medida que, caracterizando-se como universalizante, implica a autodeterminação coletiva.

Guardando o sentido lato que implica, no tocante à organização econômica, uma forma democrática, que converge para uma estrutura constituída de vários níveis de conselho e assembleias, a autogestão envolve a socialização do poder gerencial empresarial no processo de organização do trabalho, possibilitando a superação da hierarquia que emerge da distinção entre o núcleo decisório e a esfera de execução, à medida que através de seus delegados os trabalhadores têm acesso ao poder deliberativo, escapando à condição de alienação vigente em um contexto de relações determinado pela racionalização tecnológico-organizacional.

Sobrepondo-se aos aspectos econômicos (ou industriais, fabris), a autogestão, não se circunscrevendo às referidas fronteiras, se impõe como um método de gestão social que guarda complementariedade no que tange a estas, constituindo, dessa forma, um arcabouço que encerra a articulação que envolve os pressupostos políticos, convergindo para uma construção que implica um sistema democrático radical que sob o horizonte rousseauiano consiste na transposição, nas esferas de participação, para o âmbito das estruturas concretas das atividades econômico-sociais de um mecanismo representativo do poder econômico-político, transformando a realidade social então vigente.

Conforme os princípios da inalienabilidade do poder de determinar as regras (isto é, a “soberania” do trabalho não como uma classe particular mas como

condição universal da sociedade) e da delegação de papéis e funções sob regras bem específicas, definidas, flexivelmente distribuídas e adequadamente supervisionadas, o estabelecimento de uma forma socialista de tomada de decisão exigiria invadir e reestruturar radicalmente os domínios materiais antagônicos do capital. Um processo que deveria ir bem além do princípio da soberania popular inalienável de Rousseau e seu corolário delegatário. Ou seja, numa ordem socialista, o processo “legislativo” deveria ser fundido ao próprio processo de produção de tal modo que a necessária *divisão horizontal do trabalho* (...) fosse complementada em todos os níveis, do local ao global, por um sistema de *coordenação* autodeterminado do trabalho. Esta relação contrasta agudamente com a perniciosa *divisão vertical do trabalho* do capital, que é complementada pela “separação dos poderes” em um “sistema político democrático” alienado e inalteravelmente imposto às massas trabalhadoras (MÉSZÁROS, 2011: 828-9, grifos do autor).

Perfazendo as forças produtivas as capacidades produtivas da sociedade, as quais, não se circunscrevendo ao sentido tecnológico, implicam o aspecto social, abrangendo, além dos meios materiais de produção, as capacidades humanas, tanto físicas quanto conceituais, as relações de produção se caracterizam como as relações sociais que encerram a organização da produção e condicionam a alocação dos recursos e dos trabalhos, determinando, no que tange ao processo que envolve as atividades laborais, a sua disposição, como também, no referido complexo, a distribuição dos produtos, convergindo a combinação de ambas, a saber, as forças produtivas e as suas relações de produção, para a definição do padrão de relações de classe da sociedade e a sua dinâmica interna, o “modo de produção”¹⁵.

À socialização dos meios de produção o que se impõe, pois, é a transformação da propriedade particular ou estatal em uma propriedade social, o que implica, no tocante aos meios de produção, na atribuição à sociedade como um todo da sua condição de pertencimento, cuja noção de posse se mantém, nessa perspectiva, atrelada a todos e a ninguém, cumprindo, neste contexto, a comunidade operária e o conselho de trabalhadores a função de gerência da produção, convergindo para um direito que se circunscreve à utilização e a apropriação dos resultados, e isso desde que não se lhe transponham os limites (*ius abutendi*), à medida que o objetivo da sua existência como tal é impedir o que caracteriza o conceito de propriedade que se lhe opõe, a

¹⁵ Tendo em vista que, segundo Nicos Poulantzas, “as relações de produção e as ligações que as compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se sob a forma de poderes de classe que são organicamente articulados às relações políticas e ideológicas que os consagram e legitimam. Estas relações não se sobrepõem simplesmente às relações de produção já existentes, não atuam sobre elas retroativamente numa relação de exterioridade. Estão presentes na formação das relações de produção...(e) desempenham um papel essencial em sua reprodução, e desse modo o processo de produção e exploração é ao mesmo tempo processo de reprodução das relações de dominação/subordinação política ideológica. Deste dado fundamental decorre a presença do Estado, o qual materializa as relações político-ideológicas nas relações de produção” (POULANTZAS, 1980: 32).

propriedade privada, a saber, a exploração¹⁶.

Se a propriedade privada se caracteriza como a principal instituição da sociedade burguesa (capitalista), longe de reduzir a superação que a sua existência implica à expropriação de um proprietário individual em função da apropriação de um proprietário coletivo (conforme a forma histórica de apropriação concretizada na URSS), o que se impõe não é senão a emergência e redistribuição dos direitos que convergem para a constituição do direito da propriedade social, uma das referências fundamentais da estrutura da sociedade autogestionária.

Portanto, se o governo é economia, se tem por único objeto a produção e o consumo, a distribuição dos trabalhos e produtos, como se pode conciliar o governo com a propriedade? Se os bens são propriedades como é que os proprietários não seriam reis e reis despóticos, reis na proporção das suas faculdades de posse? E se cada proprietário é senhor absoluto na esfera da sua propriedade, como é que um governo de proprietários não seria um caos e uma confusão? (PROUDHON, 1975: 241).

A mudança das relações de produção capitalista não demanda senão, no tocante aos produtores, especificamente, e à sociedade, em suma, a apropriação do produto do trabalho, a assimilação dos meios de produção¹⁷, enfim, consistindo a desapropriação em questão (socialista) na repartição dos diferentes direitos de decisão entre as coletividades, convergindo, seja no âmbito empresarial (privado), seja na esfera social, para as fronteiras que encerram a interdependência envolvendo a economia e a política. A autogestão emerge, nessa perspectiva, através do pressuposto que defende a legitimação do direito de intervenção e do poder decisório no que concerne ao funcionamento e à estrutura organizacional das empresas (que devem alcançar uma condição de ampla abertura em face da sociedade), à medida que a alteração da composição de um conselho administrativo, embora por intermédio de uma gestão democrática, não guarda capacidade de promover a modificação da questão referente ao poder e à situação do seu exercício no contexto dos trabalhadores.

Se um sistema autogestionário, no que tange à origem do poder e ao processo de

¹⁶ Conclusão para a qual converge o pensamento proudhoniano, que assinala: “Ora, a propriedade engendra necessariamente o despotismo, o governo do belo prazer, o reino de uma vontade libidinosa; isso faz de tal maneira parte da essência de propriedade que basta, para se convencerem, lembrar o que ela é e o que se passa à nossa volta. A propriedade é o direito de **usar** e **abusar**” (PROUDHON, 1975: 241, grifos do autor).

¹⁷ Tendo em vista que “um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro — não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. *Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação — dos meios e do material do trabalho*” (MARX, 1985: 65, grifos meus).

centralização, demanda a construção de mecanismos transparentes, o que se impõe, simultaneamente, não é senão a necessidade que implica a descentralização do seu exercício, à medida que converge para conferir às coletividades às quais competem os assuntos em pauta a devida capacidade decisória, deliberativa, que se lhe é distribuída, pois, maximizadamente. Torna-se relevante, nesta perspectiva, que envolve uma planificação democrática, a circulação das informações e a possibilidade das opções, tendo em vista uma conjuntura caracterizada pela inter-relação de forças antagônicas, a cuja realidade deve se sobrepor um planejamento que, emergindo como um ato político, guarde correspondência com determinadas fronteiras sociais que encerram como base uma economia contratual.

À transformação das relações sociais, para a qual tende a mudança econômica, o que se impõe, destacando o princípio político no tocante à autogestão, é a teoria da democracia direta, à medida que, se a autogestão implica uma gestão democrática das estruturas e decisões econômicas por parte da sociedade, convergindo para as fronteiras que atrelam ao conceito um caráter político, não se lhe escapa, contudo, o aspecto econômico, que emerge através da análise que traz como base o operariado e as relações hierárquicas da estrutura fabril¹⁸, perfazendo uma perspectiva que correlaciona a formação econômica e os meios de poder, cujo exercício, contudo, se em favor das indústrias ou se em benefício do Estado, torna-se necessário descobrir, se lhe conferindo publicidade, tendo em vista que

o poder, instrumento da força coletiva, criado na sociedade para servir de mediador entre o trabalho e o privilégio, encontra-se encadeado fatalmente ao capital e dirigido contra o proletariado. Nenhuma reforma política pode resolver esta contradição, pois, como os próprios políticos o confessam, tal reforma apenas daria mais extensão e energia ao poder e, a menos que se derrube a hierarquia e se dissolva a sociedade, o poder não poderia tocar nas prerrogativas do monopólio. O problema pois consiste, para as classes trabalhadoras, não em conquistar, mas sim em vencer ao mesmo tempo o poder e o monopólio, o que significa fazer surgir das entranhas do povo, das profundezas do trabalho uma autoridade maior, um fato mais poderoso, que envolva o capital e o Estado e que os subjuguem. Toda a proposição de reforma que não satisfaça a esta condição será apenas um flagelo a mais, uma verga em sentinela, *virga vigilantem* diria um profeta, que ameaça o proletariado (PROUDHON, 2003: 434).

¹⁸ Alcança relevância, nessa perspectiva, a proposta de Rosa Luxemburgo acerca da criação de uma nova ordem na esfera do processo produtivo que seja capaz de se sobrepor às estruturas hierárquicas e ao monopólio dos meios de produção que caracterizam o sistema capitalista, convergindo para a sua transformação: “Eleições, em todas as fábricas, de conselhos de fábrica que, de acordo com os conselhos operários, deverão administrar todos os assuntos internos da empresa, as condições de trabalho, controlar a produção e, finalmente, assumir a direção da empresa” (LUXEMBURGO, 1991: 108).

Caracterizando-se como uma transformação radical que não se circunscrevendo à esfera econômica converge para o âmbito político, a autogestão se sobrepõe, nesta perspectiva, à concepção que encerra o referido exercício ao poder de uma classe especializada, tornando-o objeto de todos os homens, indistintamente, o que implica, em suma, uma sociedade igualitária¹⁹. E isto ocorre à medida que, acenando com a possibilidade que envolve a constituição de uma sociedade sem classes, o referido sistema se impõe ao viés mercadológico que caracteriza a organização econômico-social vigente e à estrutura burocrática corporificada pelo Estado que, emergindo como um organismo hipercentralizado, não demanda senão uma conversão que guarde capacidade de se lhe atribuir a função de núcleo de regulação social, tendo em vista a pressuposição que implica a autonomia da ordem sociopolítica.

O sistema autogestionário e a sua concreticidade histórico-cultural e econômico-social: movimentos cooperativos e *comunas socialistas*

A Comuna – a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão –, a forma política de sua emancipação social, no lugar da força artificial (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizadas contra elas) da sociedade erguida por seus inimigos para sua opressão. A forma era simples, como o são todas as coisas grandiosas (MARX, 2011: 129).

Se o *kolkhoz*, ou fazenda coletiva russa, que objetivava resolver os problemas da produção agrícola na antiga União Soviética, assim como o empreendimento organizado por Julius Nyerere nos anos 1960 na aldeia de Ujamaa, na Tanzânia, representa a incompatibilidade entre a cooperação e as formas estatistas de transformação social, as iniciativas de autogestão de operários na ex-Iugoslávia e as *comunas* chinesas perfazem experiências positivas de gestão coletiva, à medida que estas últimas, por exemplo, constituídas depois do Grande Salto para a Frente, em 1958, tanto nos distritos rurais quanto urbanos, convergiram para a organização e a regulação da produção do consumo, da defesa e da educação, configurando-se, contudo, a

¹⁹ De acordo com a perspectiva que advoga “uma transformação radical da sociedade que tenha como fim a abolição de classes quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político, e uma organização em que todos os homens nascerão, se desenvolverão, se instruirão e usufruirão dos bens necessários à vida, em condições de igualdade para todos” (BAKUNIN, 1979: 6).

introdução dos modos ocidentais de modernização capitalista um risco no tocante à manutenção da tendência em relação aos resultados substanciais que, parcialmente embora, acenam, em suma, com a realização da *utopia comunista*²⁰.

Nesta perspectiva, em um contexto que encerra aproximadamente 100 milhões de pessoas integradas aos movimentos cooperativos na Europa e na América do Norte, o Complexo de Mondragon, na região basca do norte da Espanha, fundado em 1958 por Arizmendi, um padre socialista, se caracteriza como uma experiência que converge para assinalar a possibilidade de eficiência no que tange à implementação e desenvolvimento da “cultura cooperativa” e a aplicação dos princípios de filiação voluntária e controle democrático. Tal processo se impõe à medida que, trazendo uma estrutura que implica a disponibilização de uma rede de atividades, serviços e negócios que abrange desde a área bancária até o setor habitacional, do campo da educação à esfera do bem-estar social e o ramo de bens de consumo, emprega cerca de 19 mil operários/proprietários em mais de 100 cooperativas.

Se o impulso ético, idealista, por vezes, caracteriza o cooperativismo, que emerge como um sistema alternativo no que concerne ao capitalismo, à medida que se impõe de baixo para cima, sobrepondo ao individualismo burguês a reciprocidade e a solidariedade social, a sua prática não converge senão para transformar as relações humanas, haja vista que, embora baseada no bem comum, não deixa de pressupor a concorrência de interesses privados na sua construção. Guardando, por sua vez, o sentido de cooperação mútua, tende-se não a eliminar completamente os referidos interesses a reduzi-los gradualmente à acepção de manifestações aleatórias sem a força plasmadora, coesiva, que determina o jogo econômico-político regido pelo peso da maioria no âmbito da formação que se impõe como não mais do que liberal-*democrática*.

Nessa perspectiva, o que se impõe é a superação das estruturas burocráticas cuja funcionalidade, escapando ao controle social, permanece à mercê da corrupção endêmica que as caracterizam, o que demanda uma consciência e uma organização popular capazes de implementar mudanças estruturais a partir da base da sociedade, convergindo para as fronteiras que encerram relações socioproductivas baseadas na horizontalidade, caracterizadas pela

²⁰ “O conceito de utopia é um conceito histórico e se refere a projetos de transformação social cuja realização é considerada impossível. Mas por quais razões são tais projetos considerados como irrealizáveis? Geralmente, quando se discute sobre o conceito de utopia, fala-se de irrealizabilidade como impossibilidade de traduzir em fatos concretos o projeto de uma nova sociedade, na medida em que os fatores subjetivos e objetivos de uma dada situação social se opõem à sua transformação. Trata-se da chamada imaturidade das condições sociais, que obstaculiza a realização de um determinado fim” (MARCUSE, 1969: 15).

cooperação e pela solidariedade, perfazendo um conjunto de comportamentos que, emergindo das atividades atreladas às trocas, se sobrepõe ao horizonte da razão utilitária. Tal condição implica em um horizonte que abrange a empatia, a dádiva, a reciprocidade, o altruísmo, em suma, determinando motivações que não tendem a engendrar senão relações que, divergindo, no tocante aos valores que regem o intercâmbio mercantil, se lhes guardam incompatibilidade, acenando com a emergência de uma lógica anticapitalista, a saber, que sobreponha aos produtos as atividades, se lhes atribuindo o caráter fundamental que lhes cabe na inter-relação constitutiva que se impõe ao complexo da autogestão econômica.

Se as experiências pós-capitalistas não convergiram para a alteração das relações de produção nem se contrapuseram efetivamente à alienação do trabalho, à medida que o que se impunha não era senão o desenvolvimento das forças produtivas, o aspecto material da sociedade então emergente (oriunda da Revolução de Outubro), a relevância dos processos autogestionários da Iugoslávia se mantém reduzida à esfera das unidades produtivas, tendo em vista a sua incapacidade de alcançar o horizonte que implica a macroeconomia, cuja gestão permanecia sob o poder do partido único em um contexto que não possibilitava a liberdade de expressão, o debate, a organização, e que, no que concerne à regulação econômica, conferiu ao mercado um protagonismo que não acarretou menos do que assimetrias e ambiguidades que influenciaram a deflagração da implosão iugoslava.

Se a organização democrática dos movimentos sociais e dos partidos socialistas, a economia solidária, a conquista de espaços democráticos na mídia, o desenvolvimento dos serviços sociais de educação e saúde, o orçamento participativo, entre outras iniciativas, não se impõem senão como medidas que convergem para a instauração da ordem socialista, o que se lhe impõe, contudo, no que tange à mudança de patamar, é a emergência de rupturas (saltos qualitativos) que, impedindo a tendência ao retrocesso da economia, encaminhem para a superação da hegemonia do capital²¹.

Criação, desenvolvimento e consolidação de experiências que implicam o exercício da

²¹ “Como vimos, o conceito de capital — a origem — implica *dinheiro* como ponto de partida e, portanto, implica a existência de riqueza em forma de dinheiro. Está igualmente implícita sua procedência da circulação; o capital surge como o *produto* da circulação. A formação do capital, portanto, não se origina da propriedade da terra (embora possa derivar dos arrendatários agrícolas na medida em que sejam, também, comerciantes de produtos agropecuários), nem das corporações (embora estas constituam, também, uma possibilidade) mas da riqueza mercantil e usurária. Porém, os comerciantes e usurários somente encontram condições que permitem a compra de trabalho livre quando este foi separado das condições objetivas de sua existência, em consequência de um processo histórico. Aí, torna-se possível, também, comprar as próprias *condições*” (MARX, 1985: 101, grifos do autor).

democracia direta ou autogestão política, eis o processo que se impõe à Venezuela desde a promulgação da Constituição de 1999, convergindo, através da inter-relação que envolve os *Conselhos Comuns (Ccs)* e as *Comunas Socialistas*, para a superação do modelo estatal burguês, à medida que constituem instâncias que encerram valores, práticas e modos de gestão que, perfazendo uma estrutura identitária de poder que traz como horizonte o fundamento histórico-cultural e político-social local, possibilita a construção de um espaço participativo encarregado tanto da definição das prioridades da comunidade como da elaboração de projetos que visem a solução dos problemas, como também no tocante à sua execução e controle. Além de deter a capacidade de autogestão política, as *Comunas Socialistas* se caracterizam como novas delimitações territoriais que concentram unidades socioprodutivas sob a direção daqueles que assumem as funções político-administrativas institucionais, a saber, os trabalhadores, aos quais é delegada, em suma, a propriedade e a administração dos meios de produção material²².

Carregando a finalidade de desenvolver e consolidar a forma político-social que corporifica o poder popular do *Estado Comunal* e se impõe como fundamento que guarda a possibilidade de convergir para a emergência de uma sociedade socialista, as *Comunas*²³ se

²² À experiência do processo de superação do modelo estatal burguês, implementada pelo governo de Hugo Chávez (1999-2013) sob a designação de "Revolução Bolivariana", cabe impor a sua crítica em relação ao sistema de representação parlamentar que, baseada na perspectiva de Rousseau, contrapõe à ordem existente, segundo o registro de Mészáros, "a ideia segundo a qual 'o povo soberano deve se transformar no *objeto* e no *sujeito* do poder. Chegamos a um ponto de não retorno e não nos é permitido retroceder. Para os revolucionários esta opção não pode ser negociável". Liderando na ocasião o *Movimiento Bolivariano Revolucionario - MBR-200* (1993), Chávez defende o projeto de uma mudança radical da estrutura institucional, como Mészáros assinala: "O poder eleitoral do estado federal se tornará o componente político-jurídico pelo qual os cidadãos serão depositários da soberania popular, cujo exercício permanecerá daqui para frente realmente nas mãos do povo. O poder eleitoral será estendido a todo o sistema sociopolítico da nação, estabelecendo os canais para uma verdadeira distribuição policêntrica de poder, deslocando o poder do centro para a periferia, aumentando o poder efetivo da tomada de decisão e a autonomia das comunidades e municipalidades particulares. As Assembleias Eleitorais de cada municipalidade e estado elegerão Conselhos Eleitorais que possuirão um caráter permanente e funcionarão com independência absoluta dos partidos políticos. Eles serão capazes de estabelecer e dirigir os mecanismos mais diversos de democracia direta: assembleias populares, referendos, plebiscitos, iniciativas populares, vetos, revogação, etc. ... Assim, o conceito de democracia *participativa* será transformado em uma forma na qual a democracia baseada na soberania popular se constitui como a *protagonista* do poder. É precisamente nestas fronteiras que temos que traçar os limites de avanço da democracia bolivariana. Então nós deveremos estar muito perto do território da *utopia*" (MÉSZÁROS, 2011: 830, grifos do autor).

²³ Instaurando um regime de autogestão operária, a Comuna de Paris, segundo Ernst Mandel, caracteriza-se como "um primeiro exemplo do processo de *revolução permanente*" (1979: 16), consistindo em uma forma política da emancipação social que contrapõe-se ao estado bonapartista: "A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos

caracterizam como instâncias que, inter-relacionadas entre si através da articulação e integração que se lhes cabe realizar, encerram funções que implicam o autogoverno, à medida que, disponibilizando recursos institucionais para a elaboração, execução e controle da gestão pública, oportuniza ao povo o exercício direto do poder e viabiliza a construção de um modelo econômico que traz como base a propriedade social e as suas empresas. Tal condição se impõe haja vista que, além dos *Conselhos Comunais*, a estrutura administrativa das *Comunas* tem em sua composição aquelas que ou estão sob o poder dos trabalhadores associados, que perfazem o tipo direto, ou são estatais, propriamente, detendo o tipo indireto, constituindo, em suma, um sistema que em função das necessidades coletivas implica um conjunto de relações de produção, distribuição, intercâmbio e consumo de bens e serviços, tanto quanto de conhecimentos, cuja organização objetiva, por intermédio de um planejamento estratégico, democrático e participativo, a instauração de um processo que não tende senão a se sobrepor à divisão social do trabalho²⁴, a saber, a autogestão produtiva.

Consistindo, no tocante ao sistema capitalista, em uma proposta alternativa de autogestão política e econômica, as *Comunas Socialistas* da Venezuela se impõem como uma possibilidade de superação da democracia representativa através da instauração de uma nova forma de Estado, governo e sociedade que, corporificada pelos *Conselhos Comunais*, converge para a viabilização do exercício da democracia participativa, perfazendo o que se designa como *nueva geometría del poder*, que implica uma nova estrutura institucional que, transferindo a administração e gestão pública para as comunidades, possibilita o controle dos meios de produção sob o regime de propriedade social por parte dos trabalhadores, configurando um

membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna” (MARX, 2011: 56-7).

²⁴ Convém esclarecer que, guardando correspondência com a *divisão social do trabalho* e o seu caráter funcional, a *divisão hierárquica do trabalho* converge para o processo de reprodução do capital, segundo a leitura de Mézáros, que esclarece que “esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocando de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d’être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. Por outro lado, nem mesmo a ordem feudal instituiu esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si” (MÉSZÁROS, 2011: 99, grifos do autor).

processo que pretende sobrepujar o modo de produção característico do capitalismo, que traz como fundamento a exploração do trabalho. Dessa forma, encerrando a capacidade de promover a satisfação das necessidades coletivas, os recursos excedentes da atividade econômica das organizações socioprodutivas do sistema econômico comunal não se destinam senão, por meio de um fundo criado para reuni-los, ao investimento e reinvestimento social, a fim de contribuir, dessa forma, para o desenvolvimento integral do país, conforme prevê a *Lei Orgánica del Sistema Económico Comunal de 2010*, descortinando um horizonte que acena com a reconstituição da unidade que envolve a esfera produtiva e o âmbito político, estabelecendo uma relação entre o poder e a base social capaz de engendrar um modo de ação política e uma estrutura de intercâmbios socioeconômicos e políticos determinada pela própria massa.

Aspectos Conclusivos

A incompatibilidade envolvendo democracia e pluralismo, que emerge da leitura rousseauiana em função da sua oposição no tocante à organização de associações particulares no âmago da sociedade, relacionada à perspectiva que sobrepõe, no que concerne à Vontade Geral, a voz da consciência ao debate público, tanto quanto à objeção quanto à representação, converge para caracterizar como anacrônica a composição institucional da democracia, tendo em vista a necessidade que encerra seja a superação das estruturas burocráticas da ordem em vigor no âmbito político, seja a emergência de uma lógica anticapitalista na esfera econômica, a saber, que sobreponha aos produtos as atividades, se lhes atribuindo o caráter fundamental que lhes cabe na inter-relação constitutiva que se impõe ao complexo da autogestão econômica.

À condição de soberano, que ao povo o contrato rousseauiano necessariamente se lhe atribui, o que se impõe, no tocante ao exercício do poder, é a manifestação daquilo que, sobrepondo-se ao privado, ao particular, expresse o interesse comum, a saber, a Vontade Geral, a qual, longe de guardar possibilidade de ser construída através da imposição de uma esfera independente mediante um processo coercitivo, não emerge senão por intermédio da formação econômico-social e da ética que lhe é imanente²⁵. E isto tendo em vista que se o modo de produção relativo caracteriza o sistema capitalista, no âmbito do qual os grupos dominantes

²⁵ “Se a forma coercitiva de sociedade existente até agora desmoronar e for substituída por uma forma livre de comunidade política e ética - uma forma na qual todos, em vez de estarem submetidos à arbitrariedade dos outros, reconhecem, aprovam e acatam como a sua própria apenas a vontade geral -, então a hora da redenção chegou. Mas essa redenção espera em vão por ajuda exterior. Nenhum Deus nos pode enviá-la; o homem deve sim se transformar no seu próprio salvador e, no sentido ético, no seu criador” (CASSIRER, 1999: 74).

impõem ao Estado, em nome do livre mercado, os seus interesses, convergindo para a questão que implica quem se apropria realmente dos meios de poder, o modo de produção absoluto perfaz a estrutura socialista, para a qual tende um planejamento estatal, um sistema de planificação que coloca em questão, em suma, o papel e o estatuto social das esferas burocráticas, à medida que o problema não consiste senão em saber quem planifica, tanto quanto o nível em que esta operação ocorre, afinal.

Propriedade privada, divisão do trabalho, burocratização, desenvolvimento tecnológico, empresas multi/transnacionais – eis os eixos que se inter-relacionam no âmbito da civilização ocidental, caracterizando-se como pressupostos em oposição aos quais a teoria autogestionária se articula, perfazendo a natureza essencialmente contestadora da noção que se impõe ao referido conceito, a saber, “cooperação”, em suma, uma relação que envolve “comunismo” e “socialismo”, tendo em vista o viés anticapitalista para o qual convergem, implicando a supressão do capitalismo e do estatismo a construção de um conjunto autogestionado de cooperativas que, participando de uma estrutura de associação que tem como fundamento uma relação igualitária, traz como base organizacional um plano que encerra a soma de necessidades e desejos, à medida que

enquanto houver um certo número de homens economicamente privilegiados, um modo e bens particulares de vida que não são os da classe operária; enquanto houver um número mais ou menos considerável de indivíduos que herdem, em diferentes proporções, capitais ou terras que não tenham produzido pelo seu próprio trabalho, enquanto a maioria dos trabalhadores não herdarem nada; enquanto o juro do capital e a renda da terra permitirem mais ou menos a esses indivíduos privilegiados viverem sem trabalhar; e supondo mesmo, o que, em semelhantes condições, não é admissível, - supondo que na sociedade todos trabalham, quer seja por obrigação, quer por gosto, mas que uma classe da sociedade, graças à sua posição econômica e, por isso mesmo, social e politicamente privilegiada, possa dedicar-se exclusivamente ao trabalho intelectual, enquanto a maioria esmagadora dos homens tem de alimentar-se com o trabalho dos seus braços; numa palavra, enquanto todos os indivíduos humanos não encontrarem na sociedade os mesmos meios de sustento, educação, instrução, trabalho e felicidade, - a igualdade política, econômica e social é completamente impossível (BAKUNIN, 1979: 17, grifos do autor).

Redução dos níveis de produção, emprego e inversão tecnológica, eis a consequência que se impõe a uma empresa coletivizada, à medida que a maximização do bem-estar de todos os trabalhadores tende a comprometer a lucratividade e impedir os investimentos que a economia demanda, segundo a perspectiva liberal, que defende a capacidade do mercado e a lei da oferta e

da procura no tocante a administração dos recursos disponíveis em detrimento de uma sociedade autogestionada, caracterizada como uma estrutura ineficiente, cuja efetivação converge para uma situação contraditória, visto que a crescente tecnicização da organização social, que sobrepõe a tecnocracia ao caráter político das decisões, limitando a competência do cidadão, não o impossibilita senão de exercer o pressuposto da sua condição, a saber, a soberania.

Se a experiência de autogestão na Iugoslávia, contrariando a suposição da crítica liberal, não converge senão para assinalar que a supressão dos princípios da racionalidade taylorista não afeta negativamente o nível de produtividade, à limitação da competência do cidadão que a crescente tecnicização da organização social acarreta o que se impõe é a distinção entre dois tipos de informação, a saber, aquela que, guardando caráter político, dirige as ações coletivas (generalizada) e aquela que, implicando um resultado específico, demanda um conteúdo técnico (especializada). Dessa forma, não havendo possibilidade acerca da centralização em uma dessas fronteiras da decisão no que tange à construção da informação e a sua conseqüente propagação como tal em todos os níveis da sociedade, torna-se imprescindível o processo de socialização de suas condições de produção, tanto quanto dos seus meios, além dos próprios instrumentos da sua organização, o que reivindica uma ampla circulação que, sobrepondo-se à perspectiva piramidal e elitista, possibilite o acesso ao núcleo decisório das coletividades.

Nessa perspectiva, o que se impõe à sociedade autogestionária é um processo que não emerge senão através de novas relações de poder envolvendo as microinstituições (organizações de massa, comitês de bairro, clubes juvenis, entre outras), implicando o desenvolvimento de contrainstituições como uma possibilidade que emerge das teorias autogestionárias e converge para se sobrepôr à relação instável envolvendo *instituinte* e *instituído*, pretendendo gerar acontecimentos simbólicos que se imponham à consciência coletiva e individual a respeito das relações de poder, transpondo as fronteiras que se detêm no dualismo que implica preparação e ação, reforma ou revolução, tendo em vista que

(o) sistema social socialista não deve e nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, nascido na hora da sua realização, resultando do fazer-se da história viva (...). O socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas, contra a propriedade, etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas não o positivo, a construção (LUXEMBURGO, 1991: 92).

Se o caráter revolucionário do pensamento social do século XIX não se impõe senão através da oposição que envolve Estado e “sociedade civil”, a sua emergência afirma-se em Marx, tanto quanto em Proudhon, à medida que a distinção que a formulação hegeliana propõe se circunscreve às fronteiras do conceito que converge para o âmbito jurídico, no qual a evocação que alcança relevância implica a diferença entre as sociedades que não se mantêm sob o domínio de um poder centralizado (*societas sine imperio*) e os Estados que detêm autoridade e poder. Tal perspectiva, que perfaz a leitura que pretende demonstrar a condição de parte do Estado da “sociedade civil” (que, dessa forma, se lhe permanece sujeito), converge para a transformação ou para a deformação da referida noção, tendo em vista que, se sublinha o Estado como ideia e ideal da sociedade, relaciona à imagem moral que sugere a sua possibilidade de consolidação.

À “sociedade civil” a leitura hegeliana impõe uma concepção que a encerra como a soma das vontades individuais atomizadas que, nesta acepção, se mantém reduzida à condição que envolve não mais do que o interesse geral, do qual não se lhe distingue, acenando, por sua vez, com uma contraposição à Vontade Geral que emerge da interpretação rousseauiana. Nesse sentido, caracteriza-se como imprescindível para a compreensão da utilização da referida expressão neste contexto perspectivacional, que assinala o processo de subversão se lhe atribuído pela evocação da sua “ideia” (da “sociedade civil”, em suma, que condensa “a projeção de ideias interiores imaginárias”), a crítica de Marx ao raciocínio em questão, que guarda a suposição de que a sociedade real, viva, que inter-relaciona em sua constitutividade tensões e classes, interesses múltiplos e divergentes e diversas formas de sociabilidade, o povo, em última instância, não representa a realidade, senão a ideia dessa sociedade que o Estado exprime²⁶.

Às forças coletivas criadoras, que se mantêm em condição de inatividade pelo Estado ou

²⁶ Nesta perspectiva, cabe recorrer ao diagnóstico de Marx, que esclarece: “Sociedade civil e Estado estão separados. Portanto, também o cidadão do Estado está separado do simples cidadão, isto é, do membro da sociedade civil. O cidadão deve, pois, realizar uma *ruptura essencial* consigo mesmo. Como *cidadão real*, ele se encontra em uma dupla organização, a *burocrática* – que é uma determinação externa, formal, do Estado transcendente, do poder governamental, que não tangencia o cidadão e a sua realidade independente – e a *social*, a organização da sociedade civil. Nesta última, porém, o cidadão se encontra, como *homem privado*, fora do Estado; ela não tangencia o Estado político como tal. A primeira é uma organização estatal, para a qual ele sempre dá a *matéria*. A segunda é uma *organização social*, cuja matéria não é o Estado. Na primeira, o Estado se comporta como oposição formal ao cidadão; na segunda, o cidadão se comporta como oposição material ao Estado. Portanto, para se comportar como *cidadão real do Estado*, para obter significado e eficácia políticos, ele deve abandonar sua realidade social, abstrair-se dela, refugiar-se de toda essa organização em sua individualidade; pois a única existência que ele encontra para sua qualidade de cidadão do Estado é sua *individualidade* nua e crua, já que a existência do Estado como governo está completa sem ele e que a existência dele na sociedade civil está completa sem o Estado. Apenas em contradição com essas *únicas comunidades existentes*, apenas como *indivíduo*, ele pode ser *cidadão do Estado*. Sua existência como cidadão do Estado é uma existência que se encontra fora de suas existências *comunitárias*, sendo, portanto, puramente *individual*” (MARX, 2010: 94-95, grifos do autor).

pela desigualdade econômica, se impõe a superação da alienação que a existência desta forma institucional como tal implica, à medida que não é sem razão que se lhe cabe uma identificação com a burguesia, convergindo para uma noção que, acenando com a constituição extrassocial do poder público, caracteriza o Estado como uma realidade que permanece à margem da sociedade civil. Não se lhe alcançando a integração, a forma institucional em questão se configura, em última instância, como despótica, usurpadora, passível de destruição, cuja necessidade a leitura de Proudhon assinala, propondo a instauração da democracia industrial, que não guarda senão a possibilidade de concretização da autonomia da força produtora, ou seja, a autogestão²⁷.

Se a emergência dos conselhos de fábrica no início do século XX guarda correspondência com a “democracia industrial” de Proudhon, a demanda que se impõe ao sindicalismo revolucionário converge, no âmbito dos países europeus e sob a égide do “luxemburguismo”²⁸, para as fronteiras da autogestão, que traz como fundamento uma ideia do direito social que encerra a noção de “sociedade civil” e de “multiplicidade social”. Tal noção acena com uma realidade jurídica diversificada que se contrapõe à leitura de direito que mantém raízes no arcabouço hegeliano e que implica, sob a égide de uma microsociologia dinâmica, a possibilidade de que os grupos, concernente ao poder e às técnicas, exerçam o seu controle, desenvolvendo novas formas para o êxito da referida atividade.

A relação envolvendo soberania e Vontade Geral não se impõe senão através de um processo dialético que, guardando raízes no horizonte da organicidade, acena com uma complexidade estrutural cuja constitutividade encerra uma multiplicidade de forças antagônicas, convergindo para as fronteiras da autogestão, que longe de constituir o Estado constitui-se por si o Estado, detentor de um poder que não emerge originariamente como extrassocial, mesmo que aparentemente seja relegado a tal condição ou venha assumi-la como imposição de uma das suas

²⁷ “Proudhon nunca empregou o termo autogestão, que é um termo recente; todavia, ele empregou o seu conteúdo, não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal. Ele deu, pela primeira vez, à sua concepção, o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas. A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto-administrando, cuja vida exige coordenação, mas não hierarquização” (MOTTA, 1981: 133).

²⁸ Contraopondo-se ao monopólio dos meios de trabalho exercido através de uma classe e à condição que, se lhe correspondendo, implica o trabalho assalariado, Rosa Luxemburgo defende que “os meios de trabalho não devem mais ser monopólio de uma classe, mas tornar-se bem comum”, além de propor a “regulamentação da produção e repartição dos produtos no interesse da coletividade” (1991: 101), convergindo para a conclusão de que “a essência da sociedade socialista consiste no seguinte: a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada, para viver ela mesma a vida política e econômica na sua totalidade, e para orientá-la por uma autodeterminação consciente e livre” (1991: 103).

partes constitutivas, o que, em última instância, não se caracteriza senão como uma ruptura. Dessa forma, pois, o sistema autogestionário, em contraposição ao arcabouço que encerra o antagonismo envolvendo Estado e sociedade (ou, segundo a referida dicotomia, o *político* e o *social*), constitui um sistema que encerra elementos que, inter-relacionados, legislam em causa própria, esvaziando, desse modo, o sentido que carrega a vontade de todos (maioria), se lhe sobrepondo pela concepção que pretende a reconstrução da sociedade civil e a sua transformação na verdadeira infraestrutura social, que demanda, em última instância, a morte das instituições, a sua transformação ou a inversão de seu sentido, conforme a tendência instaurada pelo poder político autogestor, ao qual cabe possibilitar à sociedade a liberdade de autoinstituição.

Se a leitura liberal atribui à democracia a condição que a circunscreve a uma forma constitucional capaz de assegurar, em suma, os direitos aos indivíduos, cumprindo a função de proteger um em relação ao outro no que tange ao seu exercício, cuja capacidade, contudo, baseada em padrões formais e ideais de conduta e comportamento, permanece relegada às fronteiras da liberdade “negativa”, ao tipo participativo o que se impõe não é senão a necessidade que implica um processo (educacional) que envolve uma espontânea e ativa participação grupal ou comunitária de indivíduos autônomos. Nesse sentido, a base motivacional que se lhes determina, guardando correspondência com uma identificação que dispensa qualquer espécie de influência externa e demanda um envolvimento pessoal, emerge como endógena, transcendendo o âmbito de uma organização ou instituição particular, que encerra um conceito e uma dinâmica que tendem a uma lógica funcional, mecanicista, destituída de indícios de humanidade.

Carregando o sistema cooperativista a pressuposição que envolve, sob a acepção de fundamento, a “economia moral” dos trabalhadores associados, que se contrapõe à ideologia e à prática do *laissez-faire*, a autossuficiência para a qual tende se lhe encerra como uma “colônia” de interesses unidos no âmbito de cuja sociedade o excedente comercial, o “dividendo”, é redistribuído entre os seus membros (segundo o valor de suas aquisições, no caso), perfazendo a autogestão a única possibilidade de realização da emancipação econômica do trabalho²⁹. Tal condição emerge à medida que viabiliza a participação dos produtores na constituição do governo

²⁹ Nessa perspectiva, o controle democrático (social) emerge como a diferença essencial entre as formas de propriedade capitalista e cooperativa, cujo sistema encerra a noção de associações de indivíduos que trabalham unidos para a produção e distribuição de bens e outorga, contrapondo-se ao funcionamento da empresa acionária, direitos de voto igualitários para todos os seus membros, independentemente do número de quotas que cada qual tenha no âmbito de uma estrutura que estabelece uma relação entre participação e poder, destituindo o exercício deste último do sentido que implica a posse individual do trabalho abstrato e fossilizado de terceiros.

e no exercício do poder³⁰, convergindo para a superação da condição de escravidão social se lhe imposta pelo sistema que implica a existência das classes e, conseqüentemente, uma relação de dominação que não acena senão com a alienação, que guarda raízes em um processo que traz como base a democracia representativa e dialoga com as fronteiras do liberalismo³¹.

Referências

BAKUNIN, Mikhail Aleksandrovitch. **O socialismo libertário**. Trad. de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1979.

BRICIANER, Serge (Org.). *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*. Buenos Aires: Schapire, 1975.

CASSIRER, Ernst. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. Trad. de Erlon José Paschoal e Jézio Gutierrez. São Paulo: UNESP, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. **Escritos políticos**. Vol. 1. Trad. de Manuel Simões. Col. Universidade Livre. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANDEL, Ernest. **Da Comuna a Maio de 1968**. Lisboa: Antídoto, 1979.

³⁰ Tendo em vista que “a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada ‘cidadão’ possa tornar-se ‘governante’ e que a sociedade o ponha, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade” (GRAMSCI, 2001: 50).

³¹ “O fio que orienta as definições devia caber nos requisitos de um sistema que funciona com base na ‘igualdade’ – reduzida ao *direito de vender* (por meio de um ‘contrato livre’) a sua *propriedade*, em que podemos incluir qualquer arte, ofício ou ciência’. Assim como Rousseau, Kant estava convencido de que na ordem econômica justa ‘todos teriam alguma coisa e ninguém teria demais’, e por isso aprovava a venda ou a divisão por herança das grandes propriedades. Como essa ‘alguma coisa’ à venda pela esmagadora maioria das pessoas era apenas sua força de trabalho, que se contrapunha ao poder de exploração e repressão obtido da imensa riqueza possuída pelos poucos, esta contradição teria de ser enfrentada de alguma forma. Ela foi ‘esclarecida’ por Kant e suas almas gêmeas ideológicas por meio da separação radical da ‘forma da lei’ de sua ‘matéria’, de modo que, em nome da *racionalidade apriorística*, possa sustentar que ‘a igualdade geral dos homens’ *de jure* (ou seja: como questão de direito e justiça indiscutíveis) pode ‘muito bem coexistir ao lado da maior desigualdade nos graus das posses dos homens’” (MÉSZÁROS, 2011: 275-6, grifos do autor).

MARCUSE, Herbert. **O fim da utopia**. Série Rumos da Cultura Moderna. Volume 31. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica da filosofia do direito**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PROUDHON, Pierre Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

_____. **Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria**. Tomo I. São Paulo: Ícone, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1999.